



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
(IFCE), *CAMPUS* FORTALEZA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA (PROFEPT)**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

GESYANNE KEILA TEIXEIRA DOS SANTOS

**CRIAÇÃO DE *STORYTELLING* COMO ESTRATÉGIA DE DIFUSÃO DAS AÇÕES
DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFCE**

FORTALEZA

2021

GESYANNE KEILA TEIXEIRA DOS SANTOS

CRIAÇÃO DE *STORYTELLING* COMO ESTRATÉGIA DE DIFUSÃO DAS AÇÕES
DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFCE

Dissertação apresentada à Coordenação do curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - *Campus* Fortaleza, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Queiroz Lima

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal do Ceará - IFCE
Sistema de Bibliotecas - SIBI

Ficha catalográfica elaborada pelo SIBI/IFCE, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S237c Santos, Gesyanne Keila Teixeira dos.
Criação de Storytelling como estratégia de difusão das ações de assistência estudantil no IFCE / Gesyanne Keila Teixeira dos Santos. - 2020.
183 f. : il. color
- Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, Campus Fortaleza, 2020.
Orientação: Prof. Dr. Jeferson Queiroz Lima.

1. Assistência estudantil. 2. Auxílios estudantis. 3. Storytelling. 4. PNAES. I. Título.

CDD 378.013

GESYANNE KEILA TEIXEIRA DOS SANTOS

CRIAÇÃO DE *STORYTELLING* COMO ESTRATÉGIA DE DIFUSÃO DAS AÇÕES
DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFCE

Dissertação apresentada à Coordenação do curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - *Campus* Fortaleza, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre.

Aprovada em: 11/02/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jefferson Queiroz Lima (Orientador)
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Prof. Dr. Solonildo Almeida da Silva (Membro interno)
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Profa. Dra. Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues (Membro interno)
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Profa. Dra. Glaucia Mirian de Oliveira Souza Barbosa (Membro externo)
(Secretaria de Educação de Maracanaú)

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus, o soberano Pai, dono da
minha vida. Ele tem sido o meu socorro e
sustento ao longo de toda a minha
existência

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois é o dono da minha vida. Ele tem sustentado meus passos, concedendo-me vida, saúde, família, amigos, esperança, a força e tudo o mais necessário capaz de sustentar-me em meio às adversidades e a trajetória vivenciada.

A minha mãe, mulher forte, que mesmo em sua simplicidade, sem muito estudo, sempre ajudou, a mim e meus três irmãos, como pôde. As limitações pelas quais passou não abafaram seu amor a Deus e o cuidado que ela teve por nós, nos ensinando e nos conduzindo no amor de Deus.

Agradeço ao meu marido, Jucélio Gomes da Silva, homem forte, companheiro e compreensível. Esteve comigo nos momentos mais difíceis da minha vida. Quero aqui agradecê-lo por toda paciência, pelo amor, cuidado, renúncia, carinho e inúmeros afetos demonstrados ao longo da vida e deste momento em especial.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Jefferson Queiroz Lima, pela enorme paciência que teve comigo e ainda pelos muitos momentos de orientação e cuidado, mesmo em meio a tantas adversidades que passamos.

Agradeço aos meus irmãos por compreenderem minha ausência em suas casas e por sempre estarem na torcida pelo sucesso deste trabalho. Agradeço a eles também pelo amor e pela força que me deram em todos os momentos.

Aos meus colegas de turma, em especial Graça, Aline, Heveline, Isabel, Érika, Regina, mulheres lindas e fortes, que me ajudaram em meio a este tão difícil processo, tornando-o mais leve, a partir de momentos de risadas e conversas.

Agradeço ao Pedro, Euguenys, Fábio, Temilson e Rebeca que contribuíram demais no desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço ainda à Diretora da DAE, Ana Caroline Cabral Cristino, sempre disponível para ajudar e fez análises importantíssimas e imprescindíveis ao sucesso deste trabalho.

Agradeço aos servidores Thiago do *campus* Caucaia e Raquel Leal e Raquel Casemiro, da Secretaria dos Programas de Mestrado (SECPPG-FOR) pela presteza de sempre.

Aos meus companheiros e companheiras de trabalho na Unilab, Josymeire, Thacyana, Socorro Maciel, Aline Crispim, Yanne, Bruno Lopes, Rita, Nayara, Joab,

Francis, Hericksson, James, Cida Moura, Dayanna e Renata Primo que sempre torceram e me ajudaram muito em todas as vezes que precisei deles.

À Wendy e Paula pelo auxílio na elaboração do produto educacional, sem a paciência e o profissionalismo delas não teria sido possível.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente em oração e torcida para que este trabalho fosse uma realidade.

“Mas a esperança volta quando penso no seguinte: o amor do Senhor Deus não se acaba, e a sua bondade não tem fim. Esse amor e essa bondade são novos todas as manhãs; e como é grande a fidelidade do Senhor.”

(Lamentações 3:21-23)

RESUMO

Esta pesquisa tem com objetivo central avaliar como as ações de assistência estudantil, vinculadas ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tem sido difundidas no âmbito dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) aos estudantes a quem são destinados os auxílios. Tal estudo justifica-se devido a relevância das atividades empreendidas na área da assistência estudantil, bem como sua difusão no âmbito das Instituições Federais de Ensino. Como objetivos específicos buscamos apresentar um panorama breve sobre a educação no Brasil, dando foco ao processo de expansão e desafios da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; contextualizar a assistência estudantil dentro da evolução histórica das lutas populares e de trabalhadores, em especial os da educação no Brasil chegando até a criação do PNAES; apresentar as percepções de estudantes e de servidores que atuam na assistência estudantil sobre o PNAES no âmbito do IFCE; e elaborar um vídeo educacional, em formato *Storytelling*, abordando a assistência estudantil, com foco nos auxílios estudantis, contendo uma linguagem acessível ao público ao qual se destina. Com base nos objetivos, elaboramos o seguinte questionamento: “como a criação de um vídeo em formato *Storytelling*, a partir de uma linguagem mais acessível ao público ao qual se destina e cujo excesso de formalismo linguístico não represente um empecilho para a assimilação da mensagem, pode colaborar para uma melhor divulgação e compreensão acerca das ações de assistência estudantil oferecidas no IFCE?”. O nosso percurso metodológico está composto pelas seguintes etapas: levantamento bibliográfico documental, validação dos instrumentais de coleta de dados pelos juízes, coleta e análise de dados, elaboração e validação do produto educacional. Ademais, a pesquisa caracteriza-se como sendo de campo, de cunho exploratório e abordagem mista. Na investigação foram utilizados dois instrumentais para coleta de dados, como forma de avaliar a percepção do público estudantil e de servidores que atuam na assistência estudantil, em relação às ações vinculadas ao PNAES e à política interna de assistência estudantil desempenhada pelo IFCE. Depreendemos nesta pesquisa, que dos vários desafios enfrentados pelo IFCE, na aplicabilidade das ações do PNAES, o maior deles reside na limitação de recursos financeiros destinados ao programa, considerando que a demanda de estudantes que carece de aporte é crescente, sendo assim, de extrema importância comunicar a relevância das ações do PNAES para a instituição, visando conscientizar e desafiar o público interno na busca pela manutenção e ampliação dessas atividades. Desse modo, como forma de contribuir com o IFCE, propomos a elaboração de um vídeo educativo, abordando a assistência estudantil, com foco nas ações vinculadas aos auxílios estudantis, utilizando um vocabulário claro e acessível ao público como forma de colaborar na divulgação dessas ações e ainda estimular, fortalecer e zelar pelo PNAES.

Palavras Chave: Assistência Estudantil. Auxílios Estudantis. *Storytelling*. PNAES.

ABSTRACT

This research has as central objective to evaluate how student assistance actions, linked to the National Student Assistance Program (PNAES), have been disseminated within the campuses of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará (IFCE) to students who aid is intended. Such a study is justified due to the relevance of the activities undertaken in the area of student assistance, as well as its dissemination within the scope of Federal Educational Institutions. As specific objectives we seek to present a brief overview of education in Brazil, focusing on the expansion process and challenges of the Federal Network of Professional and Technological Education; contextualize student assistance within the historical evolution of popular and worker struggles, especially those of education in Brazil, reaching the creation of the PNAES; present the perceptions of students and public servants who work in student assistance on the PNAES within the scope of IFCE and, prepare an educational video, in Storytelling format, addressing student assistance, focusing on student aid, containing a language accessible to the public to which intended. Based on the objectives, we elaborated the following question: "how to create a video in Storytelling format, using a language more accessible to the public to which it is intended and whose excess of linguistic formalism does not represent an obstacle to the assimilation of the message, can you collaborate for a better dissemination and understanding about the student assistance actions offered at IFCE? ". Our methodological path consists of the following steps: bibliographic documentary survey, validation of data collection instruments by the judges, data collection and analysis, preparation and validation of the educational product. Furthermore, the research is characterized as being of field, exploratory nature and mixed approach. In the investigation, two instruments were used for data collection, as a way of assessing the perception of the student public and of public servants who work in student assistance, in relation to the actions linked to the PNAES and the internal policy of student assistance performed by IFCE. We found in this research, that of the several challenges faced by IFCE, in the applicability of PNAES actions, the biggest of them lies in the limitation of financial resources destined to the program, considering that the demand of students that needs support is growing, being, therefore, extremely importance to communicate the relevance of PNAES actions to the institution, aiming to raise awareness and challenge the internal public in the search for the maintenance and expansion of these activities. Thus, as a way to contribute to the IFCE, we propose the development of an educational video, addressing student service, focusing on actions linked to student assistance, using a clear and accessible vocabulary to the public as a way to collaborate in their dissemination. actions and also stimulate, strengthen and care for the PNAES.

Keywords: Student Assistance. Student Aid. Storytelling. PNAES.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Campi do IFCE.....	62
Figura 2 –	Fluxograma da pesquisa.....	66
Figura 3 –	Delineamento do produto.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Momentos e objetivos do Seminário Construção de Diretrizes para as Políticas de AE da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.....	48
Quadro 2 – Auxílios destinados aos estudantes em situação de vulnerabilidade social.....	54
Quadro 3 – Auxílios Universais.....	56
Quadro 4 – Levantamento bibliográfico documental.....	66
Quadro 5 – Comentários e sugestões dos estudantes à questão 15.....	90
Quadro 6 – Dados da questão 13.....	105
Quadro 7 – Formulário para avaliação e validação do vídeo.....	114
Quadro 8 – Resultado da avaliação e validação do vídeo por item avaliado pelos participantes.....	115
Quadro 9 – Comentários dos avaliadores ao Produto Educacional (Vídeo).....	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Clareza, leitura e compreensão das questões.....	71
Gráfico 2 – Relevância da questão ao tema explorado.....	71
Gráfico 3 – Adequação do vocabulário.....	72
Gráfico 4 – Adequabilidade do formato das questões.....	73
Gráfico 5 – Clareza, leitura e compreensão (eixo 1).....	74
Gráfico 6 – Clareza, leitura e compreensão (eixo 2).....	74
Gráfico 7 – Auxílios Recebidos.....	77
Gráfico 8 – Atendimento das necessidades através dos auxílios recebidos na percepção dos estudantes	78
Gráfico 9 – Recebimento dos auxílios estudantis e a permanência e bom desempenho estudantil na percepção dos estudantes.....	78
Gráfico10 – Os auxílios e a complementação da renda familiar na percepção dos estudantes	79
Gráfico 11 – Conhecimento dos tipos de auxílios na percepção dos estudantes	80
Gráfico 12 – Divulgação de notícias dos auxílios estudantis na percepção dos estudantes	81
Gráfico 13 – Auxílios estudantis e canal de conhecimento na percepção dos estudantes	82
Gráfico 14 – Ausência de material ou canal de comunicação e divulgação na percepção dos estudantes	83
Gráfico 15 – Tipo de Material de divulgação considerado mais importante na percepção dos estudantes	84
Gráfico 16 – Canais e matérias para tirar dúvidas acerca dos auxílios estudantis na percepção dos estudantes	85
Gráfico 17 – Frequência de acompanhamento do site e redes sociais pelos estudantes	86
Gráfico 18 – Conhecimento acerca dos critérios utilizados na seleção dos auxílios estudantis na percepção dos estudantes	87

Gráfico 19 – Impacto dos auxílios estudantis no atendimento das necessidades estudantis na percepção dos estudantes	88
Gráfico 20 – Conhecimento acerca dos critérios exigidos para permanecer recebendo auxílios estudantis na percepção dos estudantes.....	89
Gráfico 21 – Avaliação do alcance das ações de assistência estudantil na percepção dos servidores	94
Gráfico 22 – Resultados alcançados na vida acadêmica dos estudantes beneficiários dos auxílios estudantis na percepção dos servidores	96
Gráfico 23 – Quantidade de profissionais atuando na assistência estudantil....	97
Gráfico 24 – Tipos de profissionais atuando nas equipes de assistência estudantil	97
Gráfico 25 – Valores destinados aos auxílios estudantis X contribuição para a permanência e bom desempenho estudantil	99
Gráfico 26 – Existência de diálogo entre gestores e profissionais que atuam na assistência estudantil	99
Gráfico 27 – Diálogo X efeitos na percepção dos servidores	100
Gráfico 28 – Editais de seleção para auxílios estudantis X necessidades de renda dos estudantes	101
Gráfico 29 – Importância da continuidade da concessão de auxílios durante toda a atividade acadêmica na percepção dos servidores.....	102
Gráfico 30 – Conhecimento de casos de estudantes que perderam seleção por perda de prazo	102
Gráfico 31 – Opinião dos servidores quanto à percepção dos estudantes acerca dos auxílios estudantis	103
Gráfico 32 – Momento de apresentação de informações aos alunos recém-ingressos	104
Gráfico 33 – Opinião dos servidores acerca dos canais de comunicação destinados à informação dos auxílios estudantis	105
Gráfico 34 – Material melhor aceito pelo público estudantil na percepção dos servidores	106
Gráfico 35 – Existência da prática estudantil em sugerir outras formas de divulgação de informações, na percepção dos servidores.....	107

Gráfico 36 – Percepção dos servidores sobre ausência de material ou canal de comunicação e divulgação	108
Gráfico 37 – Conteúdo – Clareza das questões.....	118
Gráfico 38 – Linguagem – compreensão do tema.....	118
Gráfico 39 – Apresentação – formato do vídeo.....	119
Gráfico 40 – Motivação – estímulo.....	119

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AE	Assistência Estudantil
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAE	Coordenação de Assistência Estudantil
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CF	Constituição Federal
CONIF	Conselho Nacional de Reitores dos Institutos Federais
CONSUP	Conselho Superior
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CPE	Comitê de Ética em Pesquisa
DAE	Diretoria de Assistência Estudantil
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPCT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FDE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Ensino
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIC	Formação Inicial e Continuada
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC	Ministério da Educação
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPE	Plano de Permanência e Êxito
PPI	Projeto Político-pedagógico Institucional
PROPAE	Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RAE	Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE
REUNI	Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades
SETEC/MEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SISAE	Sistema Informatizado de Assistência Estudantil do IFCE
TAE	Técnico Administrativo em Educação
TALE	Termo de Assentimento Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasi- leira
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	21
2	ENTRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL.....	28
2.1	Da negação dos direitos à expansão e interiorização da rede federal de ensino.....	28
2.1.1	<i>Expansão e desafios da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica</i>	34
3	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	42
3.1	O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos Institutos Federais de Educação.....	46
3.1.1	<i>Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o PNAES.....</i>	49
3.2	Política de Assistência Estudantil do IFCE: auxílios estudantis e divulgação.....	50
3.2.1	<i>Auxílios Estudantis em forma de pecúnia.....</i>	53
3.2.2	<i>Desafios na divulgação das ações de assistência estudantil no IFCE.....</i>	58
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	60
4.1	Tipo da pesquisa.....	60
4.2	Lócus da pesquisa.....	61
4.3	Participantes da pesquisa.....	63
4.4	Coleta de dados.....	63
4.5	Armazenamento e manuseio dos dados.....	64
4.6	Aspectos Éticos da Pesquisa.....	65
4.7	Fases da pesquisa.....	65
4.8	Levantamento bibliográfico documental.....	66
4.9	Quanto aos instrumentais.....	67

4.9.1	<i>Validação dos instrumentais pelos juízes.....</i>	67
4.9.1.1	Validação de conteúdo do questionário dos estudantes, realizada pelos juízes.....	68
4.9.1.2	Validação de conteúdo do questionário dos servidores que atuam na AE realizada pelos juízes.....	69
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	70
5.1	Validação das questões dos instrumentais pelos juízes.....	70
5.1.1	<i>Análise de validação de conteúdo do questionário para os estudantes.....</i>	70
5.1.2	<i>Validação de conteúdo do questionário para os servidores que atuam na AE do IFCE.....</i>	73
5.2	Aplicação dos instrumentais.....	75
5.2.1	<i>Aplicação de questionário aos discentes do IFCE.....</i>	75
5.2.2	<i>Aplicação de questionário aos servidores do IFCE que atuam na AE.....</i>	75
5.3	Análise da aplicação do instrumental com o público discente do IFCE.....	76
5.4	Análise da aplicação do instrumental aplicado aos servidores do IFCE que atuam na AE.....	93
6	DELINEAMENTO DO PRODUTO.....	109
6.1	Produto Educacional.....	109
6.2	Fases do produto educacional.....	111
6.3	Técnicas de Elaboração do Produto Educacional.....	111
6.4	Validação do Produto Educacional.....	112
6.5	Análise da validação.....	115
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
	REFERÊNCIAS.....	128
	APÊNDICE A – Formulário de validação do questionário para os estudantes, realizada por juízes.....	135

APÊNDICE B – Questionário dos estudantes.....	143
APÊNDICE C – Análise da validação do instrumental para os estudantes.....	146
APÊNDICE D – Análise do instrumental dos estudantes: cálculo geral.....	152
APÊNDICE E – Formulário de validação do conteúdo do questionário dos servidores.....	160
APÊNDICE F – Questionário para servidores que atuam na assistência estudantil.....	162
APÊNDICE G – Análise do instrumental aplicado aos servidores: cálculo geral.....	166
APÊNDICE H – Formulário de validação do Produto Educacional.	176
ANEXO A – Percurso histórico da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil.....	181
ANEXO B – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE).....	183

1 INTRODUÇÃO

A assistência estudantil (AE) no Brasil surgiu timidamente na década de 1930. Anteriormente, as demandas vinculadas aos direitos sociais e proteção social estavam em movimento no país e no mundo, pós-revoluções e Primeira Guerra mundial. A partir desse contexto, foram intensificadas lutas sociais organizadas por grupos compostos por camadas da sociedade brasileira, conscientes da necessidade de mudanças na educação. A união desses grupos, compostos em sua maior parte por estudantes e trabalhadores das universidades deram lugar à discussões sobre igualdade de direitos no âmbito da educação pública para toda a população como forma de compensação das desigualdades vivenciadas no país. Porém, somente 80 anos após o início das discussões sobre o direito do acesso à educação para todos e suas políticas necessárias, é que surge o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2010.

No decorrer destas oito décadas, o país viveu, na educação, períodos de fortes reivindicações e percalços, percebidos pelas universidades que, sendo possuidoras de meios e sujeitos intelectuais, pensaram e realizaram ações visando o fortalecimento da assistência estudantil, numa tentativa de diminuir centenas de anos de desigualdades educacionais pelas quais o povo brasileiro, que integra as camadas sociais mais vulneráveis e carentes, foi e é historicamente submetido.

Conforme afirma Silveira (2012), o processo de implementação das ações voltadas à assistência estudantil nas instituições de ensino federal resultou em mecanismos direcionados à demanda por permanência do público estudantil socioeconomicamente vulnerável, ou seja, como política social de direito, essas ações devem contribuir de modo a diminuir os efeitos causados pelas desigualdades sociais, como forma de criar uma estrutura que possibilite promover a permanência, conclusão e êxito do curso acadêmico aos estudantes assistidos.

O direito à educação como uma política social é, antes de qualquer coisa, dever do Estado como forma de atender à demanda popular. Esta demanda cresceu e cresce quando percebida na sua importância de mudança da realidade. A população brasileira, a partir de grupos sociais, percebeu e percebe ainda a necessária, profunda e urgente mudança no âmbito da educação brasileira, mudanças essas que abrangem o comportamento e o pensamento do povo brasileiro, numa tentativa de imprimir na população uma visão de igualdade e de direitos para todos.

O Brasil passou, embora tardiamente, por um período de “democratização”¹ do ensino, apresentando marcos regulatórios somente a partir dos anos 2000, como por exemplo, a Lei 10.172, de 10 de janeiro de 2001, que criou o Plano Nacional de Educação e, em 2007, a aprovação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

No âmbito da Rede Federal de Educação Profissional foi criado o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, por meio da Lei 11.195, de 18 de novembro de 2005, pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), que visava expandir o espaço de abrangência e cobertura das instituições de ensino federais e, consequentemente ampliar o ingresso da população à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país (BRASIL, S/D).

Outras medidas de igual importância ocorreram no país, dentre elas, as de caráter afirmativo, visando a consolidação de programas sociais e políticas de acesso nas instituições federais de ensino. Como exemplos, citam-se a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012/MEC), o Programa Bolsa Permanência (Portaria nº 389/2013/MEC) e o PNAES (Decreto 7.234/2010/MEC). Estas medidas visavam atender grupos sociais considerados como em desvantagem social:

As ações de caráter afirmativo são exemplo de ações positivas do Estado, pois se baseiam no princípio do tratamento desigual aos desiguais para proporcionar igualdade entre todos. Os desiguais são as chamadas “minorias sociais” – grupos formados por pessoas em desvantagem social ante o papel que exercem/exerceram ou ocupam/ocuparam historicamente nas relações sociais (mulheres, negros, idosos, pessoas com deficiência, pobres, lgbtq+, imigrantes, entre outros). (SILVA, 2019, p. 13).

Porém, é importante observar se a implementação dessas políticas e programas estão/são suficientes para garantir a efetivação do acesso, permanência e êxito estudantil ao público atendido por elas. Sendo relevante também verificar se os meios disponibilizados para a execução deles nas instituições federais de ensino estão sendo satisfatórios.

Em meio a essas contradições, a escolha pelo tema assistência estudantil originou-se, como uma forma de reflexão provocada pela inquietação vivida nas institui-

1 Para Dias Sobrinho, “as políticas de democratização não devem apenas criar condições para que todos possam estudar, mas também assegurar igualdade de oportunidades, inclusive do ponto de vista qualitativo. Isso implica, entre outras providências, a necessidade de ações e programas que preparem os jovens mais desfavorecidos para a dura competição pelo ingresso em bons cursos e carreiras socialmente valorizadas. ‘Democratização’ não se restringe à expansão quantitativa; tem a ver também com qualidade pública e então com pertinência e relevância social; não havendo qualidade para todos, não se cumpre o princípio da equidade e não se diminuem as desigualdades sociais;” (DIAS SOBRINHO, 2010, pp. 1237-1238).

ções de ensino federais devido ao cenário de intensa reformulação da educação pública brasileira ocorrida principalmente entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC)² e Luiz Inácio Lula da Silva³ em acordo com a política do Banco Mundial (BM)⁴, conforme explicita Lima (2011):

[...] da metade da década de 1990 a primeira década do novo século. Neste período, os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, em absoluta consonância com as políticas do BM, operaram um conjunto de reformulações na política de educação superior a partir de dois eixos centrais: a diversificação das instituições de ensino superior (IES) e dos cursos e a diversificação das suas fontes de financiamento (LIMA, 2011, p. 87).

No entanto, diante deste fato, vivido na educação pública superior brasileira nos anos 1990, apresentado à população socioeconomicamente vulnerável como sendo um período de “democratização” e criticada por Lima (2011, p 92) ao afirmar que “[...] a desconstrução da educação superior pública brasileira é apresentada como ‘democratização’ do acesso à educação para os segmentos mais pauperizados da população”, tornou o desafio ainda maior para servidores e estudantes das instituições públicas federais.

Ao considerar esta realidade e ainda por ser integrante da comunidade acadêmica da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) desde 2011, na condição de servidora técnico-administrativa, hoje lotada na Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (Propae), setor responsável pela organização das ações de assistência estudantil, a pesquisadora sentiu-se influenciada pelo tema.

A escolha profissional de compor o quadro de servidores da UNILAB foi fruto do percurso de estudos, dificultado pela vulnerabilidade socioeconômica vivida pela pesquisadora. Filha de uma mulher forte, que trabalhava como diarista para sustentar, sozinha, quatro filhos. Esta mãe foi a maior motivação para os estudos e o ingresso na graduação, em 2002, na Universidade pública, a Universidade Federal do Ceará (UFC).

Além do mais, a experiência como servidora da Unilab, instituição criada em 2010, durante o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Superior (Reuni)

2 Sociólogo, nascido na cidade do Rio de Janeiro (RJ), em 18 de junho de 1931. Presidente do Brasil. 1º mandato: 1995-1999 e 2º mandato: 1999-2003.

3 Luiz Inácio Lula da Silva presidente do Brasil nos mandatos 2003-2006 e 2007-2011.

4 Instituição financeira internacional que efetua empréstimos a países em desenvolvimento. É o maior e mais conhecido banco de desenvolvimento no mundo.

e que tem como base princípios de cooperação solidária entre os povos e apresenta-se como um espaço de resistência às desigualdades, foi também uma grande influência na escolha da investigação realizada.

Dentro do contexto de “democratização” da educação é importante observar como as políticas de educação oferecidas no país estão sendo implementadas, de modo a perceber como os instrumentos institucionais das políticas de acesso e permanência têm funcionado. Portanto, diante da atual conjuntura, é uma questão primordial para as Instituições Federais de Ensino (servidores e discentes), o desafio de zelar e defender a manutenção do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Considerando os longos anos de desigualdades sociais em diversas vertentes que acometem o país e a luta de parte da sociedade civil pela democratização na educação visando a igualdade de direito ao ingresso, permanência e êxito escolar e acadêmico dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a implementação de ações voltadas à assistência estudantil possibilita que o público discente em situação socioeconomicamente vulnerável possua um aporte que os auxiliem no percurso estudantil permitindo diminuir os índices de evasão e retenção.

Desse modo, o objeto dessa investigação é observar como a difusão das ações de assistência estudantil no IFCE, com foco nos auxílios estudantis, tem sido percebida por estudantes e servidores. Assim, as observações desta pesquisa se debruçam, principalmente, nas elaborações de Dias Sobrinho (2010), Saviani (1997); (2008) e Bobbio (2004) que trazem em seus escritos o tema do direito à educação e outros direitos sociais. Já Antunes (2018), Andrade, Cavaignac e Santos (2016) e Dutra e Santos (2017), dentre outros, tratam do tema assistência estudantil.

Percebendo o grau de importância do tema assistência estudantil e visando que ele seja amplamente difundido e compreendido pela comunidade acadêmica do IFCE, principalmente por parte dos discentes e, ainda, compreendendo a importância de estudos que analisem a relevância das ações de assistência estudantil para expandir a discussão acerca da manutenção e também ampliação delas, traçamos os objetivos, realizamos o resgate bibliográfico para apresentar o percurso e elaboramos o produto educacional visando responder ao seguinte questionamento: “como

a criação de um vídeo em formato *Storytelling*⁵, a partir de uma linguagem mais acessível ao público ao qual se destina e cujo excesso de formalismo linguístico não represente um empecilho para a assimilação da mensagem, pode colaborar para uma melhor divulgação e compreensão acerca das ações de assistência estudantil oferecidas no IFCE?”

Deste ponto, constituímos o objetivo geral desta dissertação: avaliar como as ações de assistência estudantil, vinculadas ao PNAES (Decreto 7.234/2010), têm sido difundidas no âmbito dos Campi do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) aos estudantes a quem são destinados os auxílios estudantis. Enquanto os objetivos específicos estão assim definidos 1) apresentar um panorama breve sobre a educação no Brasil, dando foco ao processo de expansão e desafios da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; 2) Contextualizar a assistência estudantil dentro da evolução histórica das lutas populares e de trabalhadores, em especial os da educação no Brasil chegando até a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); 3) Apresentar as percepções de estudantes e de servidores que atuam na assistência estudantil sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (IFCE) e, 4) Elaborar um vídeo educacional, em formato de *Storytelling*, abordando a assistência estudantil, com foco nos auxílios estudantis, contendo uma linguagem acessível ao público ao qual se destina e cujo excesso de formalismo linguístico não represente um empecilho para a assimilação da mensagem.

O trabalho está estruturado em 7 seções. Na primeira seção encontra-se a introdução, na qual optamos por apresentar uma breve contextualização do cenário da educação brasileira como forma de justificar a escolha pelo tema, além de um resgate de vivências pessoais, não menos importante, no despertar pela opção da temática.

Na segunda seção, “Entre a democratização do acesso e a permanência estudantil” organizamos um resumo acerca dos avanços e percalços vivenciados na história da educação brasileira, dando destaque a alguns programas e políticas

5 É um termo em inglês. "Story" significa história e "telling", contar. Mais que uma mera narrativa, **Storytelling** é a arte de contar histórias usando técnicas inspiradas em roteiristas e escritores para transmitir uma mensagem de forma inesquecível. É a arte básica de comunicar uma ideia ou mensagem através de palavras, imagens e sons criativos. É a capacidade de contar histórias de maneira relevante, onde os recursos audiovisuais são utilizados juntamente às palavras.

institucionais implementados nas Instituições Federais de Ensino. Na subseção “Expansão e desafios da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica” foi feito um apanhado acerca do percurso da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, ao longo do século XIX até os dias atuais, incluindo sua expansão e interiorização.

Baseando-se nas informações da seção anterior organizamos a terceira sessão iniciando com uma breve apresentação da história acerca da assistência estudantil no Brasil, melhor organizada, somente em 2010, a partir do PNAES. Seguiu-se a exposição mostrando a importância das reivindicações sociais e reformas educacionais que impulsionaram as políticas públicas, permitindo a aplicação de ações na rede federal de ensino.

Organizamos ainda a subseção denominada “O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos Institutos Federais de Educação”, na qual foram abordadas informações relacionadas à criação do PNAES e às ações vinculadas ao programa. Abordamos informações acerca da aprovação e inclusão das ações do PNAES nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, enfatizando a relevância das ações de assistência estudantil na Rede Federal de Educação.

Já na subseção “Política de Assistência Estudantil do IFCE: auxílios estudantis e divulgação” foram apresentadas as ações de assistência estudantil aplicadas no IFCE através de legislação específica (Regulamentos, Portarias e Resoluções), fundamentada na legislação nacional. Ainda na terceira seção abordamos as ações de assistência estudantil, desenvolvidas em forma de programas de caráter universal e específico no âmbito do IFCE, baseadas no Regulamento da Política de Assistência Estudantil (RAE) de 2015.

Na quarta seção estão contidos os aspectos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, na qual disponibilizamos o tipo, o locus, os participantes e as fases da pesquisa. Além disso, apresentamos os dois instrumentos de coleta de dados, os aspectos éticos da pesquisa, o armazenamento e manuseio dos dados e o levantamento bibliográfico.

E, como forma de responder aos questionamentos desta investigação, trouxemos na quinta seção os resultados da pesquisa acerca da assistência estudantil, com foco nos auxílios estudantis, realizada com estudantes do IFCE e servidores que atuam nas atividades de assistência estudantil nesta instituição.

Na sexta seção, apresentamos o Produto Educacional (vídeo educacional), um dos frutos desta investigação, no qual abordamos os objetivos e a metodologia utilizados para elaboração dessa ferramenta de modo a torná-la atrativa e instrutiva para utilização nas redes sociais, percebendo a importância do tema e, ainda, como forma de contribuir na difusão junto à comunidade interna e externa ao IFCE.

Já nas considerações finais destacamos os caminhos percorridos para a elaboração deste trabalho bem como os principais pontos e observações relacionados à pesquisa e ao Produto Educacional (PE), frutos desta investigação, realizada no IFCE.

2 ENTRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

A história da educação no Brasil é marcada por séculos de desigualdade social⁶ e discriminação racial⁷, o que acabou por gerar em uma parcela subalternizada da população, a busca pela igualdade de direitos, numa tentativa de garantir o que durante muitos anos lhe foi negado e mercantilizado: o acesso igualitário à educação. Mesmo que a passos lentos, a história do país tem ganhado novos contornos, motivada pelos esforços de muitas gerações de brasileiros, que se encontram nas trincheiras da luta por igualdade entre as classes.

Nesta seção será feito um breve histórico da educação brasileira, destacando os pontos mais relevantes quanto ao objeto de estudo desde o Brasil Colônia até o Brasil dos dias atuais, buscando de forma breve apresentar e contextualizar o longo processo de lutas e conquistas por direitos, que muito colaborou para impulsionar o surgimento de mecanismos legais (leis, planos, políticas públicas e programas sociais) como modo de promover socioeconomicamente a inclusão de populações historicamente privadas do acesso à educação de qualidade e de oportunidades no Brasil.

2.1 Da negação dos direitos à expansão e interiorização da rede federal de ensino

A história brasileira revela que no período colonial, entre os séculos XVI e XIX, o país se ancorava em uma cultura excessivamente patriarcal, latifundiária, escravocrata e aristocrática mantendo a oferta de educação limitada às camadas sociais mais ricas e excluindo desta oferta, a classe trabalhadora, composta, em sua maioria, por pessoas indígenas, negras e pobres.

Para Marçal Ribeiro (1993), este período foi marcado por três tipos de educação: 1) a educação ofertada aos índios e negros, ensinada pelos padres jesuítas, tinha a missão de catequizar, ensinar a passividade e a submissão aos senhores

6 “Independente do padrão utilizado para analisar a pobreza, segundo os pesquisadores do IPEA e PNAD, no nosso caso, a pobreza no Brasil necessariamente está vinculada às desigualdades sociais, às diferenças gritantes de distribuição de renda. O que quer dizer que o Brasil poderia ter um enorme crescimento econômico, no entanto, se não enfrentar suas desigualdades, se não tiver equidade na distribuição de seus recursos ele continuará sendo muito pobre” (GODINHO, 2011, p.3).

7 A discriminação racial é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva de uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça (ALMEIDA, 2019).

brancos, sendo, portanto, chamada de educação elementar; 2) a educação média destinada aos homens da classe dominante, com exceção dos filhos primogênitos (preparados para ser responsáveis pelos negócios do pai na Colônia) e das mulheres; e 3) a educação superior, exclusivamente voltada aos filhos dos aristocratas interessados na vida sacerdotal. Aos demais filhos dessa elite eram-lhes dada a opção de estudar na Europa, e assim, ao voltarem letrados, administrariam o país, reforçando o ciclo hegemônico de poder existente à época no país.

A chegada da família real portuguesa no Brasil, em 1808, fugida da Europa, em razão da Revolução Francesa, provocou mudanças na Colônia, dentre elas a cidade do Rio de Janeiro passou a ser o centro administrativo e financeiro do império português. A presença da corte portuguesa permitiu a criação de instituições de ensino superior visando, é claro, atender ao público recém-chegado, mantendo assim, seus privilégios. Em 1822, quando a independência do Brasil ocorreu, Portugal já vinha enfrentando um enfraquecimento político e econômico causado pelo contexto de disputas à época.

Em 1827, alguns anos após a declaração da independência do Brasil foi elaborado, pelo Primeiro Império, um documento conhecido como Lei das escolas de primeiras letras, o qual afirmava, em seu artigo 1º, que: “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias” (TAMBARA e ARRIADA *apud* SAVIANI, 2008, p. 07). A respeito deste documento, Dermeval Saviani concluiu “essa lei permaneceu letra morta”, e assim, o Brasil atravessou

[...] o século XIX sem que a educação pública fosse incrementada. [...] Dessa forma o sistema nacional de ensino não se implantou e o país foi acumulando um grande deficit histórico em matéria de educação (SAVIANI, 2008, p. 9-10).

Com o fim do Brasil Império e início do Brasil República, ocorrido entre o final do séc. XIX e início do séc. XX, o país vive tardiamente a abolição da escravidão e a imigração de povos europeus, o que ocasionou mudanças econômicas e sociais, sendo algumas delas: a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, o surgimento da indústria e a preocupação com a mão de obra para atender ao mercado, além de outras que impulsionaram transformações também na educação, conforme se constatou nas propostas relacionadas a reformas pedagógicas surgidas entre

os anos de 1889 e 1930, no período chamado de República Velha, que foram: a Reforma Benjamin Constant⁸ (1890), Código Epitácio Pessoa⁹ (1901), Reforma Rivadávia Correa¹⁰ (1911). Reforma Carlos Maximiliano¹¹ (1915) e Reforma Rocha Vaz¹² (1925). Essas e outras reformas não foram suficientes para resolver alguns dos problemas educacionais existentes à época, como, por exemplo, a falta de professores e vagas para compensar o crescimento da população em idade escolar.

Na década de 1920, como consequência da queda das oligarquias e também da ascensão da burguesia industrial, novos pensamentos filosóficos, baseados nos “escolanovistas”¹³, foram sendo incorporados à educação deste período da história brasileira. Estes pensamentos e outros, como a ideologia católica¹⁴ seguiram em discussão, sendo marcados por reformas estaduais, como a de Anísio Teixeira (1925)¹⁵, na Bahia, a Reforma Francisco Campos¹⁶(1931) em Minas Gerais e uma reforma no ensino superior e outra no ensino secundário. Os conflitos de ideias e as divergências ocorridas na área da educação eram constantemente confundidos com interes-

8 Regulamentou, essencialmente, a instrução primária, secundária, normal e superior. Norteada pelas ideias positivistas de August Comt.

9 Org. dos códigos dos institutos de ensino superior

10 Ideário de educação livre

11 Reorganização Ensino secundário e superior

12 Institui currículos em série

13 O escolanovismo: “vai buscar na Europa suas origens, onde já no século anterior uma sociedade industrializada se preocupava com a individualidade do aluno. No Brasil, os pioneiros da Escola Nova defendem o ensino leigo, universal, gratuito e obrigatório, a reorganização do sistema escolar sem o questionamento do capitalismo dependente, enfatizam a importância do Estado na educação e desta na reconstrução nacional. Como solução para os problemas do país, apelam para o humanismo científico-tecnológico, ou seja, convivência harmoniosa do homem com a máquina, criando-se condições para que os indivíduos convivam com a tecnologia e a ciência, fazendo-os entender que tudo isto está a serviço e disponibilidade do homem” (MARÇAL RIBEIRO, 1993, p 19,20). Escola Nova: “foi um movimento que visou a renovação do ensino da crítica à pedagogia tradicional. Amplamente difundido no Brasil, o ideário escolanovista se fundamentava principalmente no pensamento de John Dewey (SILVA e BOUTIN, 2015, p. 6.491).

14 “tem sua história montada nos séculos em que a Igreja dominava as relações sociais e vê o desmoronamento das instituições vigentes como consequência do afastamento do homem de Deus. Na educação, os conservadores católicos têm uma filosofia pedagógica coerente com a visão cristã do mundo, defendendo um ensino religioso para a formação cristã e vendo a cristã como objeto central da educação; defendida a educação em separado, diferenciada para cada sexo”(MARÇAL RIBEIRO, 1993, p 21).

15 “com base no pragmatismo americano, uma concepção de educação escolar ampliada, que, ainda hoje, ecoa no pensamento e nos projetos educacionais que buscam o aprofundamento no caráter público da educação escolar”. Lei nº 1.846/1925 no sistema educacional da Bahia (CAVALIERE, 2010, p. 250)

16 Criação do estatuto das universidades. Essa Lei alcançou o *status* constitucional e a Assistência estudantil foi regulamentada no artigo 157, prevendo recursos através de um fundo que: “[...] se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica [...]” (BRASIL, 1934).

ses de grupos locais que detinham o monopólio político. Mesmo em meio a esta realidade, os educadores denunciaram as deficiências na educação brasileira (MARÇAL RIBEIRO, 1993).

A partir de então, a Constituição de 1934, no art. 156, passou a citar em seu texto a responsabilidade que a União e os estados deveriam ter em aplicar, do orçamento geral, no mínimo 10%, e os estados 20% da arrecadação de impostos no sistema educacional do país. O que, de fato, não chegou a ser cumprido à época. Muito rapidamente, na CF de 1937, o texto foi retirado e novamente posto na constituição de 1946, desta vez fixando 20% para estados e municípios e 10% para a União. Percentuais que permaneceram somente no texto da lei.

Na Constituição de 1967 e na Emenda Constitucional de 1969 também voltaram a excluir o vínculo orçamentário, sendo restabelecido na atual Constituição de 1988, fixando, desta vez, 18% para União e 25% para estados e municípios, novamente permanecendo o descumprimento dos percentuais estabelecidos na Carta Magna, “especialmente a partir do Governo FHC” (SAVIANI, 2008, p. 10).

É perceptível, dessa forma, que a regulamentação orçamentária destinada à educação brasileira vem sendo descumprida, movida por corrupção e interesses econômicos ao longo de diferentes governos. Os fatos ocorridos no Brasil iniciados desde o colonialismo e passando pelo descumprimento das determinações das Constituições brasileiras com relação aos percentuais destinados à educação, durante muitas décadas, acarretaram (acarretam) uma série de consequências negativas para a educação pública do país, interferindo no desenvolvimento da educação brasileira e no sucateamento das instituições de ensino, pois provocam limitação de investimentos nessa frente.

Dias Sobrinho (2010) pontua com clareza a importância da educação com qualidade para todos quando discute o princípio da educação como um bem público, um direito social dos cidadãos e dever do Estado. Negando a ideia da educação como mercadoria, visto que não poderia ser considerada democrática se fosse viável apenas a quem pudesse por ela pagar, porquanto, a educação, como um bem público, deve ser considerada como um compromisso com a sociedade e a nação. Para o autor, somente através do cumprimento deste princípio essencial que se pode falar em democratização do acesso.

O direito social à educação de qualidade é um aspecto essencial e prioritário da construção da sociedade, de consolidação da identidade nacional e instrumento de inclusão socioeconômica. Por isso, assegurá-lo adequadamente é dever indeclinável do Estado. Um princípio defendido neste texto explicita que a qualidade deve ser para todos e ser imprescindível à construção de sujeitos sociais, e não somente para parcela privilegiada da sociedade e para o fortalecimento do individualismo (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1.225).

Não obstante, a estrutura social construída no Brasil, sob uma base de diferenciação e conseqüentemente de desigualdades, cuja elite é detentora de grande parte das riquezas do país, sendo negados, para a maior parte da população (índios, negros, mulheres, homens e crianças pobres) direitos básicos, como saneamento, qualidade de serviços de saúde, educação, segurança e cultura. Estrutura esta que perdura por séculos sob o domínio daqueles que detêm a hegemonia política, econômica e social e que não se comprometem em modificar este quadro, visando a manutenção de privilégios. Ademais, a educação brasileira foi fortemente atingida pelos interesses das políticas de caráter neoliberais, iniciadas na década de 1990, tornando-se então, a partir desse contexto, urgente e necessária a manutenção e efetivação dos direitos educacionais no país. Dias Sobrinho (2010) concorda, ao afirmar.

Por ser um fenômeno humano social, a educação é atravessada por contradições e conflitos relacionados com as diversas concepções de mundo e interesses dos indivíduos e dos diferentes grupos sociais (DIAS SOBRINHO, 2010).

Diante desta base de diferenciação social vivenciada no país e ainda em decorrência do avanço na implementação das políticas neoliberais que atingiram a educação, para Andrade, Santos e Cavaignac (2016), os debates acerca da democratização do acesso e permanência estudantil, no âmbito do ensino, se tornaram mais intensos na última década do século XX, pautando a educação como um direito social e orientados nos artigos 205, caput, e 206, I, da CF/88.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. Inciso I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

Destarte, o surgimento das discussões acerca da democratização do acesso ao ensino atinge a sociedade e as universidades públicas, dando vazão aos discursos relacionados também à democratização da permanência e conclusão dos dis-

centes nos cursos, geralmente de estudantes advindos dos diferentes níveis sociais mais vulneráveis, visando desta forma minimizar os efeitos da desigualdade no país.

Quando as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) resolveram aderir ao pacote de mudanças no ensino público federal proposto pelo Governo Federal, apresentados por meio do Decreto 6.096/2007 (Reuni), receberam, em contrapartida, incentivos financeiros para implementarem as diretrizes exigidas. Dentre elas, algumas já constavam na Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira, LDB Nº 9.394/1996. Quase uma década após as orientações contidas na LDB, as alterações foram exigidas às IFES pelo citado decreto. Tais mudanças eram influenciadas também pelas constantes transformações tecnológicas e mercadológicas que exigiam cada vez mais a qualificação dos indivíduos.

A partir do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, foi criado o importante Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais¹⁷ (Reuni), que previa promover a expansão e interiorização da rede federal de ensino, com o objetivo de aumentar as vagas nas instituições federais de ensino e as imprescindíveis políticas de ação afirmativa¹⁸, posteriormente baseadas na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, dentre outras medidas.

A partir do Reuni foram criadas 14 novas universidades federais e mais 100 novos *campi* no país, principalmente nos municípios do interior dos estados (ANDRADE, CAVAGNAC E SANTOS, 2016). Com o acesso ampliado, o Decreto 6.096/2007 previa em suas diretrizes a redução da taxa de evasão e a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil. Entretanto, pontuamos que, apesar do Reuni se apresentar como um pilar da política de acesso, também continha como proposta a redução proporcional do número de docentes nas universidades, agindo assim de forma controversa sobre a questão da reestruturação (RÊGO e SILVA, 2015).

17 O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, ao definir como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007. Este programa pretende congrega esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década (BRASIL. 2007).

18 De acordo com Oliven (2007, p. 153) as ações afirmativas são “um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos em determinada sociedade que tenha sido discriminada no passado”.

Destarte, a seguir abordaremos como as medidas previstas no Reuni, quando se trata da ampliação das vagas na Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica, têm sido acompanhadas de condições de permanência e sucesso acadêmico do público estudantil.

2.1.1 Expansão e desafios da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) foi oficialmente instituída no Brasil, em 1909, por meio do Decreto 7.556, de 23 de setembro, com a criação de dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices. Estas escolas eram destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito (BRASIL, 2020) e, durante o decorrer do século passado ela vem se desenvolvendo (ANEXO A).

Saviani (1997) já citava a necessidade de um sistema nacional de educação capaz de incluir a demanda crescente das camadas populares pelo acesso e permanência. Para o autor (2008), o Brasil detinha um sistema de educação organizado tardiamente, em comparação aos demais países, uma vez que foi marcado por um caráter elitista e celetista, o que ocasionou um acúmulo no déficit educacional.

No ano de 2005, o Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) criou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, que contou com três fases. Na primeira fase foi dada prioridade para construção de escolas nos Estados desprovidos dessas instituições, que foram Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, bem como a instalação de institutos federais de educação profissional nas periferias dos grandes centros urbanos e municípios do interior. Na segunda fase, iniciada em 2007, ficou estabelecida como meta a criação, em quatro anos de mais de 150 novas instituições federais de educação tecnológica, distribuídas nas 27 unidades federativas, contemplando 150 municípios diferentes de acordo com a escolha do MEC e também levando em consideração a manifestação de interesse das prefeituras municipais. Na terceira fase, iniciada em 2011, ficou estabelecido como projeto a criação de 208 novas unidades até 2014 (BRASIL, S/D¹⁹).

Em 2019, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica estava composta por 38 Institutos Federais, presentes em cada uma das 27 unidades federativas do Brasil, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universi-

19 Fonte: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>

dade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II, num total de 661 unidades (BRASIL, S/D²⁰).

A elevação no número das instituições federais de educação profissional e tecnológica teve também relação com o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, com validade 2001-2011 e contendo os seguintes objetivos e prioridades.

[...] a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso, permanência, com sucesso na educação pública e, democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 2001).

Dando seguimento aos objetivos citados no Plano Nacional de Educação 2001-2011, o PNE 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, propõe em sua meta 11, triplicar as matrículas da educação profissional técnica (EPT) de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público, seguindo o contexto da realidade de necessidades do país, conforme afirmam Ciavatta e Ramos: “a carência de perspectivas de trabalho e renda para jovens, principalmente, das classes populares, torna a educação profissional necessidade” (CIAVATTA e RAMOS, 2011, p. 36).

Assim, a expansão da rede federal de ensino garantiu que a educação profissional e tecnológica fosse pensada e utilizada como uma estratégia, não somente para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como forma de fortalecer o processo de inserção de brasileiros como cidadãos.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), em decorrência de sua atuação social, teriam sua natureza caracterizada como sendo uma política pública, uma vez que procuram estabelecer uma interação com a comunidade na qual estão inseridos. Esta nova visão, obtida na criação dos IFs, tem como base uma perspectiva de inclusão social, diferentemente de outros períodos da história da educação profissional e tecnológica (PACHECO, 2010).

Considerada como uma das medidas para ajudar na democratização da educação, Antunes (2018) esclarece que a criação dos Institutos Federais de Educação,

²⁰ Fonte: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>

Ciência e Tecnologia (IFs), em 2008, conseguiu reunir por completo, os diferentes níveis e modalidades de ensino, da formação inicial e continuada até as graduações tecnológicas e pós-graduação *lato e stricto sensu*. Nasceram assim, com o objetivo de ampliar a oferta do ensino médio e superior no país. Porém, o PNE 2014-2024 já previa alguns desafios que a rede pública enfrentaria, percebendo que o caminho a ser percorrido não seria fácil.

A formação do professor que seja capaz de articular o conhecimento teórico com a habilidade técnica; a integração curricular que contemple teoria e prática; o desenvolvimento de metodologias de ensino adequadas a esse público; e a infraestrutura das escolas, o que inclui entre outros fatores, laboratórios especializados (BRASIL, 2014, p. 190).

Não somente estes, mas outros desafios surgiram, como a interiorização da educação superior e profissional no Brasil que gerou o aumento de vagas nas instituições federais, provocando, em contrapartida, o aumento da retenção e da evasão estudantil, considerando que o público também era composto de estudantes socioeconomicamente vulneráveis²¹. A partir dessas intercorrências, tornou-se primordial a implementação de ações numa tentativa de combater esta realidade e possibilitar a este novo público estudantil, meios para auxiliar na permanência e no êxito dos cursos acadêmicos.

A ampliação da oferta do ensino público federal, através do aumento de vagas nas instituições federais de ensino, não foi capaz de corresponder o que foi proposto no PNE (válido pelo período de 2001 a 2011), demonstrando a existência de fragilidade no compromisso do país com as políticas educacionais e consequentemente um constante descumprimento das ações planejadas.

Esta difícil tarefa na efetividade e cumprimento de ações políticas necessárias ao país tem sido frequente, principalmente levando em consideração a instabilidade sofrida pelos integrantes das camadas sociais mais vulneráveis que são diretamente atingidos pelo crescimento da insegurança política e econômica vivenciada no decorrer da história brasileira, conforme afirma Bobbio (2004): “[...], uma coisa é falar dos direitos do homem, [...], e justificá-los com argumentos convincentes, outra coisa é garantir-lhes uma proteção efetiva” (BOBBIO, 2004, p. 32).

21 Vignoli (2001) compreende vulnerabilidade como a falta de acesso às estruturas de oportunidade oferecidas pelo mercado, estado ou sociedade, apontando a carência de um conjunto de atributos necessários para o aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existentes (VIGNOLI, 2001, p. 2). Busso (2001) considera a vulnerabilidade como a debilidade dos ativos que indivíduos, famílias ou grupos dispõem para enfrentar riscos existentes que implicam a perda de bem-estar.

Notamos assim, a importância da criação e execução de medidas que garantam a estabilidade e efetivação dos direitos alcançados, como forma de possibilitar garantir a igualdade nas condições de permanência e sucesso estudantil na educação brasileira. Ou seja, o conjunto de conquistas ocorrido na educação do Brasil, que custou décadas de lutas por parte de segmentos sociais e dos trabalhadores, em especial os da educação, não está de fato assegurado, mesmo diante da garantia dada pela CF/88, no art. 205, de “educação, direito de todos” com “igualdade de condições para o acesso e permanência...” (BRASIL, 1988)

Assim, para que a democratização do ingresso, permanência e êxito dos estudantes nos cursos tenha o seu ciclo efetivamente concluído, é necessário compromisso na execução de cada uma dessas fases. Paula e Silva (2012) falam da importância de se completar este processo, o que possibilitaria atestar o que as políticas propõem através de suas ações.

Partimos do princípio de que a ênfase na política de expansão e massificação não esgota o projeto de democratização da educação superior. Esse processo só se completará se tivermos igual proporção de crescimento na taxa de concluintes, com integração crescente das camadas marginalizadas socialmente, sobretudo dos estudantes de baixa renda. É necessário visar com igual ênfase o final do processo: a conclusão, com êxito, dos cursos superiores, integrando nesses índices as camadas subalternizadas da população, com garantia de qualidade na formação. A vigilância constante sobre a qualidade dos cursos de graduação, as taxas de conclusão e o perfil socioeconômico dos concluintes e dos que evadem nos parece essencial, não apenas para atestar ou não o sucesso do processo como para produzir *feedbacks* sobre as políticas adotadas (PAULA e SILVA, 2012, p. 7)

Dias Sobrinho (2010) vai ao encontro das ideias de Paula e Silva (2012), ao afirmar que a democratização da educação superior não pode somente estar relacionada ao ingresso, com a criação de mais vagas, fazendo-se necessária a criação de meios que assegurem a permanência, bem como condições adequadas no sentido de garantia também da qualidade do ensino. A permanência e acesso são essenciais à democratização da educação e asseguram que a preocupação com a questão quantitativa seja somente um dos passos a ser dado. Faz-se então, necessária também a atenção constante quanto às condições de permanência e êxito acadêmico aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis, evitando assim, a evasão e a retenção estudantil, dando, portanto, a ênfase necessária também à questão qualitativa na educação.

A defesa pela igualdade de condições de acesso motivou lutas intensas nos últimos anos do século XX, demandando mudanças necessárias na educação, como forma de garantir também a democratização nas condições de permanência e êxito escolar e acadêmico aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis. A este enfrentamento, Frigotto (2007) considera ter relação com a existência de uma percepção da estrutura social construída desde o Brasil Colônia e escravocrata passando pelo período de hegemonia da doutrina neoliberal vivida no país na década de 1990, visando assim, saldar a imensa dívida que o país tem com a educação básica, profissional e tecnológica.

Desse contexto, alguns direitos foram implementados no âmbito da educação brasileira, ao longo do século XX e início do século XXI. Porém, é importante que os direitos relacionados às políticas educacionais e outras que afetam diretamente à educação, como políticas pautadas nos direitos de professores e demais profissionais da educação, sejam consolidadas, possibilitando a continuidade e efetividade dos direitos alcançados, de modo a não ficarem vinculadas somente às políticas de um determinado governo, pois os direitos dos trabalhadores devem ser encarados como políticas de Estado.

É primordial salientamos que a luta da classe trabalhadora brasileira é histórica, árdua e carece de mecanismos de auto-organização, todavia, é também importante citarmos, que parte dos resultados já alcançados até agora, quando se trata dos direitos inerentes à educação, são também frutos de interesses socioeconômicos impostos pelo capital que visam como prioridade à qualificação profissional e à competitividade, como forma de impulsionar o crescimento do mercado brasileiro e a garantia de lucros, apoiando-se nas instituições de ensino para tal fim e deixando em segundo plano a formação integral dos sujeitos.

Para Ciavatta e Ramos (2011), esta realidade vivenciada na educação brasileira continua sendo um dos desafios do nosso século.

No horizonte permanece a necessidade de se construir um projeto de ensino médio que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a formação humana, laboral, cultural e técnico-científica, segundo as necessidades dos trabalhadores (CIAVATTA e RAMOS, 2011, p. 31).

Logo, as mudanças ocorridas nas Instituições Federais de Ensino (IFEs) possibilitarem o aumento de vagas e conseqüentemente o aumento nas condições de acesso a estudantes socioeconomicamente vulneráveis, existe ainda a luta para que

o processo formativo ofertado aos discentes tenha a formação multilateral como foco, sendo esta uma tarefa desafiadora para os trabalhadores dessas instituições.

Tais transformações, impulsionadas pela adesão das IFEs ao Reuni, acrescentaram a responsabilidade de implementação de ações como forma de auxiliar a gestão do volume de estudantes ingressantes, proveniente do aumento das vagas, incluídas as ações voltadas à permanência e ao sucesso acadêmico do público estudantil.

Acerca deste processo de mudanças vivenciadas nas Instituições Federais de Ensino, Paula e Silva (2012) afirmam a necessidade de que o transcurso seja completo ao serem cumpridas todas as etapas, garantido o êxito nos cursos e mantida a qualidade deles. Ou seja, elas consideram que o cumprimento destas etapas funcionaria como uma forma de atestar o que as políticas se propõem a fazer para democratizar de fato a educação.

Tencionamos refletir, que o Reuni, além de se configurar enquanto medida tomada para expandir a rede federal de educação profissional e tecnológica e as Universidades Federais, visava funcionar ampliando também as políticas relacionadas à assistência estudantil no Brasil, possibilitando a continuidade no processo que inicia com o ingresso e é complementado com as etapas de permanência e êxito estudantil, conforme cita o art. 2º, inciso V, do Decreto nº 6.096/2007 (REUNI).

A ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil objetiva a igualdade de oportunidades para o estudante que apresenta condições socioeconômicas desfavoráveis. Esta medida está diretamente associada à inclusão, democratização do acesso e permanência de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades, compreendidas como partes integrantes de um projeto de nação (BRASIL, 2007, p. 6).

Salientamos ainda, o importante papel do PNE (2014-2024) na conferência e reforço deste processo, contribuindo na promoção de estratégias para “[...] elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, [...]” (BRASIL, 2014), permitindo aos estudantes, de variados contextos de vulnerabilidade social e econômica, ao acessarem as instituições federais de ensino, sejam a eles oferecidas condições de permanência e êxito acadêmico, através de ações vinculadas à assistência estudantil, conforme afirmação de Santos (2017).

A demanda por uma política de assistência estudantil confirma a necessidade de se efetivar o direito à Educação. Porém mais que isso, expõe as con-

tradições do capital, ao afirmar que determinados indivíduos (estes advindos da classe trabalhadora) necessitam de um mecanismo de suporte para exercer o direito constitucional à Educação. A garantia deste direito não assegura que todos tenham acesso ao ensino em iguais condições. Surge, então, a seguinte problemática: a permanência de estudantes de baixa renda nas instituições de ensino (SANTOS, 2017, p. 10).

Tomando por base a legislação e a realidade, vivenciadas nas instituições federais de ensino, foram então realizadas importantes pesquisas do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantil (Fonaprace). A primeira pesquisa no ano de 1994, a segunda entre os anos de 2003 e 2004, a terceira em 2010 e a quarta em 2014, apontaram a dificuldade socioeconômica como sendo a causa da evasão e retenção estudantil (SANTOS, 2017).

Além do mais, somando-se às lutas e disputas políticas, das universidades e dos segmentos sociais pelo direito à educação, orientado pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, de 24 de abril de 2007, criou-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), através do Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, visando a igualdade de oportunidades aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis e também a melhoria no desempenho acadêmico, através de ações vinculadas à assistência estudantil, possibilitando a diminuição do percentual de abandono, trancamento de matrícula e evasão nas instituições federais de ensino, fatores que estão intimamente relacionados à classe social do estudante.

Para Silveira (2012), as políticas de assistência estudantil, no âmbito da educação, sendo uma política social de direito, deve ajudar na redução dos efeitos causados pelas desigualdades sociais, permitindo a criação de mecanismos como forma de facilitar a permanência e a conclusão dos cursos trilhados por estudantes de baixa renda, de forma satisfatória. Conforme preconiza o I Guia Prático de Auxílios aos Alunos do IFCE – Volume I (2014).

[...] não basta a ampliação de vagas para a educação pública. O Estado tem a obrigação de prover as condições para que o estudante continue o seu caminho. Daí, o surgimento do Programa Nacional de Assistência Estudantil, que é constituído de serviços biopsicossociais e pedagógicos e auxílios aos estudantes (IFCE, 2014, p. 9).

Atentos ao crescimento das IFEs, é de fundamental importância ater-se à limitação dos investimentos disponibilizados para cumprir o planejamento das ações nas instituições, considerando que a melhoria das atividades contribui na formação dos

discentes, a quem são destinados os recursos. A seguir abordaremos um breve histórico acerca da assistência estudantil no Brasil, compreendendo o surgimento das discussões até o importante momento de sua efetivação com a criação do PNAES e, na perspectiva de uma necessária política nacional de assistência estudantil no país.

3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

Os debates acerca da assistência estudantil (AE) surgiram na década de 1930, a partir da criação das primeiras universidades brasileiras. (DUTRA e SANTOS, 2017). Sua efetivação, porém, data da década de 1970, em um contexto de luta pelo fim do regime militar e pela promulgação de uma Constituição Federal nova (SANCHES, 2012).

O termo assistência estudantil é frequentemente associado à assistência social. O que para Antunes (2018) significa uma inter-relação quando se lembra que o termo assistência social foi citada pela primeira vez na CF de 1934 (Art. 157, § 2º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – CREUB/34) e o termo assistência estudantil, embora não citado, veio atrelado à mesma Constituição, quando ela estabeleceu que uma parte do que seria gasto com educação “deveria ser aplicada em auxílios aos alunos necessitados, em forma de material escolar, bolsas de estudo, alimentação, atendimento médico e odontológico” (ANTUNES, 2018, p.76).

As Constituições Federais posteriores seguiram apresentando a assistência estudantil a partir de termos distintos, porém, sem detalhes quanto à responsabilidade, conforme explica Antunes.

[...] o percurso Constitucional da assistência estudantil se apresenta de maneira generalista, e somente a CREUB/34 faz destinação direta de recursos da União para auxílio aos alunos, sendo que nas Constituições posteriores, a responsabilidade é transferida para os sistemas de ensino (ANTUNES, 2018, p. 77).

Entretanto, foi com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 4.024, de 1961), que a AE passou a ser entendida como um direito destinado a todos os estudantes que precisassem dela. O que para Nascimento (2013) ocasionou um melhor amadurecimento desta temática, ganhando força nos movimentos estudantis e nas universidades, porém, sendo interrompida na maior parte do período militar (1964-1985). A partir dos primeiros momentos do enfraquecimento do regime militar, a luta pela AE foi retomada em 1970, tendo como suporte a União Nacional dos Estudantes (UNE), que estava sendo reestruturada após ter sido considerada ilegal em parte da ditadura militar (DUTRA e SANTOS, 2017).

Na década de 1980, a partir da crise do governo militar, é iniciado no país um movimento pela redemocratização e, conseqüentemente surgem a discussão e a defesa acerca do tema democratização do ensino, em particular nas universidades, a

partir da promulgação da CF/1988, conforme Dutra e Santos (2017) afirmam, quando tratam da importância do avanço gerado por ela na sociedade brasileira:

[...] um importante marco histórico que possibilitou o aprofundamento das discussões em torno da democratização do acesso e permanência nas universidades. Este documento representou um significativo avanço social e político para a sociedade uma vez que pela primeira vez na história do Brasil, configuram-se as garantias dos direitos sociais, além de também contemplar o processo de redemocratização da educação, mediante a universalização do acesso e a gestão democrática, centrada na formação do cidadão (DUTRA e SANTOS, 2017, p. 154).

As lutas e manifestações por direitos sociais e o retorno à democracia são fortalecidos nesta época. Uma delas foi o movimento civil denominado “Diretas Já”, que levou milhares de civis a reivindicarem eleições presidenciais diretas no Brasil. Consequentemente, após a metade da década de 1980, seguida por importantes acontecimentos, como a eleição de um presidente civil, a queda do Regime militar e a composição da nova Assembleia Constituinte, ocorreu a promulgação do símbolo da redemocratização do país, que foi a Constituição Federal de 1988, que possibilitou a ampliação dos direitos sociais, permitindo o surgimento de organizações, tal como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em 1989, para representar oficialmente as universidades federais na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral. Para funcionar como órgão assessor da ANDIFES foi escolhido o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), criado em 1987 e, tem sido extremamente relevante quando se trata da luta pela consolidação das ações de assistência estudantil no país.

Nesta contextura, atrelada posteriormente às políticas de expansão das universidades e ainda na tentativa de democratizar o acesso e a permanência estudantil, através de programas como o Reuni, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Lei de cotas, Dutra e Santos (2017) afirmam o espaço que AE ganhou, tanto nas discussões dentro da comunidade acadêmica como no Governo Federal, resultando na publicação do Decreto 7.234/2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tomando por base o Plano Nacional de Assistência Estudantil, elaborado em 2007 pela Andifes, em parceria com o Fonaprace, utilizando os resultados obtidos com as pesquisas do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes realizadas à época.

Muito diferente do assistencialismo, como muitas vezes é referida, a assistência estudantil abrange princípios e diretrizes que servem para nortear a implantação das ações que visam possibilitar o acesso, a permanência e a garantia de conclusão acadêmica de estudantes nos cursos das Instituições Federais de Ensino, objetivando “viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão” (BRASIL, S/D²²). Para Oliveira e Silva (2018, p. 7-8), a assistência estudantil “deve ser compreendida como direito do cidadão – leia-se estudante – e constitui dever do Estado protegê-lo dos efeitos da desigualdade ou vulnerabilidade em que se encontra, porventura, a pessoa”. Para o Fonaprace (2012) a assistência estudantil engloba

[...] um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (FONAPRACE, 2012, p.63).

Assim, o histórico de instabilidade econômica e social vivenciados na história do Brasil em razão dos longos anos de colonização, escravidão e das ditaduras civil e militar, ações que visavam mudanças, melhorias e principalmente a consolidação da assistência estudantil foram sendo pensadas numa tentativa de minimizar centenas de anos de desigualdade pela qual o Brasil foi e é vitimado.

Provocadas agora pelo contexto de redemocratização, ocorreram algumas reformas educacionais, dentre elas a reforma educacional do ensino superior, efetivada durante o governo de Lula da Silva (2003-2010), que permitiu o surgimento de programas como Universidade Para Todos (Prouni), em 2005, e o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (Reuni), instituído em 2007, possibilitando assim, ações que visavam o acesso e a permanência de estudantes nas instituições de ensino.

O Reuni, através das metas traçadas, possibilitou medidas para garantir a expansão e a interiorização da rede federal de educação profissional e tecnológica e das Universidades Federais, proporcionando aumento de vagas na rede federal de educação, permitindo a ampliação do acesso a essas instituições, incorporando as-

22 Fonte: <http://portal.mec.gov.br/pnaes#:~:text=O%20objetivo%20%C3%A9%20viabilizar%20a,situa%C3%A7%C3%B5es%20de%20repet%C3%A7%C3%A3o>

sim, uma quantidade maior de estudantes socioeconomicamente vulneráveis. Além do mais, medidas de suporte, também previstas no Reuni, foram aplicadas, dentre as quais destacamos as ações voltadas à assistência estudantil. Estas ações tinham o objetivo de enfrentar as dificuldades relacionadas à permanência, sucesso e conclusão dos estudantes nos cursos, pelas quais passavam esta recente parcela de estudantes incluída na rede federal de ensino, cumprindo-se outra meta, contida no inciso V, do Art. 2º, do Decreto nº 6.096/2007 (Reuni) que visava ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil no país.

Em meio a este processo, a assistência estudantil (AE) passou a ganhar espaço nas discussões das comunidades acadêmicas e também nas agendas do governo. Espaço este, fruto de intensas lutas de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Fonaprace (DUTRA e SANTOS, 2017). As reivindicações dessas entidades se baseavam na premissa do governo cumprir o que estava no ordenamento maior do Brasil, a Carta Magna de 1988, no art. 206: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...]” (BRASIL, 1988), conforme concorda Souza (2017) ao afirmar: “Constata-se que é nos marcos legais da Política de Educação que se encontram as bases para o surgimento e materialização da Assistência Estudantil, [...]” (SOUZA, 2017, p. 17).

Porém, na década de 1990, durante o Governo de FHC, ainda em fase de amadurecimento da AE, ocorreu uma limitação de recursos referentes à AE (DUTRA e SANTOS, 2017), conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1996, no art. 71, inciso IV:

Não constituirão despesas de manutenção e de desenvolvimento do ensino, aquelas realizadas com:
IV – Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social (BRASIL, 1996).

Em decorrência disso, de forma a normatizar a assistência estudantil, a ANDIFES, em parceria com o Fonaprace, formulou uma minuta, a partir das duas primeiras Pesquisas do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, publicadas em 1997 e 2004 e que resultaram no Plano Nacional de Assistência Estudantil, aprovado pelo ANDIFES em 2007.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil, que apresenta as diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos dessa natureza, busca satisfazer essas demandas da sociedade e dos alunos, constituindo-se, assim, em meta prioritária para a Andifes. Nele tem-se um marco histórico que representa o compromisso da Associação com a inclusão e a permanência dos jovens nas IFES (ANDIFES, 2007/2008).

Este Plano afirmava que a busca pela democratização da universidade e pela redução das desigualdades sociais não deveriam ocorrer apenas pela efetivação do acesso gratuito à educação, seria necessário também pensar ações que visassem a permanência, bem como a conclusão do curso, no intuito de amenizar os efeitos causados pela desigualdade que impede estudantes provenientes de classes pobres terem sucesso na vida acadêmica (ANDIFES, 2007/2008).

Ademais, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96), já constava em sua pauta a universalização do atendimento com base nos princípios de democratização do acesso, permanência e qualidade social como também constava no PNE de 2001, cujos objetivos eram a melhoria na qualidade de ensino e redução da desigualdade social no acesso e permanência na escola. Baseado então, na LDB/1996, no PNE (2001-2011) e no Plano Nacional de Assistência Estudantil (2007), que tinham o objetivo de apresentar as diretrizes como forma de nortear programas e projetos a serem estabelecidos, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), através da Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e criado através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, passando a ser executado pelas universidades federais e instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2010)

Assim, visando uma melhor compreensão, traremos, na subseção seguinte, uma breve explanação acerca do PNAES, seguida de observações acerca de como ocorreu o processo de inclusão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ao programa.

3.1 O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos Institutos Federais de Educação

A criação do PNAES visava melhor atender o aumento da demanda e acesso de estudantes em condições socioeconomicamente vulneráveis que passou a existir na rede de ensino público federal em razão da ampliação das vagas e também da interiorização do ensino. O programa visava então amenizar os efeitos relacionados à evasão e à retenção de estudantes que adentravam na rede pública federal sem as

condições socioeconômicas necessárias a sua permanência nessas instituições, contendo em seu art. 2º os seguintes objetivos:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Desse modo, percebemos que a preocupação não estava somente no acesso, ou seja, as ações vinculadas ao PNAES estão/são também ligadas à permanência e ao êxito e à conclusão dos cursos, como forma de integrar o processo de democratização do ensino, não bastando somente possibilitar o acesso, conforme reitera Zago (2006) ao afirmar que uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, requerendo também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino.

O Decreto 7.234/2010, que regulamenta o PNAES, menciona as ações da assistência estudantil, separando-as pelas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010), sendo aplicadas nas instituições de acordo com o plano de assistência estudantil de cada uma delas, correspondendo às necessidades estudantis apresentadas e principalmente considerando o parágrafo único, do art. 4º:

Art. 4º. Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010).

A ampliação das ações de assistência estudantil, resguardada pelo PNAES, foi uma conquista muito importante dos movimentos sociais, visto que elas passaram a contar com a garantia de recursos do Estado, visando atender prioritariamente estudantes provenientes de escolas da rede pública de educação básica e, cuja renda básica familiar não ultrapassa um salário-mínimo e meio (BRASIL, 2010).

Para Paula (2017), a importância da aprovação do PNAES, é “um marco na história da assistência estudantil no Brasil” (PAULA, 2017, p. 308), considerando que a partir do PNAES o governo federal, por lei, passou a ser responsável pelo repasse de recursos às instituições federais de ensino. Era enfim, o início de uma conquista, protagonizada pelas IFEs, obtida a partir de anos de estudos, pesquisas e reivindicações e, baseada numa realidade de alta diferenciação socioeconômica existente no Brasil (PAULA, 2017) com vistas a uma aquisição maior pela Política Nacional de Assistência Estudantil para o este país.

Para a execução das ações relacionadas à assistência estudantil foram citadas no caput do art. 4º, do Decreto 7.234/2010 (PNAES), quais as instituições responsáveis pelas ações de AE:

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010).

Importa salientarmos, que o processo de inclusão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ao PNAES foi inicialmente discutido no Seminário Construção de Diretrizes para as Políticas de Assistência Estudantil da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, realizado na cidade de Fortaleza, nos dias 06 e 07 de dezembro de 2010, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Ensino (FDE) do Conselho Nacional de Reitores dos Institutos Federais (CONIF) e pelo IFCE. Esse Seminário contou com a participação de representantes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), Reitores dos Institutos Federais, Dirigentes de Ensino, gestores e servidores que respondem pelas ações de assistência estudantil nas instituições da Rede Federal (FDE/CONIF e IFCE, 2010).

O Seminário foi dividido por momentos e para cada um deles ficaram estabelecidos os objetivos, os quais estão contidos no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1 – Momentos e objetivos do seminário: construção de diretrizes para as políticas de AE da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

(continua)

MOMENTO	OBJETIVOS
1º momento	Discutir/Apresentar os marcos legais e conceituais essenciais à construção de políticas de assistência estudantil

2º momento	Conhecer o papel dos profissionais diretamente envolvidos com a assistência estudantil e as possibilidades do trabalho integrado
3º momento	Munir os representantes dos IFs de informações relacionadas ao financiamento da Assistência Estudantil (fonte de recursos, matriz orçamentária, critérios de distribuição dos recursos da matriz orçamentária, aplicação dos recursos, possibilidades, rubricas e categorias de despesa).
4º momento	Discutir acerca dos elementos essenciais à construção de uma Política de Assistência Estudantil
5º momento	Elaborar propostas de diretrizes para a construção de Políticas de Assistência Estudantil da Rede Federal - EPCT

Fonte: RELATÓRIO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ENSINO – FDE/ CONIF e IFCE (2010, p. 2).

Após o Seminário seguiu-se a implementação e/ou melhoria da oferta de assistência estudantil na rede de educação profissional, em 2010, seguindo as orientações do Decreto 7.234/2010, possibilitando assim a execução das ações vinculadas ao PNAES, nos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), divididos em 579 Campi (APÊNDICE A).

3.1.1 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o PNAES

Criados pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia estão presentes em todos os estados brasileiros, organizados pelas reitorias e seus *campi* e oferecem cursos de qualificação profissional, técnicos de nível médio, Pronatec, superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas, pós-graduações *lato e stricto sensu*.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) são, de forma particular, instituições *multicampi* e pluricurriculares, que ofertam Educação Profissional e Tecnológica (EPT), abrangendo todos os seus níveis, de forma articulada com os outros níveis e modalidades da educação nacional e ainda licenciaturas, bacharelados e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Assim, o PNAES garante aos IFs autonomia na forma de utilização dos recursos que lhes são disponibilizados, levan-

do em consideração as demandas e particularidades locais e regionais em que estão estabelecidos os *campi* (BRASIL, 2010).

Para Cavalheiro (2013), os encaminhamentos e pareceres relacionados à Assistência Estudantil nos IFs estão sob a responsabilidade do Fórum de Pró-Reitores de Ensino (FDE), que organiza comissões temáticas no intuito de preparar estudos e ações voltadas ao tema e estas são incluídas na Comissão de Políticas de Inclusão e Diversidade.

Desse modo, assim como ocorrem estudos a nível nacional com o intuito de melhoria e ampliação das ações voltadas à assistência estudantil, é importante que os Institutos estejam atentos à sua política interna e busquem soluções para melhorá-la, o que nos leva ao próximo ponto do trabalho, onde será apresentado um breve panorama acerca das ações referentes à assistência estudantil desenvolvidas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e alguns dos limites e desafios encontrados neste âmbito.

3.2 Política de Assistência Estudantil do IFCE: auxílios estudantis e divulgação

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no contexto do Ceará foi inicialmente oferecida em 1909, pela Escola de Aprendizes Artífices, que passou a denominar-se em 1937 de Liceu Industrial de Fortaleza. Em 1942, foi nomeada de Escola Industrial de Fortaleza, em 1968, como Escola Técnica Federal do Ceará e em 1994 de Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). Somente a partir de 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892, que no Ceará, passou a ser denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE) e tinha como principal finalidade a oferta de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) nos distintos níveis e modalidades de ensino, desde a Formação Inicial e Continuada (FIC) até educação superior, incluindo cursos de tecnologia, licenciatura, bacharelados e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (IFCE, 2015).

O IFCE é uma instituição *multicampi*, de natureza jurídica de autarquia com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, ofertando cursos que abrangem o ensino básico, técnico, a graduação e a pós-graduação (PPE/IFCE, 2017). Sendo integrante da Rede Federal de Ensino se organiza de modo a cumprir dentre outras, as diretrizes nacionais contidas na Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estu-

dantil (PNAES) e no Decreto Presidencial nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o PNAES.

No que se refere à organização das ações relacionadas ao PNAES, o IFCE aprovou a Política de Assistência Estudantil, a partir da Resolução nº 024, de 22 de junho de 2015. O documento elaborado, contendo as diretrizes desta política interna, chama-se Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE (RAE), sendo de responsabilidade da Diretoria de Assuntos Estudantis/Reitoria (DAE/Reitoria).

A DAE/Reitoria, criada em 2013, é a responsável pelo planejamento, incentivo e apoio à melhoria do desempenho acadêmico e ainda a questões relacionadas às ações para os estudantes, dentre elas: moradia, alimentação, cultura, esporte e atendimento pedagógico e psicossocial. Importante citar ainda que esta Diretoria tem como eixo basilar o diálogo permanente e articulação com as representações estudantis, Pró-reitorias de Administração, Ensino, Extensão e Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (IFCE, 2015).

Tomando então por base as orientações do PNAES e de documentos nacionais, foram elaboradas e aprovadas algumas das diretrizes no IFCE que serviram/servem como orientação para colocar em prática as ações de assistência estudantil local, que são primordiais na busca por atender algumas necessidades estudantis numa tentativa de evitar a evasão e a retenção que muito comumente impossibilitam o sucesso e a conclusão de curso aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis.

A Política de Assistência Estudantil do IFCE, aprovada pela Resolução nº 024/2015/IFCE, de 22 de junho de 2015, se orienta por princípios gerais do PNAES e foi elaborada em forma de regulamento visando atender a todos os níveis da educação profissional, científica e tecnológica, exceto os de pós-graduação e os cursos pertencentes a programas com dotação orçamentária própria para atender as necessidades do educando, ofertados e/ou executados pelo IFCE (IFCE, 2015), tendo como público-alvo “estudantes que se encontrem regularmente matriculados e, prioritariamente, em situação de vulnerabilidade” (IFCE, 2015, p.6).

Outro documento elaborado através da recomendação da Secretaria de Educação Profissional (SETEC/MEC) foi o Plano Estratégico Institucional para a Perma-

nência e Êxito dos Estudantes (PPE)²³ do IFCE, no intuito de fortalecer a qualidade do ensino por meio de ações de incentivo à permanência e à promoção acadêmica. O Plano foi aprovado pela Resolução do Conselho Superior (Consup) nº 67, de 31 de julho de 2017, com vigência 2017-2024, chamado mais comumente de Plano Estratégico do IFCE.

Além dos documentos já citados, foi elaborado também o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI), do IFCE, aprovado pela Resolução do Consup nº 46, de 28 de maio de 2018, que passou a ser de responsabilidade de cada instituição de ensino, após a LDB 9.394/96, como forma de garantir a autonomia delas e consequentemente como forma de favorecer a gestão democrática.

No PPI/IFCE/2018 também estão contidos princípios orientadores para as ações de assistência estudantil, seguindo a mesma linha de raciocínio do Regulamento da Política de Assistência Estudantil (RAE) e do Plano de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE (PPE), que ressaltam questões como o respeito à liberdade e dignidade humana; o respeito à diversidade e ao pluralismo de ideias; o exercício da cidadania plena; a formação integral dos estudantes; a participação ampliada dos sujeitos nos processos de construção dos programas e projetos institucionais; a igualdade de condições para acesso, permanência, êxito e conclusão de curso dos estudantes do ensino técnico, tecnológico e superior do IFCE, mediante serviços e/ou auxílios, equidade na prestação e serviços educacionais, visando acesso, permanência e êxito acadêmico e a transparência e participação nas ações (IFCE, 2018).

Com o objetivo de dar suporte às ações e diretrizes do PNAES e à Política de Assistência Estudantil interna houve também a aprovação da Resolução nº 052, de 24 de outubro de 2016, tratando do Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis no âmbito do IFCE. A Resolução nº 052/IFCE/2016 foi revogada pela Resolução nº 14, de 18 de fevereiro de 2019. Neste documento é citado a quem são destinados os auxílios estudantis.

23 Com vigência 2017/2024 foi aprovado pela Resolução Consup nº 67, de 31 de julho de 2017. “Esse documento está estruturado de modo que apresenta de forma sucinta a trajetória do IFCE, com enfoque na sua identidade, na organização *multicampi*, ambiente de atuação do IFCE e aspectos socioeducacionais do Ceará. Também trata da base conceitual de evasão adotada pelo IFCE, enquanto aborda a metodologia utilizada para elaborar o supracitado plano. Apresenta ainda diagnósticos quantitativo e qualitativo, relativos à evasão e retenção, bem como medidas de intervenção que visam a superação ou minimização dos índices e evasão, além da meta institucional de permanência e êxito e a metodologia de acompanhamento e monitoramento da execução do Plano de ação e da meta de permanência e êxito (PPE, 2017, p. 2-3)”.

Os documentos e diretrizes elaborados pelo IFCE, citados acima, foram pensados como uma forma de desenvolver ações que dessem suporte aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis, visando possibilitar apoio para ajudar na permanência, êxito e conclusão dos cursos.

De acordo com o Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE (RAE), as ações de assistência estudantil são desenvolvidas em forma de programas de caráter universal e específico, visando o atendimento amplo em diversas frentes que representam serviços essenciais ao público-alvo, conforme abaixo:

- I - Trabalho, Educação e Cidadania;
- II - Saúde;
- III - Alimentação e Nutrição;
- IV - Cultura, Arte, Desporto e Lazer;
- V - Auxílios em Forma de Pecúnia (IFCE, 2015).

Desse modo, cientes da relevância das ações voltadas à assistência estudantil no IFCE, orientadas pelos Planos, Programas e documentos acima listados, por hora, será dada ênfase, na próxima subseção, as ações voltadas ao programa de auxílios em forma de pecúnia²⁴, relacionado a auxiliar, financeiramente, na formação estudantil durante um período ou períodos em que o estudante o recebe, servindo de suporte ao estudante socioeconomicamente vulnerável, possibilitando condições de permanência, sucesso e conclusão do curso aos destinatários destes auxílios.

Não descartando, é claro, a relevância dos demais serviços ofertados pelo Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE, uma vez que todas as ações são, de igual modo, importantes ao cumprimento da Política de Assistência Estudantil do IFCE. Por hora, vamos nos ater aos auxílios estudantis em forma de pecúnia, o que denota apenas a escolha para esta pesquisa.

3.2.1 Auxílios Estudantis em forma de pecúnia

O Regulamento de Auxílios Estudantis do IFCE (RAE) foi aprovado como forma de normatizar o Programa de Auxílios, previsto na Política de Assistência Estudantil do IFCE (Resolução Nº 24/IFCE/2015). A aprovação do RAE visava instituir as ações como forma de efetivar o disposto no Decreto 7.234/2010 (PNAES), tendo como objetivos e finalidades:

²⁴ Moeda; designação comum de dinheiro; forma de pagamento apresentado através de notas e/ou moedas: pagamento efetuado em pecúnia (dicio.com.br/Houaiss/).

- I. Ampliar as condições de permanência e apoiar a formação acadêmica dos discentes, visando a reduzir os efeitos das desigualdades sociais;
- II. Contribuir para a redução das taxas de retenção e de evasão;
- III. Propiciar a melhoria do desenvolvimento acadêmico e biopsicossocial do discente;
- IV. Possibilitar aos discentes, maior participação no contexto acadêmico, visando à sua formação integral;
- V. Fomentar a inclusão social pela educação (IFCE, 2019).

O Programa de Auxílios em forma de pecúnia está dividido em duas modalidades: Auxílios ao estudante em situação de vulnerabilidade social e Auxílios universais (IFCE, 2019). Os auxílios destinados aos estudantes em situação de vulnerabilidade social estão detalhados no art. 9º do Regulamento de Auxílios Estudantis, transcritos no Quadro 2, abaixo, observando-se, que: “Os auxílios-moradia, transporte, alimentação, discentes mães/pais e formação serão concedidos por meio de edital lançado em cada *campus*” (IFCE, 2014, p. 25).

Quadro 2 – Auxílios destinados aos estudantes em situação de vulnerabilidade social (continua)

TIPOS DE AUXÍLIOS	FINALIDADE	PERÍODO DE RECEBIMENTO DO SUBSÍDIO
Auxílio-moradia	Subsidia despesas com locação ou sublocação de imóveis. O auxílio-moradia deve atender, prioritariamente, estudantes oriundos de localidades fora da sede do campus e dependentes financeiramente da família de origem;	Período de 01 (um) ano, pago em 12 (doze) parcelas mensais.
Auxílio-alimentação	Subsidia despesas de alimentação.	Período de 01 (um) ano, pago em 12 (doze) parcelas mensais.
Auxílio-transporte	Subsidia despesas no trajeto residência/campus/residência, nos dias letivos.	Período de 1 (um) ano;
Auxílio-óculos	Subsidia despesas de aquisição de óculos e/ou lentes para corrigir distorções ópticas	Periodicidade mínima de 1 (um) ano para nova solicitação.
Auxílio didático-pedagógico	Subsidia a aquisição de material de uso individual e intransferível, indispensável à aprendizagem de determinada disciplina, exceto equipamentos de proteção individual (EPI), li-	Não necessitam de edital e poderão ser solicitados a qualquer tempo, durante o período letivo

	vros fotocópias, <i>banners</i> , material de consumo de laboratório ou de projetos de pesquisa.	
Auxílio-discentes mães/pais	Subsidia despesas com filho(s) de até 12(doze) meses de idade incompletos ou com deficiência, independentemente da idade, que estejam sob a guarda do estudante	Período de 1(um) ano, pago em 12(doze) parcelas mensais. Será permitida a concessão para até 02 (dois) filhos, de acordo com a disponibilidade orçamentária.
Auxílio-formação	Visa ampliar a formação de discentes, por meio da vinculação a projetos nas áreas de ensino, pesquisa, extensão ou projetos sociais e/ou culturais, que estejam relacionados ao seu curso.	Período de 06(seis) meses a 01(um) ano, com recebimento de 06(seis) a 12(doze) parcelas, de acordo com o tempo previsto no projeto.
Auxílio emergencial	Subsidia despesas de estudantes, em situações emergenciais, que geram agravamento das condições de vulnerabilidade já existentes.	Concedido 01 (uma) vez ao ano, respeitando-se o mesmo período para que seja feita nova solicitação, podendo ser pago em até 04 (quatro) parcelas, de acordo com o parecer social emitido pelo Assistente Social, após realização de entrevista e visita domiciliar.

Fonte: IFCE (2019).

O próprio nome da modalidade informa a qual público estudantil matriculado no IFCE se destina a lista de auxílios acima, tendo como objetivo:

[...] garantir a igualdade das condições de permanência dos estudantes considerados vulneráveis, que se encontrem em situação de desproteção, insegurança, riscos relacionados à pobreza, ao pertencimento territorial, étnico, racial, cultural, em situações de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, que possam ser impeditivas do acesso aos direitos e serviços sociais básicos e aos bens materiais e culturais (IFCE, 2019).

Destarte, ao analisarmos o objetivo acima, faz-se necessário refletir acerca do seguinte problema: os auxílios em forma de pecúnia são utilizados para subsidiar despesas que os estudantes selecionados tenham ao longo do período em que recebem, não significando dizer que os estudantes não selecionados deixem de ter a necessidade do(s) auxílio(s). O que acontece é que os recursos destinados às ações de assistência estudantil, por muitas vezes não são capazes de atender ao público integralmente, conforme afirmação de Rêgo e Silva (2015, p. 2).

É no cotidiano das instituições de educação superior que se vê emergir as fragilidades da assistência estudantil enquanto política de direito. Os critérios de elegibilidade apontados nas legislações, os requisitos exigidos aos alunos, a insuficiência dos recursos destinados à assistência estudantil, dentre outros desafios avolumam-se e tornam-se necessários no debate sobre as políticas públicas sociais, na perspectiva de sua universalização (RÊGO e SILVA, 2015, p. 2).

Assim exposto, para a concessão de parte dos auxílios financeiros existe a necessidade de elaboração de editais para seleção e parecer social. Para isso, a Resolução nº 14/2019/IFCE (Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis no IFCE) detalha, na seção I, do Capítulo II, os requisitos gerais e específicos bem como todas as ações envolvidas no processo seletivo para a concessão de cada um dos auxílios de vulnerabilidade social. Detalha também que o acompanhamento deve ser realizado pelas equipes multiprofissionais da assistência estudantil dos *campi* e ainda uma subseção destinada a tratar sobre detalhes de como deve ser feita a prestação de contas dos auxílios destinados aos estudantes em situação de vulnerabilidade social (IFCE, 2019), ou seja, a Resolução funciona como orientação para todo o processo de seleção do Programa de Auxílios.

A outra modalidade do Programa de Auxílios é chamada de Auxílios Universais e é composta pela lista apresentada no Quadro 3, logo em seguida.

Quadro 3 – Auxílios Universais

(continua)

TIPOS DE AUXÍLIOS	FINALIDADE
Auxílio visita/viagem técnica	Subsidia despesas com alimentação e/ou hospedagem, em visitas e viagens técnicas, programadas pelos docentes dos cursos e expressas no Plano Anual (PAA) do campus, bem como no Plano de Unidade Didática (PUD)
Auxílio-acadêmico	Subsidia despesas com alimentação, hospedagem, deslocamento e inscrição dos discentes para participação em eventos: a) De ensino, pesquisa e extensão: atividades que permitem a transmissão, troca e produção de conhecimentos científicos por meio de palestras, seminários, congressos, feiras, simpósios, entre outras. b) Socioestudantis: atividades relacionadas à formação/organização social e política dos discentes, por meio de fóruns, seminários, congressos, assembleias, mobilizações,

	encontros, reuniões, além da participação em atividades promovidas por conselhos, comitês, comissões e núcleos institucionais. c) De desporto e cultura – atividades culturais e desportivas, prioritariamente promovidas/organizadas pelo IFCE, desde que o promotor do evento não subsidie o deslocamento, a refeição e a hospedagem;
Auxílio Pré-embarque internacional	Destinado, exclusivamente, para estudantes que integram programa de intercâmbio internacional, em parceria ou não com o IFCE, a fim de subsidiar despesas com: a) Taxas relativas à emissão de passaporte; b) Vistos em consulados ou em embaixadas fora do Estado do Ceará; c) Obtenção de atestados médicos específicos e vacinas; d) Postagem de documentação

Fonte: IFCE (2019).

A lista de auxílios acima é utilizada para subsidiar despesas que os estudantes possam ter ao participarem de eventos, viagens e visitas técnicas. Os auxílios universais não necessitam de edital e podem ser solicitados durante todo o período letivo. O RAE, no capítulo III especifica todos os requisitos necessários, detalhando os requisitos gerais e específicos para a concessão de cada um dos auxílios universais, os trâmites utilizados para o processo seletivo e ainda a forma que deve ser realizada a prestação de contas dos estudantes a quem são destinados esses auxílios (IFCE, 2019).

Provém do PNAES os recursos financeiros destinados à execução das ações de assistência estudantil, incluídos os auxílios estudantis em forma de pecúnia. Os valores de cada auxílio são calculados levando em consideração: o valor *per capita* do discente do IFCE e o percentual estipulado para o respectivo auxílio, sendo estes recursos condicionados à liberação pelo MEC e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). O sistema responsável pela gestão da assistência estudantil é o SISAE, Sistema Informatizado de Assistência Estudantil do IFCE (IFCE, 2019).

3.2.2 Desafios na divulgação das ações de assistência estudantil no IFCE

O art. 52, da Resolução nº 14/2019/IFCE (Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis no IFCE), traz em seu texto o seguinte enunciado:

O ato de inscrição gera a presunção absoluta de que o discente conhece as exigências do presente regulamento e de que aceita as condições de seleção, não podendo invocar seu desconhecimento a qualquer título, época ou pretexto (IFCE, 2019, p. 20).

Depreendemos que, a partir da citação acima, a importância dos discentes estarem orientados não somente quanto aos deveres, mas também acerca dos seus direitos dentro da instituição de ensino, compreendendo que as garantias oriundas do ambiente educacional não são meros privilégios, e sim efetivos direitos, como forma de promover, entre tantos aprendizados, a construção da consciência cidadã.

Portanto, é de muita relevância que o IFCE esteja atento para promover uma organização através de meios eficazes de divulgação de suas ações, dentre elas as de assistência estudantil, buscando assim, orientar e amparar o público estudantil e possibilitar em contrapartida o sucesso das políticas de assistência estudantil local e nacional. Intentamos então contribuir nesse sentido, propondo um produto educacional – vídeo educacional consequência desta pesquisa – que colabore diretamente com a disseminação das informações da AE aos seus interessados.

Contudo, possivelmente, a limitação de recursos materiais e humanos nos institutos federais de ensino acarrete deficiências na comunicação dentro do IFCE, não necessariamente significando que os servidores responsáveis pelas ações de assistência estudantil não as estejam planejando e informando devidamente através dos meios de comunicação disponíveis. Consideramos provável que o público estudantil apresente dificuldades na compreensão dos textos provenientes de instrumentos tais como: editais, resoluções, leis e portarias, considerando os entraves que envolvem a linguagem e a comunicação.

No IFCE, a divulgação das ações voltadas à AE é realizada através do sítio oficial. Lá podem ser encontrados regulamentos, decretos, portarias, notas técnicas, editais e resoluções que tratam do Programa Nacional de Assistência Estudantil, além de orientações sobre procedimentos para a concessão de auxílios e lista dos tipos de auxílios estudantis disponibilizados, contendo critérios e informações necessárias para concessão de cada um dos auxílios oferecidos. No sítio de cada um dos

campi estão/são disponibilizados os tipos de auxílios estudantis, de acordo com a realidade de cada comunidade na qual está inserido o *campus*. Além dos instrumentos legais citados acima, existem outros, baseados neles, dentre eles: *folders*, manuais, livretos e outros, contendo informações acerca da AE.

Outras formas de divulgação existente são as redes sociais do IFCE, cujas principais são o *Instagram* (@ifceoficial) e o *Facebook*, nos quais são disponibilizadas informações, notícias, orientações e dicas de interesse do público geral e do público interno.

Visando a realização desta pesquisa e levando-se em consideração os hábitos da sociedade moderna com relação à parte comunicacional, em que as atuais gerações são predispostas ao uso de tecnologias e ferramentas audiovisuais disponibilizadas nos meios virtuais e, considerando ainda, que esses formatos são favorecidos em detrimento de material físico, no formato escrito, elaborado e disponibilizado na forma de editais, regulamentos, resoluções, cartilhas, panfletos e outros, cuja leitura mais atenciosa se faz necessária por parte de quem os lê, pode ser um dos fatores que determinam a falta ou falha na compreensão dos direitos e deveres, dentre eles, os relacionados às ações realizadas no IFCE referente ao PNAES, ou seja, a ausência de leitura ou má interpretação poderia interferir na perda de prazos ou na entrega de documentos necessários às seleções.

Assim, pensamos na elaboração de um produto educacional em formato de vídeo, conforme Área de Ensino CAPES, com a finalidade de disponibilizar outra opção de divulgação da AE do IFCE, focando nos auxílios estudantis. O formato apresentado objetiva capturar a atenção dos estudantes e proporcionar uma visão diferente a eles, de modo a estimular o interesse pelo tema, que é tão relevante para este público.

Este intento pode ser ampliado mais a frente, tomando por base as políticas de inclusão e levando-se também em consideração a efetividade dessas ações no âmbito das IFEs. Ademais, temos os procedimentos da pesquisa e os respectivos resultados alcançados.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

4.1 Tipo da pesquisa

Na busca por viabilizar um estreitamento entre o debate que permeia os objetivos específicos da investigação e seus desdobramentos, utilizamos a pesquisa de cunho exploratória, que conforme Gil (2002) proporciona uma maior familiaridade com o problema, no intuito de torná-lo mais visível, ao ponto de as hipóteses serem construídas e, tendo como principal objetivo o aperfeiçoamento das ideias.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizamos no presente intento a pesquisa documental, vertente do método histórico cuja finalidade é rastrear informações para a melhor compreensão dos desdobramentos do objeto investigado, uma vez que este é, segundo Lakatos e Marconi (2003), um dos métodos específicos das ciências sociais. Para as autoras, este tipo de pesquisa visa, entre tantas perspectivas, observar o passado de uma instituição, pesquisando suas raízes, de modo a compreender a natureza, os processos e acontecimentos experienciados, que influenciaram na forma de atuação na sociedade e também as modificações sofridas por ela ao longo dos anos de história (LAKATOS e MARCONI, 2003).

Ademais utilizamos uma revisão bibliográfica, sobre a temática da democratização do acesso e permanência estudantil no Brasil e da assistência estudantil, especificamente sobre a história dessas ações no Brasil, como iniciaram e como foram sendo desenvolvidas no âmbito das Instituições Federais de Ensino (IFEs) até chegar ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o que possibilita maior fundamentação epistemológica e a contextualização com o problema apresentado.

A pesquisa caracteriza-se como sendo de campo, tendo sido elaborados e aplicados dois instrumentais para coleta de dados como forma de obter as informações necessárias à pesquisa, levando-se em consideração o que Lakatos e Marconi (2003) afirmam sobre a pesquisa de campo ser utilizada como forma de obter informações e/ou conhecimentos referentes a um problema que se queira uma resposta, ou mesmo de uma hipótese, que se busca comprovar ou até mesmo como forma de descobrir novas relações ou fenômenos acerca do tema estudado, levando-se em consideração a percepção dos sujeitos pesquisados (destinatários dos auxílios estudantis e servidores que trabalham diretamente com a assistência

social), buscando interpretar os fenômenos a serem estudados e então compreendê-los.

Quanto à abordagem a pesquisa é mista. Utilizamos a abordagem qualitativa ao observar as relações subjetivas e interpessoais de discentes e servidores acerca do tema da pesquisa. Conforme Minayo (2002), a pesquisa qualitativa vai preocupar-se, nas ciências sociais, em um patamar que não pode ser quantificado, ou seja:

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo nas relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p.21-22).

A pesquisa assume ainda uma abordagem quantitativa que, caracteriza-se, basicamente, pela “solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado” (GIL, 2002) para, desse modo, proceder às conclusões levando-se em consideração os dados obtidos (GIL, 2002).

4.2 Lócus da pesquisa

Inserimos como ambiente empírico de pesquisa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, tendo sua sede na cidade de Fortaleza é uma autarquia de natureza jurídica, que detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi e especializada em ofertar educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, se baseando na junção dos conhecimentos técnicos e tecnológicos com a prática pedagógica (IFCE, 2018).

Tem como missão, visão e valores, respectivamente,

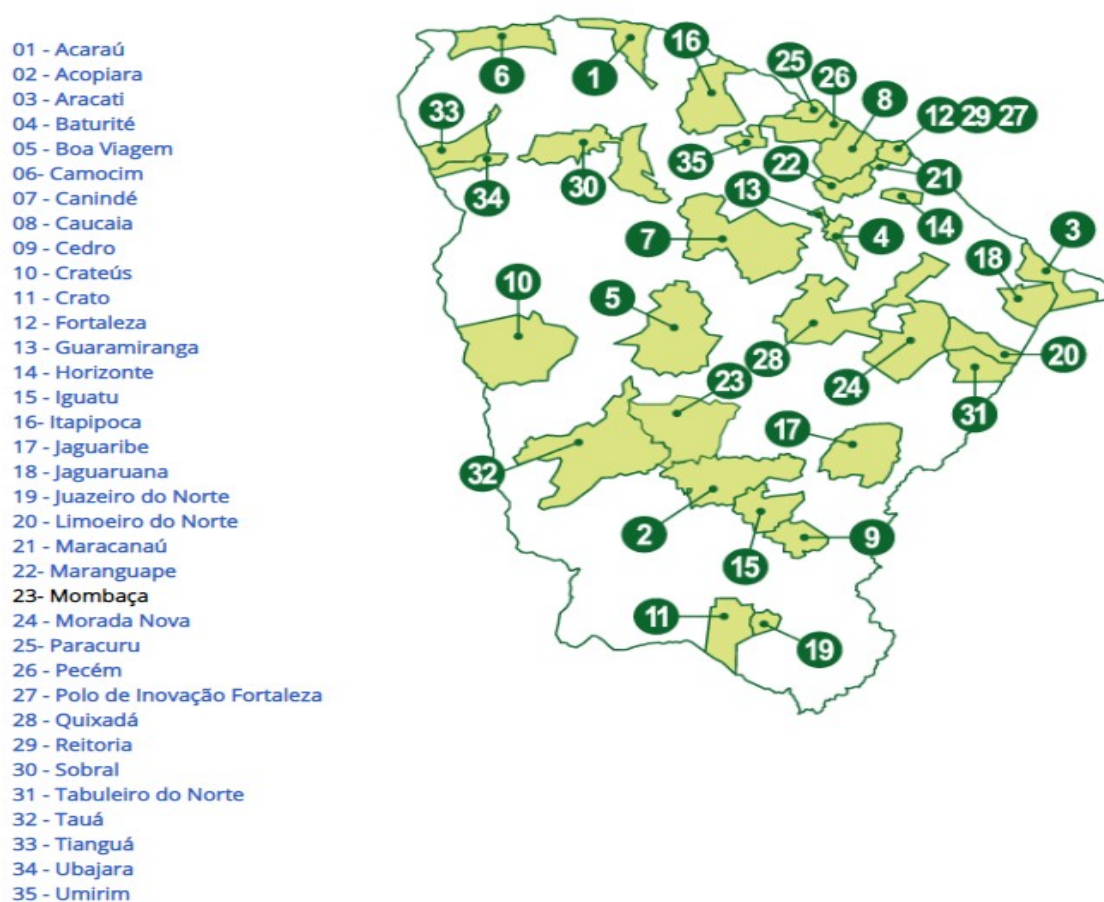
Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando a sua total inserção social, política, cultural e ética; Ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando à transformação social e ao desenvolvimento regional Nas suas atividades, o IFCE valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com ideias fixas na sustentabilidade ambiental (IFCE, 2019).

Sendo uma instituição detentora de autonomia, o IFCE pode criar e extinguir cursos, registrar diplomas que são oferecidos por ele, com circunscrição ao Estado

do Ceará (IFCE, 2018). A estrutura organizacional didático pedagógica segue o padrão estabelecido pelo MEC, visando melhor direcionar os processos e atividades administrativas, contando com o Conselho Superior, a Reitoria e os Campi, conforme consta no organograma²⁵ disponibilizado no Anexo 2 (IFCE, 2020). Ressaltamos que esta instituição oferta 558 cursos distribuídos nas modalidades Técnico, Graduação, Pós-graduação, Extensão, A distância e outros.

Como forma de dimensionar a interiorização do IFCE, apresentamos a Figura 1 abaixo contendo os seus 35 *campi*, conforme suas respectivas localizações no território cearense.

Figura 1 – Campi do IFCE



Fonte: IFCE, 2019²⁶

²⁵ Disponível em: <https://ifce.edu.br/acesso-a-informacao/Institucional/organograma>. Acesso em: 12/11/2020.

²⁶ Imagem disponível em: <https://ifce.edu.br/acesso-rapido/campi/campi>. Acesso em: 17 de novembro de 2020.

Assim, o *lôcus* da nossa pesquisa serão os *campi* do IFCE, visando obter opiniões nos diversos contextos regionais.

4.3 Participantes da pesquisa

Participaram deste estudo, 90 discentes, acima de 13 anos, vinculados aos diversos cursos dos *campi* do IFCE, nas diversas modalidades (Graduação Técnico integrado, Subsequente e Concomitante), regularmente matriculados nos *campus* de Tianguá, Caucaia, Baturité, Camocim, Crateús, Fortaleza, Horizonte, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Maranguape, Paracuru, Quixadá e Sobral.

Destacamos que não atuaram na pesquisa, estudantes egressos ou vinculados a outras IFEs, mesmo sendo beneficiários de auxílios estudantis, pois o objetivo desta pesquisa é investigar, por hora, o público estudantil de uma instituição que ofereça também educação profissional e tecnológica, como forma de atender ao programa de vinculação deste mestrado. Outro grupo não participante desta pesquisa está de acordo com o §2 do Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis no âmbito do IFCE.

§2º Em observância ao Decreto nº 7.234/2010, excetuam-se deste regulamento os estudantes matriculados em cursos de formação inicial e continuada (FIC), em pós-graduação e os que fazem parte de programas ofertados e/ou executados pelo IFCE, com dotação orçamentária própria para atender as necessidades do educando (IFCE, 2019).

Colaboraram também para a pesquisa, 12 servidores lotados na Diretoria de Assistência Estudantil/Reitoria (DAE)²⁷, nas Coordenadorias de Assuntos Estudantis e em setores responsáveis pela organização das ações de assistência estudantil no IFCE.

4.4 Coleta de dados

A coleta de dados foi obtida por meio de formulários eletrônicos, elaborados via *Google forms*. Esse formato foi o mais adequado para dar prosseguimento à investigação, uma vez que o período da pesquisa coincidiu com o momento atípico vi-

27 “A Diretoria de Assuntos Estudantis foi criada em 2013. Ela tem o objetivo de planejar, incentivar e apoiar a melhoria do desempenho acadêmico e a educação integral do estudante, reduzindo a evasão e repetência. As atribuições da Diretoria estão relacionadas a políticas para os estudantes, sobretudo no que se refere às questões sobre moradia estudantil, alimentação, cultura, esporte e atendimento pedagógico e psicossocial.

venciado no mundo todo, que foi o surgimento de um novo vírus, o COVID – 19, pois como medida preventiva, segundo recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) a adoção pelo isolamento social tornou-se imprescindível. Portanto, optou-se por alterar a proposta inicialmente pensada para a realização da pesquisa, visando galgar encaminhamentos ao estudo sem prejuízo dos objetivos a que propomos com a elaboração deste trabalho.

Como instrumentos de coleta de dados, foram aplicados questionários para estudantes do IFCE (APÊNDICE C) e para servidores que atuam nas ações de assistências estudantil, lotados nos *campi* do IFCE (APÊNDICE G), contendo 15 questões e 19 questões, respectivamente. Os instrumentais foram organizados no *Google Forms*, em formato semiestruturado, sintético, dedutivo e indutivo. Foram enviados, via *link*, para os públicos-alvo, como forma de coletar informações que norteiem o estudo.

Antes da aplicação ao público-alvo, os dois instrumentais passaram por um processo de validação e análise, conforme mostrados em detalhes nos apêndices B, D, E, F e H, para isso contou-se com a contribuição de um grupo de juízes (as) especialistas, composto por profissionais que atuam na assistência estudantil, no IFCE e na UNILAB.

4.5 Armazenamento e manuseio dos dados

Para armazenar os dados recolhidos foi utilizada uma unidade de armazenamento portátil, com o intuito de garantir a guarda dos documentos. Ressalta-se que, tomando os cuidados de não vazamento dos dados não houve armazenamento das informações, via cópia em *desktops*, *notebooks*, *smartphones* ou *upload* em nuvem. A unidade de armazenamento possui senha, estando esta em posse somente da pesquisadora.

Terminada a pesquisa e cumprindo o que está estabelecido na Resolução nº 466/12/CNS, os arquivos relacionados à pesquisa serão guardados e permanecerá arquivado por cinco anos. Terminado este período exigido, a unidade de armazenamento será formatada, desmontada e descartada em local de recolhimento de resíduos eletrônicos diferentes.

4.6 Aspectos Éticos da Pesquisa

O presente estudo foi submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), do IFCE, por meio da Plataforma Brasil, como forma de atendimento aos pré-requisitos éticos exigidos na sua aplicação, de forma a garantir que não haja riscos aparentes ou de coações referentes aos dados coletados.

O Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) tem a seguinte numeração 31713920.5.0000.5589, conforme exigido pela legislação vigente referente aos aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos.

Os participantes (estudantes e servidores do IFCE que atuam com a assistência estudantil) foram informados que teriam liberdade para desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que houvesse qualquer tipo de constrangimento e sendo informado o anonimato, privacidade e confidencialidade das informações fornecidas.

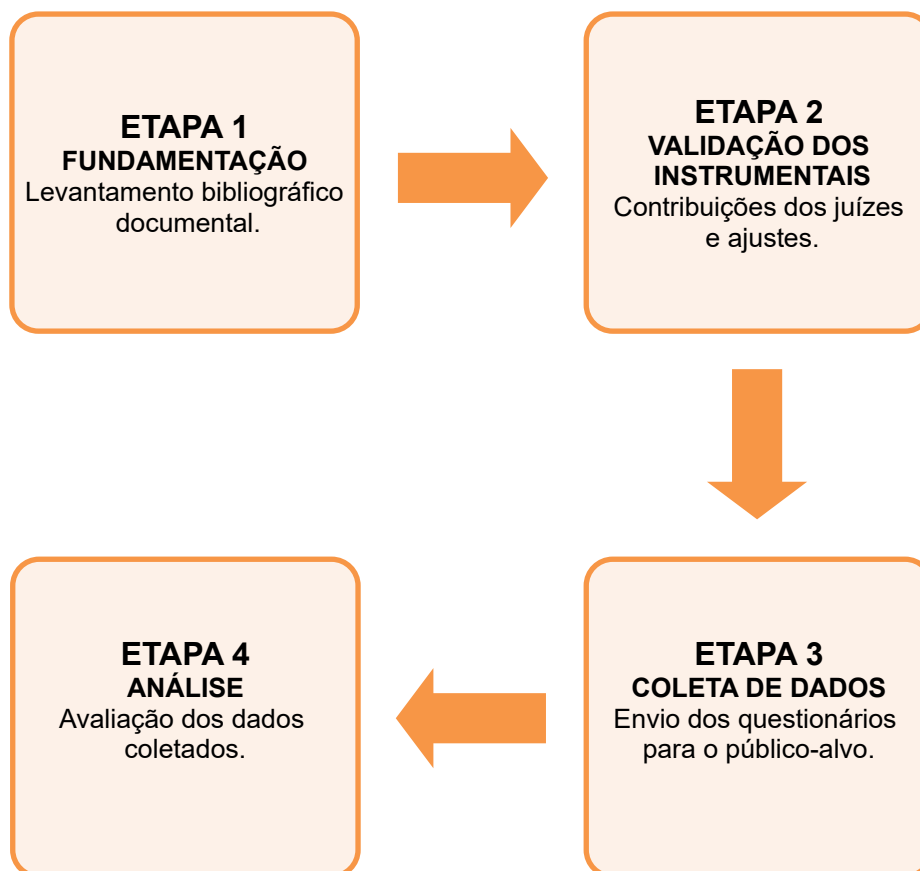
Também lhes foi informado que os possíveis riscos estavam relacionados ao constrangimento em responder alguma questão ou falar sobre algum assunto, ou seja, ao sentirem desconforto com o tema da pesquisa ou em responder alguma das questões, por qualquer motivo, eles poderiam não responder ao questionário ou alguma das questões, a qualquer momento, ou, até mesmo, desistir de participar.

Aos estudantes menores de 18 anos, participantes da pesquisa foram-lhes informado que o preenchimento do questionário estava condicionado ao preenchimento dos dados do/a responsável e à leitura e assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE. Aos servidores e estudantes maiores de 18 anos, participantes da pesquisa, foram-lhes informado que o preenchimento do questionário estava condicionado à leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Ambos os termos contendo os procedimentos da pesquisa, bem como possíveis riscos.

4.7 Fases da pesquisa

Baseados na metodologia de Lakatos e Marconi (2003), Minayo (2002) e Gil (2002) a metodologia seguida nesta pesquisa está composta das seguintes etapas: levantamento bibliográfico documental, validação dos instrumentais (contribuições dos juízes e ajustes), coleta e análise de dados condicionados ao envio e aprovação do parecer do CEP/IFCE. Abaixo, segue a Figura 2 representando um fluxograma da pesquisa em tela.

Figura 2 – Fluxograma da pesquisa



Fonte: elaborada pela autora

4.8 Levantamento bibliográfico documental

No Quadro 4, temos a disposição do referencial bibliográfico e documental para entendermos o contexto histórico do intento em tela.

Quadro 4 – Levantamento bibliográfico documental

(continua)

ASSUNTO/CONTEÚDO	TÓPICOS/CONTRIBUIÇÕES	FONTES/REFERÊNCIAS
Democratização do acesso e permanência estudantil	1) A “democratização” da educação no Brasil 2) Reformas Educacionais	CF (1988); PNE (2014) Decreto 6.096/2007 (Reuni) LDB (1996)

	3) Reuni 4) Políticas de Ações Afirmativas 5) Acesso e permanência estudantil 6) Expansão da Rede Federal de Educação	Silva (2019); Lima (2011) Frigotto (2007); Antunes (2018) Saviani (1997); (2008); Andrade, Cavaignac e Santos (2016); Ciavatta e Ramos (2011); Marçal Ribeiro (1993) Dias Sobrinho (2010) Bobbio (2004); Souza (2017)
Assistência Estudantil no Brasil	7) Plano Nacional de Assistência Estudantil 8) A Assistência Estudantil no Brasil	Paula e Silva (2012) Sanches (2012) Dutra e Santos (2017) Antunes (2018) Oliveira e Silva (2018) Nascimento (2013) Cavalheiro (2013)
		Decreto 7.234 (2010) - PNAES
Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	9) Criação do PNAES 10) A assistência estudantil na rede de educação profissional	Decreto 7.234 (2010), Portaria Relatório Nacional do Fórum Nacional de Pró-reitores de Ensino – FDE/ CONIF e IFCE (2010)
		Zago (2006); Paula (2017)
Política de Assistência Estudantil do IFCE	11) Política de Assistência Estudantil no IFCE 12) Regulamento de Assistência Estudantil (RAE) 13) Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis no IFCE	PPE/IFCE (2017) Decreto 7.234 (2010) - PNAES Resolução nº 024/IFCE (2015) Resolução nº 14/IFCE (2019) PPI/IFCE (2018) RAE/IFCE (2015)

Fonte: elaboração própria

4.9 Quanto aos instrumentais

De modo a atender aos objetivos da pesquisa, realizamos a validação de conteúdo dos dois instrumentos de coleta de dados, levando-se em consideração a importância desta etapa como forma de avaliar a qualidade dos instrumentais, adequando-os ao público-alvo, antes de aplicá-los (APÊNDICES C e G).

4.9.1 Validação dos instrumentais pelos (as) avaliadores (as)

Para a realização da validação encaminhamos, a um grupo de avaliadores (as) especialistas, *links* contendo os formulários com o conteúdo a ser avaliado

(APÊNDICES B e F). Cada avaliador (a) recebeu, por meio de correio eletrônico, os seguintes documentos: convite, Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), a versão do instrumental a ser avaliado e o *link* para acessar o formulário eletrônico de validação.

O requisito utilizado para a escolha dos (as) avaliadores (as), também chamados de juízes (as) é que trabalhassem diretamente com a assistência estudantil em Instituições Federais de Ensino, visando obter deles, devido à experiência diretamente com o tema, observações e sugestões importantes acerca dos instrumentais de modo a possibilitar ajustes necessários antes de aplicá-los. Abaixo serão abordados com mais detalhes sobre os processos de validação dos instrumentais (ANEXOS C e G).

4.9.1.1 Validação de conteúdo do questionário dos estudantes, realizada pelos (as) juízes (as)

Na validação do questionário a ser aplicado aos estudantes, houve o retorno de 11 juízes (as) especialistas (servidores que atuam diretamente com a assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino). A validação foi realizada por nove servidores com cargo de Assistente Social e dois com cargo de Enfermeiro (a) / Técnico (a) em Enfermagem. Oito deles lotados no IFCE e três na Unilab.

Visando elaborar um instrumental que de adequasse ao público estudantil, o formulário de validação (APÊNDICE B), que os (as) avaliadores (as) tiveram acesso, foi organizado no *Google Forms* e disponibilizado, via e-mail, estando dividido em três blocos: o primeiro relacionado à identificação dos (as) juízes (as), englobando perguntas sobre a atuação dos profissionais, o segundo bloco com perguntas relacionadas à organização das questões dos eixos do instrumental dos discentes (APÊNDICE C) quanto à sua adequabilidade e organização. O terceiro bloco com questões referentes ao formato do instrumental e especificação das questões contidas neles.

As opções de respostas presentes nos blocos dois e três foram organizadas contendo as opções: concordo e não concordo; não e sim; não, sim e parcialmente; extremamente relevante, relevante, necessita de revisão para ser relevante e irrelevante.

Os (as) juízes (as) tiveram o prazo máximo de 10 dias para o preenchimento e devolução do instrumental avaliado. Caso o prazo estabelecido excedesse, caberia

ao pesquisador contatar o (a) avaliador (a), como forma de conceder novo prazo igual ao anterior e, caso não houvesse novamente retorno, o (a) juiz (a) seria considerado desistente, sendo então substituído, visando a continuidade do processo de validação. Não foi necessário ampliação do prazo. Expirado o prazo, seguiu-se a análise da validação

4.9.1.2 Validação de conteúdo do questionário dos servidores que atuam na AE realizada pelos (as) juízes (as)

O formulário de validação (APÊNDICE F) foi disponibilizado para um grupo de juízes (as) especialistas (servidores que trabalham na área de assistência estudantil). Houve retorno de três assistentes sociais que atuam diretamente ou indiretamente com a assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino. Cada juiz (a) recebeu, por meio de correio eletrônico, os seguintes documentos: convite, Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), a versão do questionário destinado aos servidores e o *link* para acessar o formulário eletrônico de validação.

Visando elaborar um instrumental que se adequasse aos servidores que trabalham com auxílios estudantis, o formulário de validação (APÊNDICE F) que os (as) avaliadores (as) tiveram acesso foi dividido em Identificação e dois eixos. O primeiro eixo denominado “Assistência Estudantil e Auxílios Estudantis”, englobando perguntas sobre a abrangência, seleção, atuação na assistência estudantil, com foco nos auxílios estudantis e o segundo bloco denominado “Comunicação e divulgação dos Auxílios Estudantis no IFCE”.

Os (As) juízes (as) que contribuíram para a avaliação do produto educacional tiveram o prazo máximo de 10 dias para o preenchimento e envio do formulário de validação. Caso o prazo estabelecido excedesse, caberia ao pesquisador contatar o (a) avaliador (a), como forma de conceder novo prazo igual ao anterior e, caso não houvesse novamente retorno, o (a) juiz (a) seria considerado (a) desistente, sendo então substituído por outro, visando a continuidade do processo de validação.

Houve retorno de três avaliadores (as) no prazo estabelecido, número condizente com o planejamento. Expirado o prazo, seguiu-se com a análise de validação, detalhada na seção a seguir.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Validação das questões dos instrumentais pelos juízes

O processo de validação constitui a avaliação do questionário previamente elaborado, com o objetivo de verificar se as questões contidas no instrumental são/estão apropriadas ao tema proposto e ao público-alvo, visando adequá-lo antes de ser aplicado. A seguir encontram-se as análises deste processo.

5.1.1 *Análise de validação de conteúdo do questionário para os estudantes*

Como forma de demonstrar os resultados obtidos na etapa de validação de conteúdo do questionário que será aplicado aos estudantes, fez-se necessária a utilização da taxa de concordância em relação às questões analisadas. Para isso foi utilizada a seguinte fórmula:

$$(\%) \text{ concordância} = \frac{\text{número de participantes que concordaram}}{\text{número total de participantes}} \times 100$$

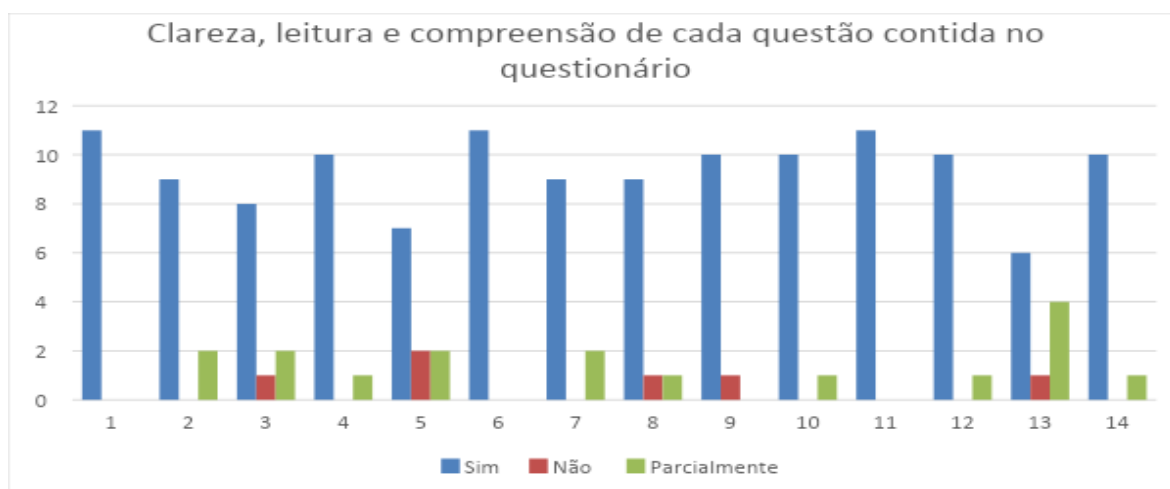
O cálculo realizado a partir da fórmula acima indicou que para a maioria das questões a porcentagem foi maior que 90%. Assim, diante deste resultado, obteve-se a validação, por parte dos (as) juízes (as) especialistas, do instrumental a ser aplicado aos estudantes (APÊNDICE C). A análise da validação detalhada encontra-se no Apêndice E.

Apresentamos, abaixo, um resumo da validação. Para cada uma das 14 questões contidas no Instrumental dos estudantes (APÊNDICE C) foram feitas 4 perguntas aos (às) 12 avaliadores (as) especialistas, que foram as seguintes:

1. *A questão é clara, de fácil leitura e compreensão? (GRÁFICO 1);*
2. *A questão é relevante ao tema explorado? (GRÁFICO 2);*
3. *O vocabulário da questão está empregado corretamente? (GRÁFICO 3);*
4. *O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir? (GRÁFICO 4)*

Os resultados estão representados nos gráficos 1, 2, 3 e 4 que se seguem.

Gráfico 1 – Clareza, leitura e compreensão das questões

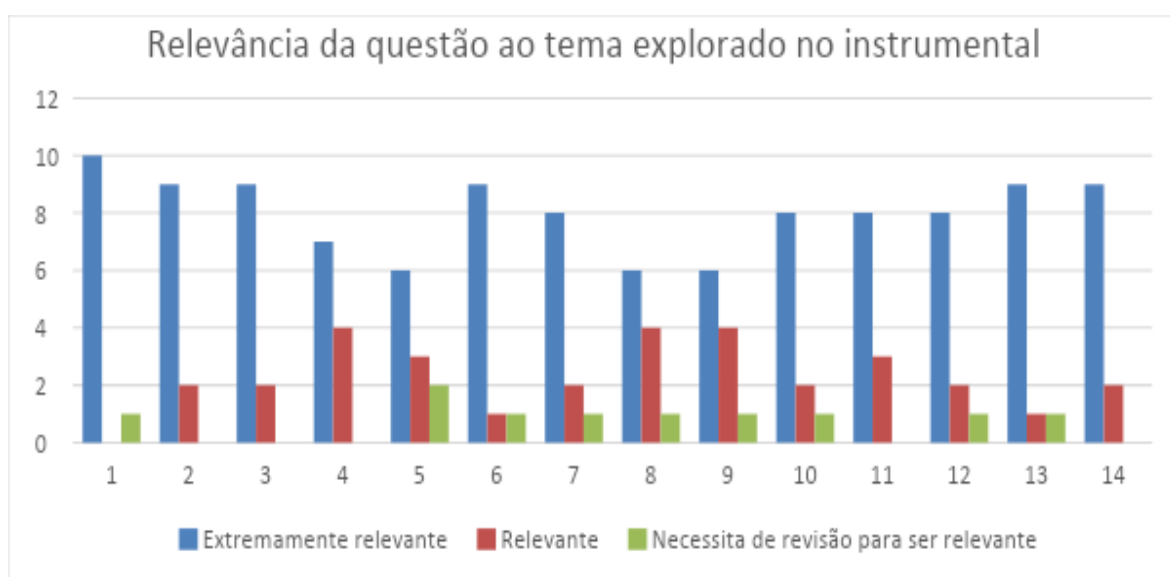


Fonte: elaboração própria

Ao observar o gráfico 1 acima, contendo o quantitativo das respostas dos (as) juízes (as) relacionado à clareza, leitura e compreensão de cada questão contida no instrumental, percebe-se que para as 14 questões contidas no instrumental, a maioria dos avaliadores consideraram positivos os conceitos avaliados (clareza, leitura e compreensão), significando assim, que todas as questões podem ser mantidas, baseando-se nos pontos analisados.

A questão 2 se refere à relevância do tema apresentado, obtendo-se os seguintes resultados (GRÁFICO 2).

Gráfico 2 – Relevância da questão ao tema explorado

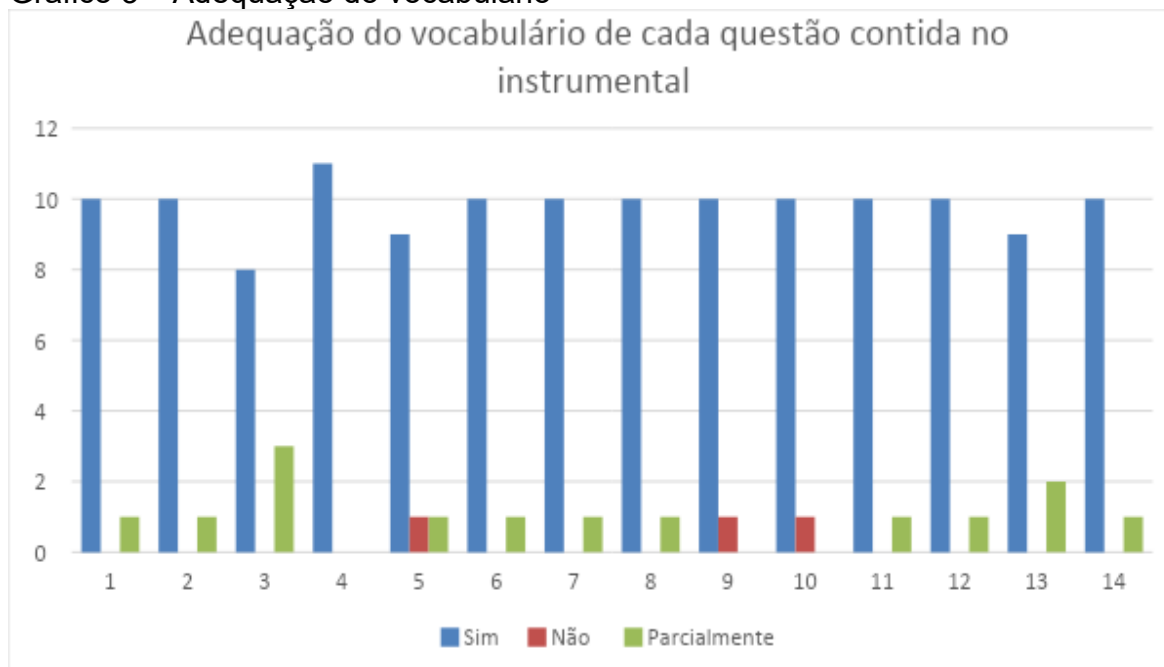


Fonte: elaboração própria

O gráfico 2 mostra o quantitativo das respostas dos juízes quanto à relevância da questão ao tema explorado no instrumental. Depreende-se, ao analisar o resultado, que a maioria dos avaliadores considerou as 14 questões como extremamente relevantes, o que denota a importância das questões no instrumental. Um ponto importante a ser citado é que nenhuma das questões foi considerada irrelevante pelos avaliadores.

A questão 3 refere-se à correta empregabilidade do vocabulário utilizado no instrumental, considerando à correta compreensão por parte do público-alvo (GRÁFICO 3).

Gráfico 3 – Adequação do vocabulário

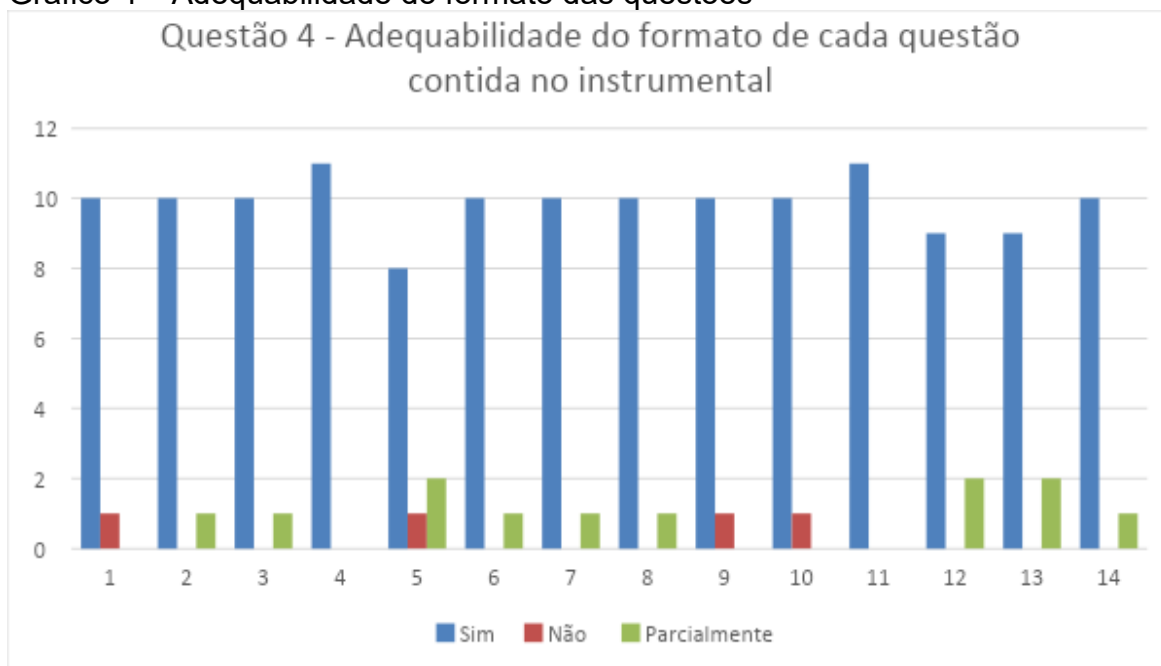


Fonte: elaboração própria

O gráfico 3 mostra o quantitativo de respostas dos (as) avaliadores (as) relacionado a adequação do vocabulário de cada questão contida no instrumental. Observando-se as respostas dos (as) juízes (as) têm-se que para as 14 questões contidas no questionário avaliado a maioria considerou positivo o vocabulário utilizado, podendo assim manter a linguagem nos moldes apresentados com poucos ajustes sugeridos.

A questão 4 indaga acerca do adequado formato das questões, como forma de estarem compreensíveis ao público-alvo. Vejamos o Gráfico 4 abaixo:

Gráfico 4 – Adequabilidade do formato das questões



Fonte: elaboração própria

O gráfico 4 mostra o quantitativo de respostas dos (as) juízes (as) relacionado à adequabilidade do formato de cada questão contida no instrumental. Ao observar as respostas percebe-se que quanto ao ponto investigado a maioria dos avaliadores considerou positivo o formato das questões do instrumental.

Ao observarmos os resultados obtidos na análise da validação, fica evidenciado que todas as questões foram consideradas apropriadas à aplicação junto ao público estudantil, sendo todas mantidas após pequenos ajustes a partir das sugestões dos (as) juízes (as).

Concluída a análise da validação e, realizado os ajustes, iniciamos a etapa de aplicação do instrumental aos estudantes do IFCE e posterior análise.

5.1.2 Validação de conteúdo do questionário para os servidores que atuam na AE do IFCE

Como forma de demonstrar os resultados obtidos no processo de validação do questionário destinado aos servidores que atuam na assistência estudantil, fez-se necessária também a utilização da taxa de concordância em relação às questões analisadas. Para isso foi utilizada a fórmula:

$$(\%) \text{ concordância} = \frac{\text{número de participantes que concordaram} \times 100}{\text{número total de participantes}}$$

O cálculo realizado indicou que para todas as questões a porcentagem deu 100%, não sendo necessários ajustes e seguindo-se para a etapa de aplicação dos instrumentais, mostrada na subseção posterior aos gráficos 5 e 6 a seguir.

Os Gráficos 5 e 6, referentes às questões 2, dos eixos 1 (Assistência estudantil e auxílios estudantis) e 2 (Comunicação e divulgação dos auxílios estudantis no IFCE), abaixo representados, mostram que os avaliadores consideraram as questões claras e de fácil compreensão ao público-alvo.

Gráfico 5 – Clareza, leitura e compreensão (eixo 1)

2. Todas as questões do Eixo 1 são claras e de fácil leitura e compreensão?
3 respostas



Fonte: elaborado pela autora

Gráfico 6 – Clareza, leitura e compreensão (eixo 2)

2. As questões do Eixo 2 são claras e de fácil leitura e compreensão?
3 respostas



Fonte: elaborado pela autora

5.2 Aplicação dos instrumentais

Concluída a etapa de validação dos instrumentais (APÊNDICES B e F) e realizados alguns ajustes, demos início ao processo de aplicação dos questionários (APÊNDICES C e G) com o público estudantil e servidores que atuam diretamente na AE do IFCE, respectivamente. Etapa primordial para a pesquisa.

5.2.1 Aplicação de questionário aos discentes do IFCE

Para os discentes menores de idade (entre 13 e 17 anos), o instrumental foi enviado contendo o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), identificação dos responsáveis, identificação estudantil e o questionário. Aos demais estudantes, acima de 18 anos, foi encaminhado contendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), identificação estudantil e o questionário.

As questões do instrumental são objetivas, sendo disponibilizado um espaço para sugestão (não obrigatória) do estudante em duas das questões, como forma de possibilitar que eles tenham voz, caso assim se sintam à vontade.

O referido questionário inicia com um pequeno texto explicando a importância da pesquisa, após consta o TCLE ou o TALE (a depender da faixa etária do estudante), e a identificação.

O instrumental, contendo 15 questões foi dividido em três eixos: auxílios estudantis no IFCE, comunicação e divulgação dos auxílios estudantis no IFCE e seleção para auxílios estudantis no IFCE.

O prazo estabelecido de disponibilização do link foi de 30 dias. Encerrado este período seguimos com a análise dos dados.

5.2.2 Aplicação de questionário aos servidores do IFCE que atuam na AE

Concluída a etapa de validação do instrumental pelos (as) juízes (as) iniciamos o processo de aplicação do questionário. O público a quem se destinou o questionário (APÊNDICE G), foram servidores que atuam nas ações de assistência estudantil em instituições federais de ensino, considerando o papel primordial que este público tem nas ações pertinentes ao tema desta pesquisa.

O instrumental contém um pequeno texto esclarecendo a importância da pesquisa, em seguida o TCLE, a identificação e as 19 questões, divididas em três eixos,

iniciando pelo eixo que trata dos auxílios estudantis no IFCE. O seguinte trata da comunicação e divulgação dos auxílios estudantis (IFCE) e o último eixo sobre a seleção para auxílios estudantis (IFCE). O prazo estabelecido de disponibilização do *link* foi de 10 dias. Encerrado este período, seguimos com a análise dos dados, disponibilizada a seguir.

5.3 Análise da aplicação do instrumental com o público discente do IFCE

Concluídas as etapas de validação (realizada pelos juízes) e aplicação do instrumental (com estudantes do IFCE, dos cursos de graduação e técnico, que são ou podem ser beneficiários de auxílios estudantis), seguimos a análise das informações recebidas via *Google Forms*, como forma de coletar os dados e assim avaliar cada uma das situações expostas nas questões.

Por meio do questionário (APÊNDICE C) obtivemos o retorno de 90 estudantes, distribuídos na faixa etária entre 13 e 17 anos (5,6%) e maior ou igual a 18 anos (94,4%). No eixo identificação, 45,6% (41 estudantes) são discentes de cursos de nível técnico e 54,4% (49 discentes) estudantes de cursos de graduação. Um percentual de 52,2% (47 estudantes) ingressou no IFCE entre os anos de 2019 e 2020 e 47,8% (43 estudantes) entre 2016 e 2018. Houve retorno de discentes dos seguintes *campi* do IFCE: Tianguá, Caucaia, Baturité, Camocim, Crateús, Fortaleza, Horizonte, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Maranguape, Paracuru, Quixadá e Sobral.

A análise das questões do instrumental será abaixo disponibilizada conforme o levantamento das respostas dos estudantes. No eixo 1, denominado “Auxílios Estudantis no IFCE”, a primeira questão, está assim elaborada “Marque abaixo os auxílios que você recebe ou já recebeu (É possível marcar mais de uma opção)”.

Conforme mostrado no Gráfico 7, houve 09 (nove) respostas para auxílio-moradia, 21 (vinte e uma) respostas para auxílio-alimentação, 34 (trinta e quatro) respostas para auxílio-transporte, 14 (quatorze) para auxílio óculos, 06 (seis) para auxílio didático-pedagógico, 05 (cinco) para auxílio-formação e 31 (trinta e uma) respostas para auxílio emergencial.

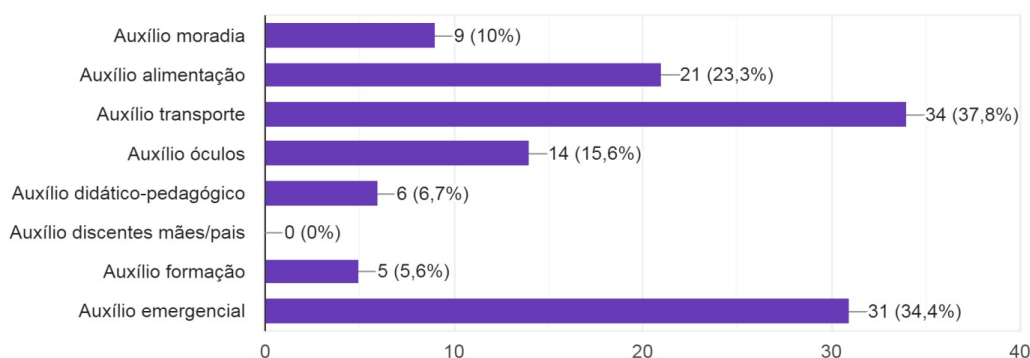
Percebeu-se então que o número de discentes que necessitam do auxílio-transporte, possivelmente, possa indicar que o transporte municipal para estudantes não é gratuito nas cidades que estudam. Com relação ao auxílio emergencial, denota-se a importância dele, como forma de subsidiar “despesas de estudantes, em

situações emergenciais, que geram agravamento das condições de vulnerabilidade já existentes” (IFCE, 2019), uma vez que o próprio nome deste benefício já diz, ele pode ser solicitado a qualquer tempo, sem necessidade de edital, assim como o auxílio óculos. Destaca-se ainda o período em que esta pesquisa foi realizada, em plena pandemia do Covid-19, em que muitos pais, mães e/ou responsáveis por manter a família perderam seus empregos, portanto, podendo ter acarretado o aumento no nível de vulnerabilidade familiar desses estudantes.

Gráfico 7 – Auxílios Recebidos

1. Marque abaixo os auxílios que você recebe ou já recebeu (É possível marcar mais de uma opção):

90 respostas



Fonte: elaborado pela autora

Na segunda questão, na qual se indagou “Você considera que os valores dos auxílios estudantis que recebe/recebeu são ou foram suficiente(s) para atender as suas necessidades, considerando o(s) tipo(s) de auxílio (os) recebido(s)?”.

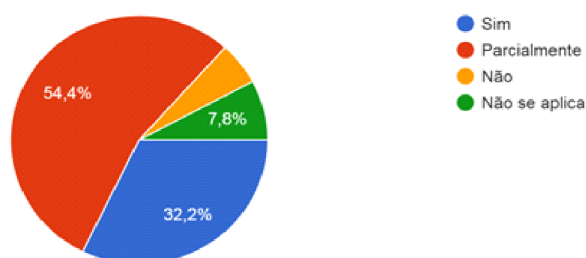
De acordo com o Gráfico 8, o percentual de 54,4% dos discentes respondeu que o (os) auxílio (os) atendeu/atenderam parcialmente as suas necessidades, 32,2% dos discentes respondentes afirmaram que atendeu/atenderam sim suas necessidades, 5,6% responderam que o valor recebido não atendeu suas necessidades e 7,8% deles que a questão não se aplica à realidade vivenciada por eles.

Pode-se significar, portanto, que o valor recebido pelo beneficiário está sendo utilizado para outras necessidades, considerando que os estudantes que recebem os auxílios estão em situação socioeconomicamente vulneráveis, existindo assim diversas questões envolvidas que vão além deste estudo e que implicam no agravamento da vulnerabilidade das famílias, tornando insuficiente o benefício recebido.

Outro ponto importante percebido nesta questão tem relação com a necessidade de um aporte maior de recursos destinado aos auxílios estudantis, como uma estratégia na melhoria e ampliação no atendimento da crescente demanda.

Gráfico 8 – Atendimento das necessidades através dos auxílios recebidos na percepção dos estudantes

2. Você considera que os valores dos auxílios estudantis que recebe/recebeu são ou foram suficiente(s) para atender as suas necessidades, considerando o(s) tipo(s) de auxílio(os) recebido(s)?
90 respostas

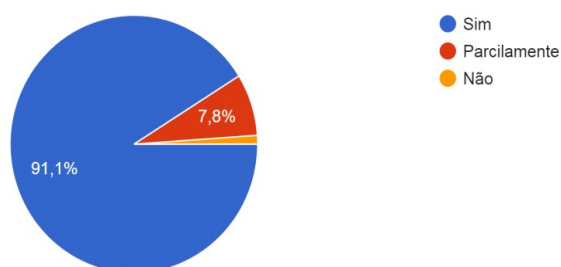


Fonte: elaborado pela autora

A terceira questão: “Você acha que o recebimento de auxílios estudantis contribui para a permanência e bom desempenho do estudante no IFCE?”. O Gráfico 9 mostra, que dos respondentes, 91,1% deles consideram que o recebimento dos auxílios contribui sim para a permanência e sucesso estudantil, enquanto 7,8% responderam que contribui parcialmente e apenas 1,1% respondeu não contribuir. Esta questão retrata como os estudantes percebem a importância dos auxílios como sendo um apoio aos beneficiários, possibilitando a permanência e o êxito acadêmico.

Gráfico 9 – Recebimento dos auxílios estudantis e a permanência e bom desempenho estudantil na percepção dos estudantes

3. Você acha que o recebimento de auxílios estudantis contribui para a permanência e bom desempenho do estudante no IFCE?
90 respostas



Fonte: elaborado pela autora

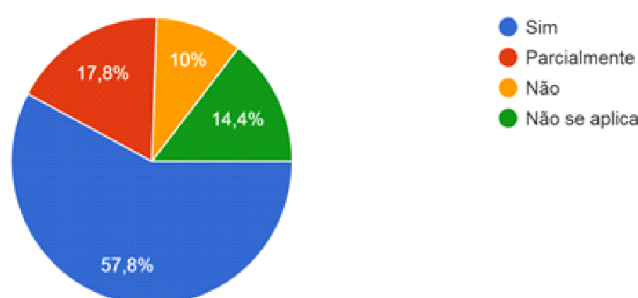
A quarta questão está assim elaborada: “Os auxílios que você recebe/recebeu ajuda ou ajudaram na complementação da renda familiar?”.

Para 57,8% dos estudantes o/os auxílios que recebem ou receberam ajudam ou ajudaram sim na complementação da renda familiar. Para 17,8% dos estudantes respondentes, o/os auxílio/os complementa/completaram parcialmente. 10% dos discentes responderam que não ajudaram na complementação e 14,4% informaram não se aplicar à realidade deles.

Observando-se os percentuais, dispostos no Gráfico 10, deste item pode-se depreender como as políticas sociais estudantis podem contribuir não somente para a permanência do discente no instituto, mais pode ajudar ainda, seu grupo familiar, o que complementa a análise realizada na questão dois, uma vez que em razão da vulnerabilidade socioeconômica, os beneficiários dos auxílios estudantis, passam por necessidades que vão além das relacionadas ao ambiente de estudo, fazendo com que os discentes utilizem de parte do (os) auxílio (os) para ajudar na renda de suas famílias.

Gráfico 10 – Os auxílios e a complementação da renda familiar na percepção dos estudantes

4. Os auxílios que você recebe/recebeu ajuda ou ajudaram na complementação da renda familiar?
90 respostas



Fonte: elaborado pela autora

Relevante se faz observar que as questões dois e quatro são complementares, uma vez que identificam a importância do recebimento dos auxílios na vida acadêmica (permanência e desempenho) do estudante beneficiário e, também na vida familiar, como mostram os percentuais da questão dois, 54,4% dos discentes responderam que o (os) auxílio (os) atendeu/atenderam parcialmente as suas necessi-

dades. Já na questão quatro, observou-se que 57,8% dos estudantes, afirmaram que o auxílio ou auxílios recebido(s) ajudaram na complementação da renda familiar, evidenciando que dificilmente se pode dissociar o estudante de sua vida em família.

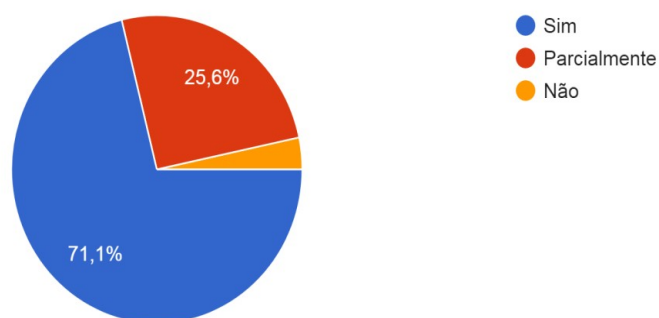
Para a quinta questão, a questão está assim disponibilizada: “Você conhece os tipos de auxílios estudantis oferecidos no campus em que estuda?”.

Conforme se observa no Gráfico 11, o percentual de 71,1% dos estudantes respondeu conhecer os tipos de auxílios estudantis disponibilizados no *campus* que estudam, 25,6% dos respondentes afirmaram conhecer parcialmente e 3,3% afirmaram não conhecer.

Percebe-se, nesta questão, que a maioria dos estudantes respondeu conhecer os auxílios estudantis disponibilizados no *campus* que estudam; o que não descarta o aprimoramento dos canais de comunicação como forma de abranger um número ainda maior de estudantes conhecedores dos benefícios a eles destinados. O que nos leva às questões do segundo eixo do questionário

Gráfico 11 – Conhecimento dos tipos de auxílios na percepção dos estudantes

5. Você conhece os tipos de auxílios estudantis oferecidos no campus em que estuda?
90 respostas



Fonte: elaborado pela autora

No eixo dois, que engloba as questões de seis à onze, denominado “Comunicação e Divulgação dos Auxílios Estudantis no IFCE” seguiram-se os seguintes resultados conforme a sexta questão, assim elaborada “A divulgação das notícias relacionadas aos auxílios estudantis, no campus em que você estuda, tem sido: satisfatória, relativamente satisfatória ou insatisfatória?”.

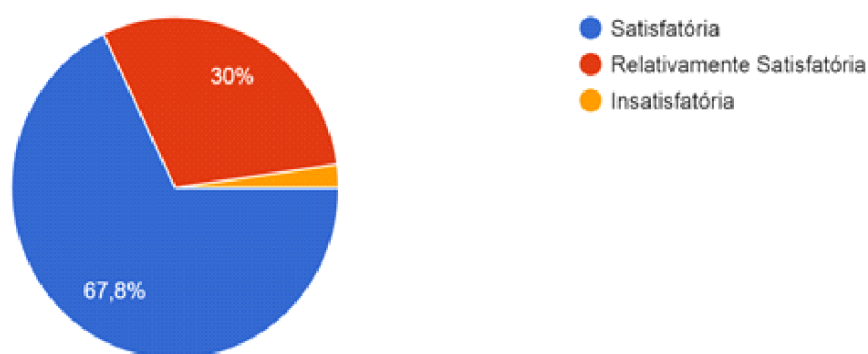
Conforme mostrado no Gráfico 12, o percentual de 67,8% dos estudantes respondeu que a divulgação no *campus* que estuda é satisfatória, 30% dos discentes afirmaram ser relativamente satisfatória e 2% responderam ser insatisfatória.

Os percentuais mostram que existe uma política de divulgação interna, o que demonstra a preocupação do Instituto em tornar factíveis as informações, seguindo assim a orientação da CF/1988, que assegura o direito de todo cidadão de receber das instituições públicas informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo, e o dever do IFCE de transmitir informação aos seus públicos como uma das formas de atender às necessidades do cidadão, sendo a comunicação social uma das ferramentas da gestão pública que confere transparência e torna mais acessível os serviços oferecidos pela instituição, de acordo com as regras comunicacionais previstas na Política de Comunicação do IFCE, aprovada pela Resolução nº 042, de 22 de agosto de 2016 (IFCE, 2016).

Gráfico 12 – Divulgação de notícias dos auxílios estudantis na percepção dos estudantes

6. A divulgação das notícias relacionadas aos auxílios estudantis, no campus em que você estuda, tem sido:

90 respostas



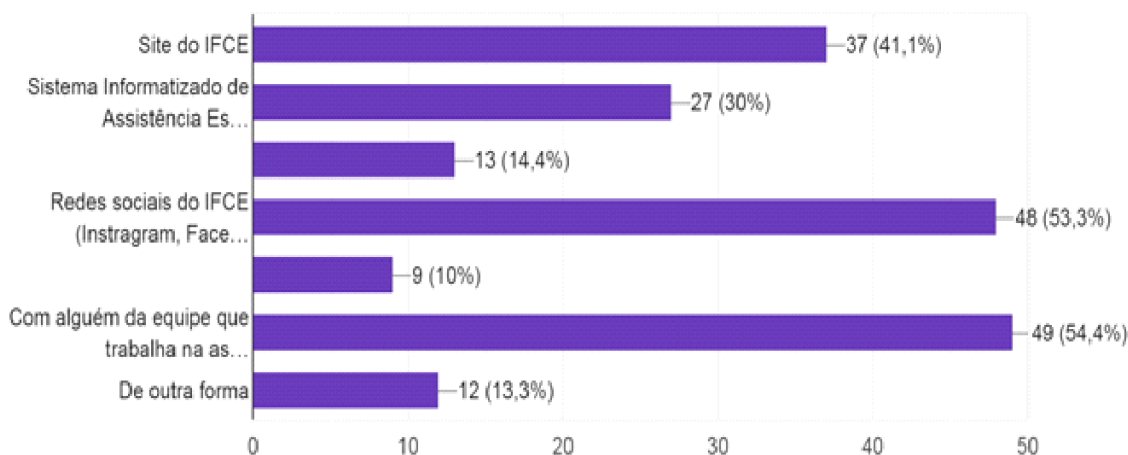
Fonte: elaborado pela autora

A sétima questão, contendo o seguinte questionamento: “Como ficou conhecendo os auxílios estudantis no seu campus? (É possível marcar mais de uma opção)”. Vejamos o Gráfico 13 disponibilizado abaixo:

Gráfico 13 – Auxílios estudantis e canal de conhecimento na percepção dos estudantes

7. Como ficou conhecendo os auxílios estudantis no seu campus? (É possível marcar mais de uma opção)

90 respostas



Fonte: elaborado pela autora

Ao se fazer a leitura do gráfico acima, percebem-se que duas das opções são mais aceitas pelo público estudantil analisado, sendo as seguintes opções: a primeira são os profissionais que trabalham nos setores de assistência estudantil e a outra forma as redes sociais. A porcentagem maior acaba por afirmar os dados da questão seis, que identificou uma boa política de divulgação interna, permitindo que haja uma boa interlocução dos estudantes com os servidores. O percentual destinado às redes sociais confirma que a política de divulgação do Instituto vem sendo uma forma de comunicação bem-aceita pelo público estudantil.

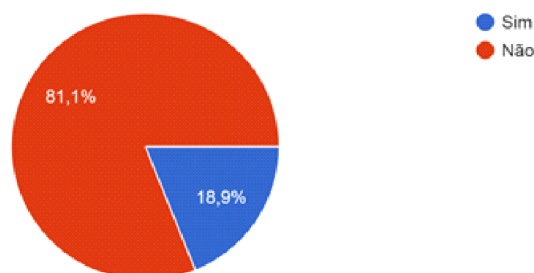
A oitava questão, está assim elaborada: “Você sente falta de algum tipo de material ou canal de comunicação e divulgação no campus que você estuda?”.

É uma questão bem importante, no sentido de saber se os estudantes sentem falta de algum material de comunicação ainda não utilizado no *campus* que estuda. Observando o Gráfico 14, verifica-se que, 81,1% dos estudantes afirmaram não sentir a falta de material ou canal, enquanto 18,9% afirmaram sentir a falta.

Gráfico 14 – Ausência de material ou canal de comunicação e divulgação na percepção dos estudantes

8. Você sente falta de algum tipo de material ou canal de comunicação e divulgação no campus que você estuda?

90 respostas



Fonte: elaborado pela autora

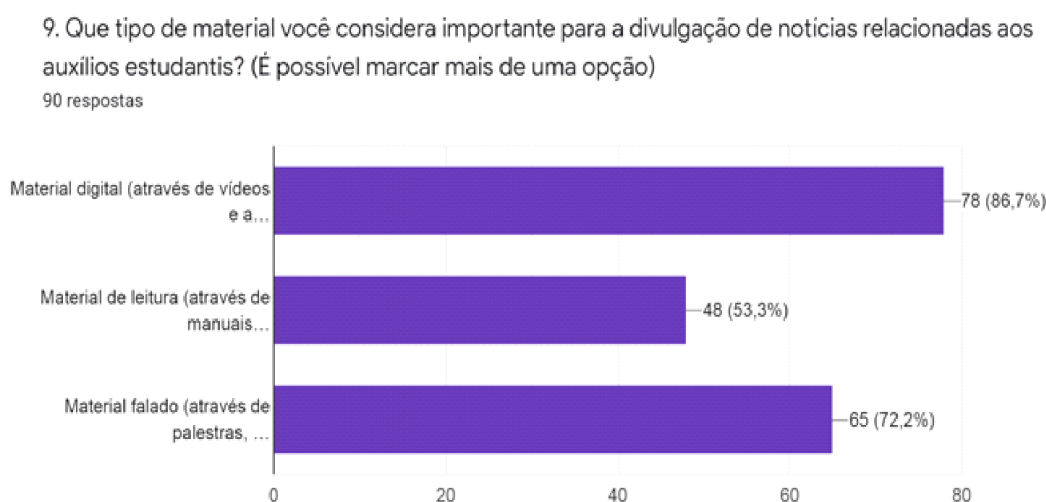
Ainda na oitava questão foi disponibilizado um espaço, sendo avisado a não obrigatoriedade de preenchimento, para que, o estudante que se sentisse a vontade, pudesse externar sua opinião. Houve 13 respostas e delas foram observadas as seguintes sugestões: quatro estudantes indicaram a necessidade de um canal de rádio no *campus* ou sistema de áudio, com caixas de som, para transmitir informações, sendo que um deles expôs esta necessidade, por não possuir acesso à internet. Dois respondentes acrescentaram que a comunicação poderia ser melhor por parte da equipe de comunicação do *campus* e dos demais servidores. Um estudante acrescentou a necessidade de disponibilidade de *tablets* para os discentes – possivelmente demonstrando a carência quanto à disponibilidade própria de equipamentos e de acesso às redes institucionais – e, os demais acrescentaram a necessidade de publicização de cartazes em pontos estratégicos no *campus* e em Flanelógrafos.

As opiniões levantadas nesta questão trazem à tona que mesmo diante da existência e da aceitação dos canais e materiais já disponíveis nos *campi* e nas redes sociais existem estudantes que ainda percebem/sugerem outros canais e formas de comunicação que poderiam ser somados aos já existentes, permitindo uma abrangência ainda maior da comunicação. Portanto, cientes da importância da ampliação dos canais de comunicação que envolve os editais da assistência estudantil dos *campi*, alvitramos a elaboração de um produto educacional que busca também colaborar com o desenvolvimento estratégico da instituição, facilitando a compreensão dos discentes, frente aos instrumentos legais disponibilizados pelo IFCE. As par-

particularidades acerca do material didático mencionado serão mais bem detalhadas na seção 6 desta pesquisa.

A nona questão, contém o seguinte questionamento: “Que tipo de material você considera importante para a divulgação de notícias relacionadas aos auxílios estudantis? (É possível marcar mais de uma opção)”. Observemos O Gráfico 15.

Gráfico 15 – Tipo de Material de divulgação considerado mais importante na percepção dos estudantes



Fonte: elaborado pela autora

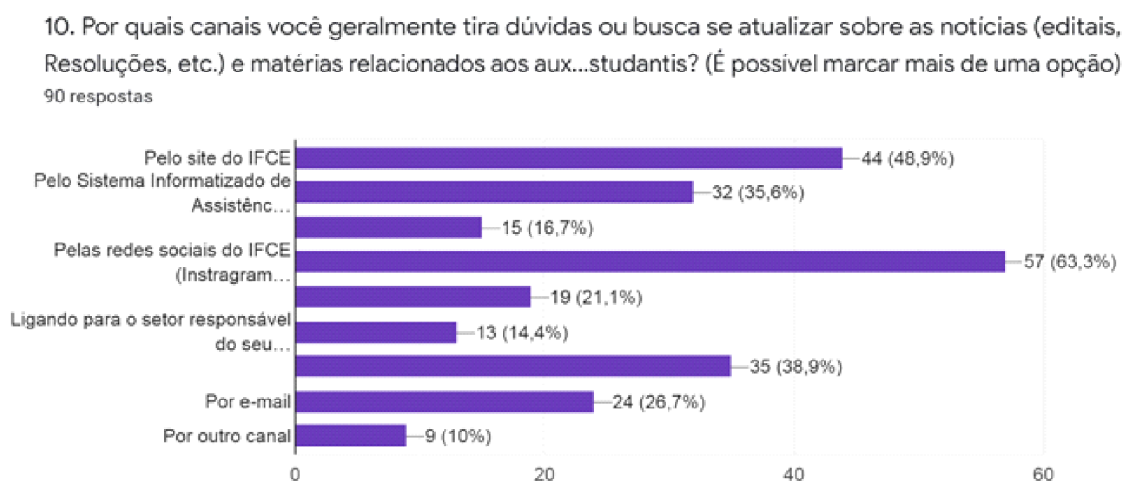
O material digital foi considerado por 86,7% dos discentes que responderam a pesquisa como o material mais importante. Como a questão possibilitava mais de uma escolha, a opção de material falado (através de palestras, reuniões, roda de conversas) não ficou muito aquém, obtendo 72,2% de respostas e, material de leitura (através de manuais, cartilhas e panfletos) obteve percentual de 53,3%.

Depreende-se, então, desta questão, que para a maioria dos estudantes a disponibilização de notícias por mecanismos de comunicação audiovisual é mais bem-aceita como forma de compreensão da temática dos auxílios estudantis, permitindo entender que a escolha pelo produto gerado neste trabalho, um vídeo em modelo *Storytelling*, podendo ser disponibilizado via redes sociais (*Instagram*, *Facebook*, *Youtube*), tem maior chance de ser bem recepcionado pelo público estudantil.

A décima questão está assim elaborada: “Por quais canais você geralmente tira dúvidas ou busca se atualizar sobre as notícias (editais, Resoluções, etc.) e matérias relacionadas aos auxílios estudantis? (Marcar mais de uma opção)”.

Para 63,3% dos respondentes, as redes sociais têm sido mais utilizadas, seguida dos seguintes canais: Site do IFCE, com 48,9% das respostas; indo até o setor responsável no *campus* que estuda, com 38,9%; pelo Sistema Informatizado de Assistência Estudantil (SISAE) com 35,6%; por e-mail, com 26,7%; por material impresso e afixado no *campus*, com 21,1%; pelo sistema acadêmico, com 16,7%; ligando para o setor responsável, com 14,4% e, por outro canal, com 10% das respostas, conforme resultados apresentados no gráfico 16. Considerando que, para esta questão, é possível a escolha de mais de uma das opções como resposta. Nesta questão é mostrado claramente o potencial das mídias sociais para o público estudantil e da internet como meio de obter informações, afirmando a escolha feita do material em vídeo educacional. Vejamos o Gráfico 16.

Gráfico 16 – Canais e materiais para tirar dúvidas acerca dos auxílios estudantis na percepção dos estudantes



Fonte: elaborado pela autora

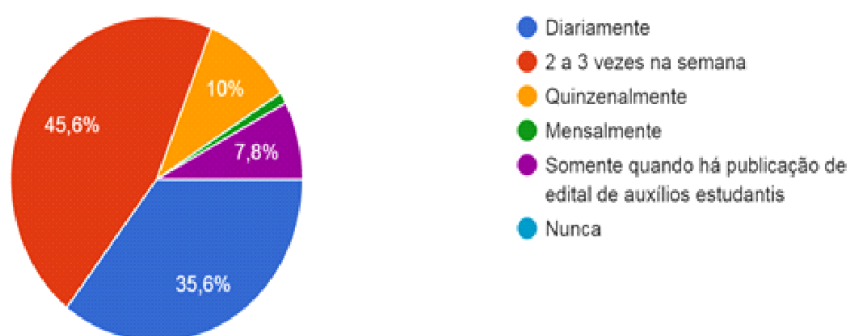
A décima primeira questão, assim disposta: “Com qual frequência, você estuda, acompanha o site e as redes sociais do IFCE?” obteve-se o seguinte levantamento: 45,6% dos respondentes afirmaram acompanhar o site e as redes sociais do IFCE de duas a três vezes na semana; 35,6% dos estudantes respondentes afirmaram verificar diariamente; 10% afirmaram verificar quinzenalmente; 7,8% deles afir-

maram verificar somente quando há publicação de edital de auxílios estudantis e, 1,1% afirmou verificar mensalmente (GRÁFICO 17).

Gráfico 17 – Frequência de acompanhamento do site e redes sociais pelos estudantes

11. Com qual frequência, você estudante, acompanha o site e as redes sociais do IFCE ?

90 respostas



Fonte: elaborado pela autora

Desta questão, compreende-se que o público estudantil tem uma boa frequência na busca por informações relacionadas ao ambiente em que estudam. Esta procura por atualização os mantém informados, o que é bastante relevante para os discentes e também para a Instituição, demonstrando assim, que essa busca por atualizações impulsiona as instituições à potencializarem suas mídias digitais como forma de acompanhar e responder positivamente à demanda.

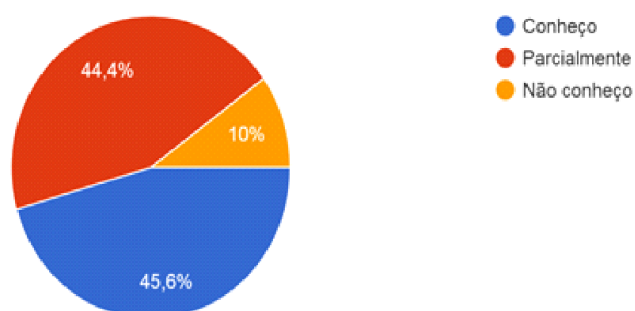
O eixo 3, denominado “Seleção para auxílios estudantis no IFCE” traz questões elaborados com o intuito de investigar a percepção dos estudantes sobre algumas situações no contexto de seleção dos auxílios estudantis, sendo assim, a décima segunda questão, contém o seguinte questionamento: “Você conhece os critérios utilizados na análise e seleção dos auxílios estudantis no IFCE?”.

Para a qual se obteve o seguinte resultado: 45,6% dos estudantes respondentes afirmaram conhecer os critérios de seleção para auxílios estudantis no IFCE; 44,4% responderam conhecer parcialmente e, 10% afirmaram não conhecer tais critérios, conforme Gráfico 18 abaixo.

Gráfico 18 – Conhecimento acerca dos critérios utilizados na seleção dos auxílios estudantis na percepção dos estudantes

12. Você conhece os critérios utilizados na análise e seleção dos auxílios estudantis no IFCE?

90 respostas



Fonte: elaborado pela autora

Essa questão, de certa forma, parece contradizer a questão anterior, já que a maioria dos respondentes da pesquisa afirmou acompanhar com bastante frequência site e redes sociais do IFCE. Porém, podemos inferir da questão doze, que: a) mesmo acompanhando site e redes sociais, os estudantes não se sentem atraídos para leitura atenciosa das orientações inseridas em editais, resoluções e portarias e, b) material ou materiais com teor mais lúdico poderia ser elaborado e disponibilizado como forma de chamar mais atenção do público estudantil.

Olhando por este prisma, o material elaborado como produto educacional, fruto desta pesquisa, pode vir a servir como material complementar, com vistas a cooperar na divulgação do tema, considerando a relevância do tema e a importância de difusão dele para o público estudantil.

Ao observar o assunto levantado nessa questão, relacionado ao conhecimento acerca dos critérios utilizados para análise e seleção dos auxílios estudantis no IFCE, precisamos salientar a importância dos dados obtidos dela (não desprezando os dados levantados nas demais questões desta pesquisa) como sendo relevantes ao aprimoramento dos serviços prestados pela DAE/Reitoria, coordenadorias de assistência estudantil (CAEs) dos *campi* e demais setores que lidam com a promoção e execução da política interna dos auxílios estudantis.

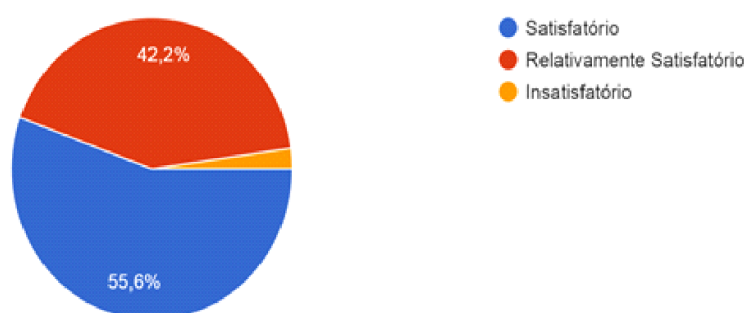
A décima terceira questão, assim disposta: “Como você considera o impacto que os auxílios estudantis têm no atendimento das necessidades estudantis?”.

Dos respondentes, 55,6% afirmaram que o impacto dos auxílios estudantis é satisfatório; 42,2% afirmaram ser relativamente satisfatório e, 2,2% responderam não ser satisfatório (GRÁFICO 19).

Gráfico 19 – Impacto dos auxílios estudantis no atendimento das necessidades estudantis na percepção dos estudantes

13. Como você considera o impacto que os auxílios estudantis têm no atendimento das necessidades estudantis?

90 respostas



Fonte: elaborado pela autora

Mesmo que esta questão vise focar nas necessidades estudantis, o resultado dela tem relação, de certa forma, com as questões dois e quatro, uma vez que para alguns estudantes, o auxílio recebido é utilizado para além das necessidades oriundas do meio escolar. Sendo utilizado também para complementar na renda familiar, resultando em parte do público respondente considerar o valor recebido como relativamente satisfatório, por não ser suficiente.

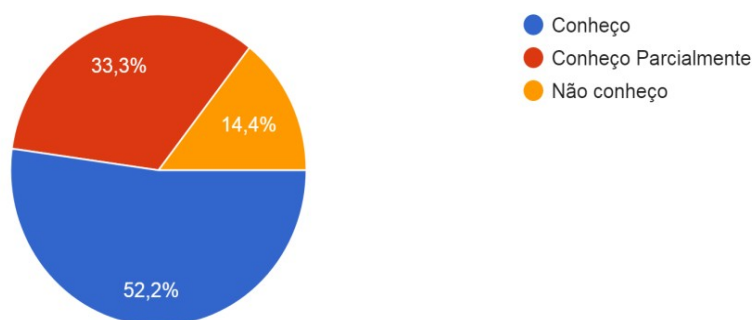
A décima quarta questão, assim elaborada “Você conhece os critérios exigidos para permanecer recebendo o/os auxílio/s estudantil/is nas seleções realizadas no seu campus?”.

Conforme mostrado no Gráfico 20, os resultados obtidos foram: 52,2% dos respondentes afirmaram conhecer os critérios exigidos para permanecer recebendo auxílio/os estudantil/is; 33,3% dos estudantes responderam conhecer parcialmente e, 14,4% afirmaram não ter conhecimento.

Gráfico 20 – Conhecimento acerca dos critérios exigidos para permanecer recebendo auxílios estudantis na percepção dos estudantes

14. Você conhece os critérios exigidos para permanecer recebendo o/os auxílio/s estudantil/is nas seleções realizadas no seu campus?

90 respostas



Fonte: elaborado pela autora

Essa questão mostra que quase metade do percentual das respostas afirmou não conhecer ou conhecer parcialmente os critérios. Fazendo uma relação com a questão doze, poderia significar que a forma de apresentação dos critérios utilizados nas seleções ocorridas para auxílios estudantis poderiam ser/estar disponibilizadas de outras maneiras ao público estudantil, como forma de atrair maior atenção.

Mesmo sabendo que a seleção para o recebimento do auxílio não depende somente da compreensão de critérios ou de textos imbuídos de sentenças legais inseridas nos editais, portarias, entre outros e, reconhecendo que o problema maior está na limitação de recursos financeiros destinados à ampliação dos auxílios estudantis, entende-se que também é papel dos profissionais da educação, sugerir ações que podem potencializar, dentre tantas vertentes, o aspecto da comunicação interna na instituição de ensino.

A décima quinta e derradeira questão do instrumental, contém o seguinte enunciado: “Em caso de perda do auxílio, como você acha que poderia ser feita a avaliação para que os auxílios estudantis fossem mantidos? (Sinta-se a vontade para sugerir ou não. A questão não é obrigatória, mas se você tem alguma sugestão seria muito importante termos conhecimento)”.

Esta foi uma questão pensada como forma de verificar a opinião estudantil acerca da manutenção dos auxílios estudantis. Optou-se por deixá-la sem ser obri-

gatória, permitindo aos estudantes respondentes da pesquisa opinarem sobre ela, caso se sentissem à vontade para fazê-la. Como resposta a esta pergunta, obtivemos o seguinte (QUADRO 5):

QUADRO 5 – Comentários e sugestões dos estudantes à questão 15

(continua)

1. “Sim. Fazendo uma pesquisa ou visita ao beneficiário” (ESTUDANTE 1, 2020)	13. “Sim. De maneira bem coerente, pois alguns não necessita e recebe, já outros necessita e não recebe” (ESTUDANTE 13, 2020)
2. “Eu acho q ninguém deve perder o auxílio porque isso nos ajuda muito e nos motiva a está sempre estudando” (ESTUDANTE 2, 2020)	14. “Uma visita domiciliar” (ESTUDANTE 14, 2020)
3. “Através de conversas com o aluno.” (ESTUDANTE 3, 2020)	15. “Com um texto onde o aluno pudesse se sentir confortável para contar sua situação” (ESTUDANTE 15, 2020)
4. “Com diálogo, sem dúvidas. Muitas vezes o estudante não tem os documentos comprobatórios nos dias vigentes do auxílio ou documentos que estejam ou no seu nome ou no da família, sem conhecer de fato a realidade desse aluno.” (ESTUDANTE 4, 2020)	16. “Por meio de entrevistas agendadas com os membros da equipe responsável pela realização dos auxílios em conjunto com os coordenadores e dos pais dos alunos beneficiados.” (ESTUDANTE 16, 2020)
5. “Uma visita no lar do beneficiado para uma conversa franca com os pais. (Posso tá falando besteira, não sei)” (ESTUDANTE 5, 2020)	17. “O auxílio não pode ser parado, pois muitos alunos dependem dele. Se isso acontecer haverá uma GRANDE evasão.” (ESTUDANTE 17, 2020)
6. “sim mas dinheiro nos auxílios” (ESTUDANTE 6, 2020)	18. “Acredito que após Conversa com aluno e comprovação de documentação, poderia incluir.” (ESTUDANTE 18, 2020)
7. “Acredito que está sendo feito o possível inclusive em época de pandemia e os responsáveis têm todo o cuidado e trato com os alunos ao analisar os dados.” (ESTUDANTE 7, 2020)	19. “Seria importante se fosse vista a situação do estudante para saber qual sua renda, pois muitas pessoas não estudam por falta de condições financeiras.” (ESTUDANTE 19, 2020)
8. “Através de uma entrevista.” (ESTUDANTE 8, 2020)	20. “Acho que os auxílios devem levar em conta o histórico escolar, desempenho do aluno, participação de eventos levando o nome da instituição, renda familiar. Princi-

	palmente renda familiar e histórico escolar.” (ESTUDANTE 20, 2020)
9. “Priorização da necessidade do discente.” (ESTUDANTE 9, 2020)	21. “Acredito que deveria ser levado em consideração a situação da pessoa no geral...” (ESTUDANTE 21, 2020)
10. “Uma análise mais apurada” (ESTUDANTE 10, 2020)	22. “De acordo com as necessidades de cada um, tem aqueles que precisam mais desse auxílio, e sem essa ajuda pode ser bem difícil dependendo da situação” (ESTUDANTE 22, 2020)
11. “A reavaliação dos documentos e se possível da renda e necessidade do discente” (ESTUDANTE 11, 2020)	23. “Analisar a vulnerabilidade econômica do estudante através de uma visita ao seu lá. Pois as vezes mesmo o estudante não encaixado na forma de das exigências de análises. ESTE estudante vivem de forma precária” (ESTUDANTE 23, 2020)
12. “Entrevista entre o assistente e aluno com a revisão dos critérios estabelecidos na inscrição. (ESTUDANTE 12, 2020)	

Fonte: elaborado pela autora

Conforme Quadro 5, destacam-se os comentários dos (as) estudantes 1, 5 e 14, que tratam da necessidade de visita domiciliar, o que reflete a carência de uma maior aproximação da Instituição com a família desses estudantes, ou seja, dialogar e conhecer a realidade desses discentes amplia a visão de suas reais dificuldades, possibilitando a ampliação das políticas de assistência estudantil, destarte o cumprimento da quinta diretriz do Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE, de 2015 que propõe a “formação de espaços de diálogo entre família, escola e comunidade” (IFCE, 2015). Portanto, conhecer *in loco* as reais condições de vida do seu corpo discente torna-se primordial para o sucesso de qualquer política pública voltada para esse público, aproximando-se de suas necessidades prioritárias.

Importante entender que para os *campi* do IFCE, as ações sugeridas, como visita e diálogo com os familiares dos discentes exigiria um número maior de servidores, o que não é a realidade da instituição. A maioria das vezes o número de servidores designado aos setores somente possibilita o andamento mínimo do setor. E, mesmo que saibam da importância e/ou recebam *feedbacks* como os expostos pelo

público estudantil, muitas vezes as ideias não se convertem em ações e, sim, em planejamento para quando existirem servidores suficientes.

Os (As) estudantes 3, 4, 8, 12, 16 e 18 fazem referência a um momento de diálogo, que alguns chamam de conversa ou entrevista entre o estudante e membros da equipe de análise. Seguindo o que está descrito no inciso I, do art. 5º nas diretrizes do Regulamento da Política de Assistência Estudantil “realizando o mapeamento da realidade socioeconômica e acadêmica dos estudantes atendidos pela política a fim de direcionar suas ações” (IFCE, 2015).

O (A) discente 6, chama a atenção para um fator muito importante, a questão de ter recursos financeiros suficientes para beneficiar os discentes. Esta realmente seria uma forma de não excluir nenhum dos estudantes em situação socioeconomicamente vulnerável. É uma das lutas travadas pelos fóruns que tratam de assuntos estudantis, conforme o inciso III, do art. 5º do Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE, ao citar “disponibilizando recurso específico para a Assistência Estudantil no orçamento institucional, buscando ampliá-lo para que o número de beneficiados seja crescente” (IFCE, 2015).

Os (As) estudantes 9, 10, 11, 19, 21, 22 e 23 abordaram a importância de atenção maior à análise das necessidades pelas quais passa cada discente como forma de priorizá-las. Ao analisar os comentários, pode-se perceber que o processo realizado para seleção dos estudantes que serão beneficiários dos auxílios estudantis não é compreendido pelo público discente. O processo de análise abrange/engloba entrevistas, análise documental e, quando possível, visitas domiciliares. Concluído o processo, acontece de estudantes, mesmo sendo socioeconomicamente vulneráveis não serem selecionados devido à limitação orçamentária. Uma situação muito difícil para os servidores e para a instituição, uma vez que precisam selecionar dentre os estudantes socioeconomicamente vulneráveis os que estão em mais delicada situação.

Os (As) estudantes 2 e 17 afirmam a importância dos estudantes não deixarem de ser beneficiários dos auxílios estudantis, uma vez que quem os recebe são, de fato, dependentes deles para se manterem estudando, evitando assim, os números de retenção e evasão.

Considerando o resultado do instrumental e, ainda percebendo a pré-disponibilidade do público estudantil para as redes sociais e mídias, afirma-se assim, a im-

portância do produto educacional, em formato de vídeo (modelo *Storytelling*) que poderá ser disponibilizado para publicização no *Instagram* e *Youtube*.

Pretendemos assim, alinhando às respostas apresentadas nesta pesquisa, oferecer à sociedade um trabalho que apresente o diálogo entre a política que orienta Assistência Estudantil do IFCE, as ações realizadas a partir de tais diretrizes, e um produto educacional que coopere com o Instituto, almejando ainda que mais pesquisas relacionadas ao tema sejam desenvolvidas no âmbito do IFCE e das demais instituições federais de ensino, permitindo um avanço nas discussões, manutenção e ampliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

5.4 Análise da aplicação do instrumental aplicado aos servidores do IFCE que atuam na AE

Concluída as etapas de validação do instrumental (pelos juízes) e a aplicação do questionário (APÊNDICE G) aos servidores do IFCE que atuam na AE, deu-se início a análise da coleta das informações recebidas via *Google Forms* que permitiram avaliar as situações apresentadas nas questões, norteando assim, a pesquisa.

Obteve-se o retorno de 12 servidores que atuam diretamente com a AE, nos diversos cargos (Assistente social, Psicólogo, Nutricionista, Médico, Enfermeiro/Técnico de Enfermagem, Odontólogo e outros), com lotação nos *Campi* de Boa Viagem, Fortaleza, Acaraú, Tauá, Reitoria, Maranguape, Juazeiro do Norte e Cedro. Alguns deles com atuação na AE entre 0 e 5 anos, outros de 5 a 10 anos e outros com mais de 10 anos.

A análise das questões do instrumental será abaixo disponibilizada de acordo com as respostas dos servidores. No eixo 2, denominado “Assistência Estudantil e Auxílios Estudantis no IFCE”, indagamos na primeira questão: “Como você avalia o alcance das ações de assistência estudantil no campus que atua, quando se trata de disponibilidade de recursos, orçamento, profissionais e comunicação?”

O Gráfico 21 mostra 09 respostas para relativamente satisfatória, 02 respostas para insatisfatória e 01 resposta satisfatória. Denota-se que em relação aos critérios incluídos no questionamento a maioria dos servidores respondentes considera que eles precisam ser aprimorados conforme é percebido nos comentários dos servidores 2 e 6: “Acredito que os recursos são limitados e a infraestrutura também, assim como a disponibilidade de tempo em sala de aula para atuação junto aos discentes.” (SERVIDOR 2); “Existem algumas limitações: a questão orçamentária para co-

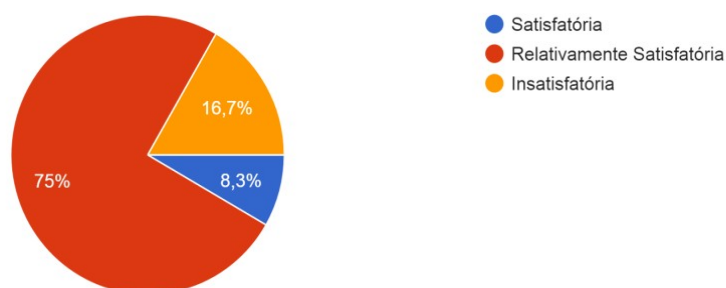
brir auxílios e ações da AE, dificuldades de apoio de outros setores, por vezes, disputa entre setores, provocada ou agravada por falhas nos processos e insuficiência de espaços comunicacionais promovidos pela instituição.” (SERVIDOR 6).

Dessas observações chama-se a atenção para a preocupação com a situação orçamentária dos *campi*, com consequente ação, dentre outras, nas questões de infraestrutura e nos processos de trabalho dos setores, desafiando assim, os servidores que acabam por enfrentar essas dificuldades numa tentativa de manter a organização das ações de assistência estudantil nos *campi*, apesar das dificuldades relatadas e de outras.

Gráfico 21 – Avaliação do alcance das ações de assistência estudantil na percepção dos servidores

1. Como você avalia o alcance das ações de assistência estudantil no Campus que atua, quando se trata de disponibilidade de recursos, orçamento, profissionais e comunicação?

12 respostas



Fonte: elaborado pela autora

Na segunda questão, contendo o questionamento: “Como você considera os resultados alcançados na vida acadêmica dos estudantes beneficiários dos auxílios estudantis no Campus que atua?”.

Conforme mostra o Gráfico 22, 83,3% dos respondentes consideram relativamente satisfatórios os resultados obtidos com o recebimento dos auxílios estudantis.

De acordo com as observações “Ainda dificuldades não podem ser suprimidas apenas com a concessão de auxílios em forma de pecúnia, como as dificuldades de aprendizagem, interpessoais e até mesmo estruturais como desigualdades de gênero e sexualidade” (SERVIDOR 4); e “Do acompanhamento que tem sido possível realizar, uma parte consegue está mais motivado(a), contudo, precisa de uma investigação e análise mais profunda, pois na vida desses(as) discentes há um histórico de

processo formativo educacional com muitas fragilidades, que requisita trabalho conjunto, e auxílio estudantil pecuniário é parte do processo e não o todo, então é preciso algumas frentes de trabalho articulado para a permanência e êxito que dê conta de processos históricos internalizados e vivenciados concretamente” (SERVIDOR 6). O sucesso estudantil depende de um conjunto de fatores que precisariam ser acompanhado por uma equipe multiprofissional, de acordo com a observação estes fatores fazem parte de um processo de vida educacional histórico de cada discente.

Outro ponto apresentado, pelos servidores 2 e 3: “Se houvesse mais recursos teríamos como beneficiar mais alunos com auxílios maiores” (SERVIDOR 2); “Os recursos não contemplam todos aqueles que precisam, especialmente nos campi do interior, onde temos uma menor renda per capita nas famílias” (SERVIDOR 3).

Desta vez com a ressalva de que nem todos os que precisam dos auxílios estudantis são beneficiados “Não alcançam todas e todos que deveriam e não se fazem suficientes àqueles e àquelas que alcança. Há casos de discentes que escolhem os dias em que fazem as três refeições porque precisam pagar aluguel e outras contas de manutenção. Mesmo morando junto com outros discentes. Todavia, quem não recebe fica em condições ainda piores” (SERVIDOR 8) em razão da falta de recursos (SERVIDOR 3) ou até mesmo o oferecimento de valores maiores (SERVIDOR 2).

Para 16,7% dos respondentes, consideram os resultados satisfatórios, uma vez que o recebimento de algum recurso em pecúnia pode proporcionar motivação (SERVIDOR 6), podendo gerar fatores que ajudam os estudantes no alcance de melhores resultados.

De acordo com observações vistas acima, o percentual de “relativamente satisfatório” corresponde à maioria dos respondentes, o que denota satisfação nos resultados alcançados. No entanto, os que foram ressaltados são múltiplos fatores que inviabilizam o sucesso de tal política, conforme observamos nos comentários acima dos servidores 2 e 3 que citam a questão de recursos limitados.

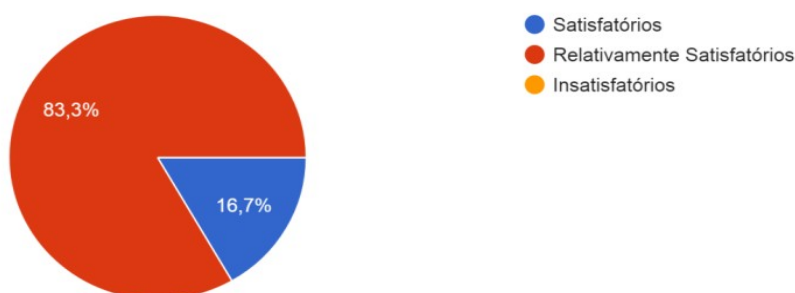
Assim, vimos que a limitação orçamentária constitui um entrave para uma maior efetivação da AE, problemas na infraestrutura, entre outras questões.

Continuando com a análise, o Gráfico 22 abaixo mostra as respostas como “relativamente satisfatórios” dos resultados obtidos com o recebimento dos auxílios estudantis.

Gráfico 22 – Resultados alcançados na vida acadêmica dos estudantes beneficiários dos auxílios estudantis na percepção dos servidores

2. Como você considera os resultados alcançados na vida acadêmica dos estudantes beneficiários dos auxílios estudantis no Campus que atua?

12 respostas



Fonte: elaborado pela autora

Na terceira questão, contendo o seguinte questionamento: “Quantos profissionais atuam na assistência estudantil no Campus em que é lotado/a?”

Conforme aponta o gráfico 23, disposto logo na página seguinte, os percentuais à questão foram: 41,7% responderam que dispõe de 7 (sete) ou mais profissionais atuantes da assistência estudantil; 25% responderam possuir 5 (cinco) profissionais; outros 25% responderam possuir 4 (quatro) profissionais e por fim, 8,3% disseram ter somente 2 (dois) profissionais atuando nessa área.

Desse modo, depreende-se que a quantidade de profissionais informada pelos respondentes representa um percentual razoável trabalhando na assistência estudantil, a depender da demanda de cada *campus*. Entretanto, pode ainda significar que as equipes que atuam na AE podem estar incompletas, não oferecendo aos *campi* uma atuação multiprofissional nas ações de AE.

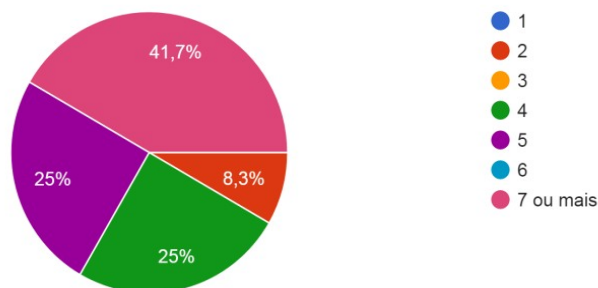
De acordo com o parágrafo único do art. 7º do Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE (RAE).

Parágrafo único: será considerada equipe completa, no campus quando houver cargos preenchidos por profissionais provenientes das seguintes áreas: I. assistente social; II. educador físico; III. enfermeiro; IV. médico; V. nutricionista; VI. odontólogo; VII. pedagogo; VIII. Psicólogo; IX. assistente de aluno; X. técnico em assuntos educacionais (IFCE, 2015, p. 4).

Gráfico 23 – Quantidade de profissionais atuando na assistência estudantil

3. Quantos profissionais atuam na assistência estudantil no Campus em que é lotado/a?

12 respostas



Fonte: elaborado pela autora

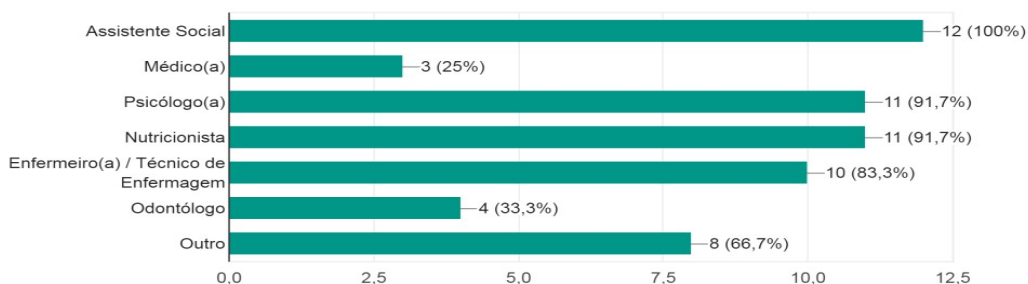
Na quarta questão indagamos sobre “Quais profissionais fazem parte da equipe de assistência estudantil no campus que atua?”

Considerando os *campi* no qual estão lotados os servidores respondentes, obteve-se o seguinte resultado: 100% dos respondentes afirmaram possuir profissionais assistentes sociais no *campus* que atuam; 91,7% afirmaram possuir profissionais psicólogos e nutricionistas; 83,3% afirmaram possuir profissionais enfermeiros e/ou técnicos em enfermagem; 33,3% possuir profissionais odontólogos; 25% profissionais médicos e, para 66,7% possuir outros tipos de profissionais atuando na AE no Campus em que estão lotados. Este resultado condiz com a orientação contida no caput do art. 7º do RAE, que trata dos profissionais que a equipe multidisciplinar deve possuir, podendo significar que, mesmo possuindo o quadro mínimo de profissionais exigido, a quantidade pode não ser suficiente para a demanda de AE, ocasionando maior trabalho aos profissionais lotados. Observemos o Gráfico 24.

Gráfico 24 – Tipos de profissionais atuando nas equipes de assistência estudantil

4. Quais profissionais fazem parte da equipe de assistência estudantil no campus que atua?

12 respostas



Fonte: elaborado pela autora

Na quinta questão, assim elaborada: “Em sua opinião, os valores destinados aos auxílios estudantis, no campus que atua, contribui para a permanência e bom desempenho do estudante no IFCE, de forma satisfatória, relativamente satisfatória, insatisfatória?”

Para 58,3% dos respondentes o valor destinado aos auxílios estudantis é relativamente satisfatório e para 33,3% insatisfatório.

Os índices dessa questão podem indicar, ao observar o comentário “Como relatado anteriormente, considera-se sim que contribui em parte, mas junto com auxílio em forma de pecúnia, exige-se outras frentes de trabalho que componham-se a construção desse percurso formativo, porque os auxílios estudantis precisam fazer sentido na perspectiva do reconhecimento da existência daquelas vulnerabilidades que requisitam serem atendidas ainda que em parte, mas junto a isso há um trabalho, um diálogo necessário de construção coletiva de estratégias no ensino, na pesquisa, na extensão, na inserção em espaços dentro do próprio campus, nos serviços Assistência Estudantil e apoio pedagógico, é um tecer necessário para se avançar na permanência e êxito, inclusive de entender, que êxito é esse” (SERVIDOR 5), que o desempenho estudantil vai além do recebimento de auxílios em pecúnia, ou seja, existem outros fatores de igual modo, importantes para contribuir no desempenho e um deles é a questão pedagógica, sendo necessárias ações em conjunto, a depender de cada situação estudantil.

O servidor 1 apontou para a questão da transparência em apresentar o que será feito com o recurso recebido no campus: “O recurso não é transparente e a equipe não é convidada para participar da distribuição do orçamento, então não posso afirmar que eles contribuam para a permanência desses estudantes” (SERVIDOR 1).

Já os servidores 2 e 4 reforçaram a situação da insuficiência de recursos para as demandas existentes nos campi: “Recursos insuficientes, como falei anteriormente” (SERVIDOR 2); “Algumas despesas são bem superiores aos valores repassados” (SERVIDOR 4).

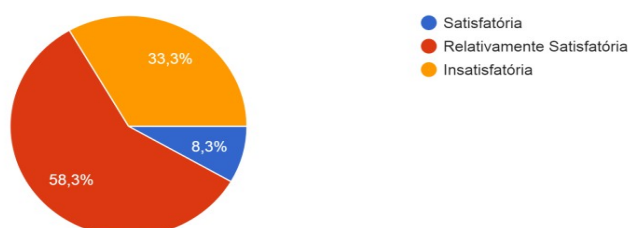
Deste modo, depreende-se que os respondentes percebem a situação de insuficiência de recursos financeiros. No entanto, seriam necessários além de recursos financeiros outros mecanismos para dar suporte aos discentes visando o melhor desempenho acadêmico deles, ou seja, seria interessante que as ações previstas na

assistência estudantil funcionassem a contento e em conjunto com outras ações, conforme destacado pelos servidores 1 e 5. Vejamos o Gráfico 25 com as respostas.

Gráfico 25 – Valores destinados aos auxílios estudantis x contribuição para a permanência e bom desempenho estudantil

5. Em sua opinião, os valores destinados aos auxílios estudantis, no Campus que atua, contribui para a permanência e bom desempenho do estudante no IFCE, de forma:

12 respostas



Fonte: elaborado pela autora

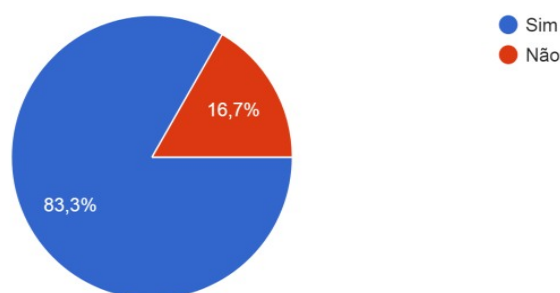
Na sexta questão (GRÁFICO 26), contendo o seguinte questionamento: “No campus que é lotado (a) existe diálogo entre gestores mediato e imediato com os profissionais que atuam na assistência estudantil, a fim de proporcionar alinhamento das necessidades relacionadas à demanda estudantil?”

Dos servidores, 83,3% responderam positivamente e 16,7% afirmaram não haver diálogo. Considerando o percentual da questão, mostrado no Gráfico 26, depreendemos que existe diálogo na maior parte dos *Campi* ao qual pertencem os respondentes que atuam diretamente na AE e que estes têm voz antes das decisões serem tomadas na gestão, o que é extremamente importante para a instituição.

Gráfico 26 – Existência de diálogo entre gestores e profissionais que atuam na assistência estudantil

6. No campus que é lotado (a) existe diálogo entre gestores mediato e imediato com os profissionais que atuam na assistência estudantil... necessidades relacionadas à demanda estudantil?

12 respostas



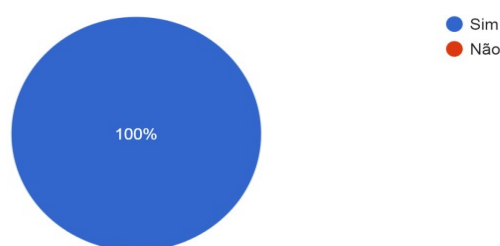
Fonte: elaborado pela autora

O resultado da questão 6 tem relação com a questão 7, cujo enunciado é “Se a resposta anterior foi sim, o diálogo ocorrido tem surtido o efeito esperado, possibilitando melhoria nas ações que necessitam ser implementadas ou melhoradas?”, que resultou em 100% de resposta para positivas (GRÁFICO 27). Podendo-se perceber então, que a comunicação é um fator preponderante como forma de planejamento e de otimização das ações a nível local considerando os recursos humanos e financeiros disponibilizados nos *Campi*.

Gráfico 27 – Diálogo X efeitos na percepção dos servidores

7. Se a resposta anterior foi sim, o diálogo ocorrido tem surtido o efeito esperado, possibilitando melhoria nas ações que necessitam ser implementadas ou melhoradas?

10 respostas



Fonte: elaborado pela autora

A oitava questão, assim disponibilizada “Em sua opinião, os editais de seleção para auxílios estudantis contemplam as necessidades de renda dos estudantes, de forma: satisfatória, relativamente satisfatória ou insatisfatória?”

Conforme mostra o Gráfico 28, 58,3% dos respondentes afirmaram que as seleções contemplam relativamente as necessidades de renda estudantil; 33,3% responderam não contemplar e 8,3% afirmam contemplar.

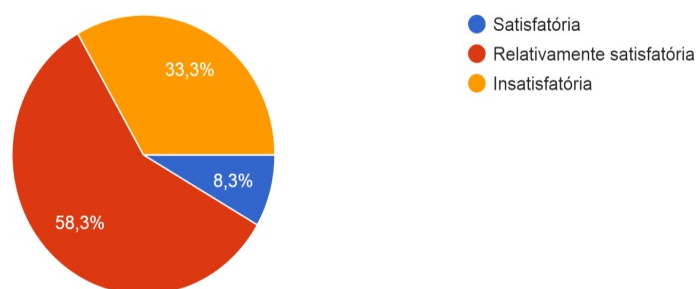
A observação “Não há recursos para todos os que necessitam” (SERVIDOR 2), traz de volta a situação dos recursos financeiros que não são suficientes para todos que necessitam dos auxílios estudantis em pecúnia, porém, possibilita apoio financeiro importante, a depender da realidade dos que os recebem. Outros pontos apresentados são: a situação de extrema vulnerabilidade de alguns estudantes “Muitos estudantes estão em situação de extrema vulnerabilidade e os auxílios ramificados não impactam de forma significativa na melhoria dessa situação” (SERVIDOR 1) e a questão da burocratização dos editais “Os editais são muito burocráticos, o que dificulta a inscrição dos alunos.

As necessidades dos alunos nem sempre se enquadram nos critérios” (SERVIDOR 3), podendo significar que a forma de dispor os editais, embora legalmente corretos, pode configurar a perda da inscrição para alguns alunos, em razão dos variados critérios exigidos. Tais critérios, muitas vezes em demasia, são adicionados aos editais como forma de restringir a quantidade de selecionados, uma vez que não existe orçamento para a quantidade de inscritos nas seleções. Temos o Gráfico 28.

Gráfico 28 – Editais de seleção para auxílios estudantis X necessidades de renda dos estudantes

8. Em sua opinião, os editais de seleção para auxílios estudantis contemplam as necessidades de renda dos estudantes, de forma:

12 respostas



Fonte: elaborado pela autora

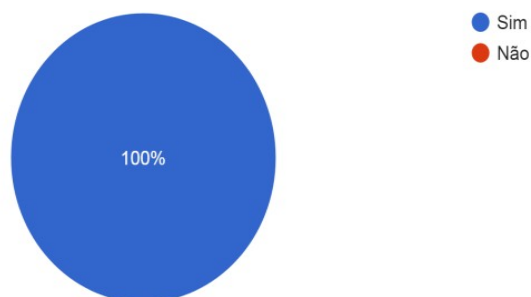
Na nona questão, contendo o seguinte questionamento “Em sua opinião, você considera importante a continuidade da concessão de auxílio(s) estudantil(s) durante toda a atividade acadêmica do (da) estudante no IFCE, mesmo considerando que ele (a) passe por novas seleções?”

Para 100% dos respondentes (GRÁFICO 29) a continuidade do recebimento do/s auxílios é importante. Levando-se em consideração, principalmente, a situação de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes, quando verificados os comentários “Justamente por conta da extrema vulnerabilidade da maioria” (SERVIDOR 1) e “Fundamental à permanência e êxito do aluno, do contrário alguns não teriam condições nem para se deslocar até o campus.” (SERVIDOR 2), onde os servidores analisam, sobretudo, a realidade vivenciada pelas famílias dos estudantes assistidos, em razão da vulnerabilidade social. Podendo significar que a concessão dos auxílios, mesmo que isolado, não possibilite a permanência e o êxito acadêmico, porém serve de apoio ao estudante que os recebem, a depender do tipo de auxílio que receba.

Gráfico 29 – Importância da continuidade da concessão de auxílios durante toda a atividade acadêmica na percepção dos servidores

9. Na sua opinião, você considera importante a continuidade da concessão de auxílio(s) estudantil(s) durante toda a atividade acadêmica ...onsiderando que ele(a) passe por novas seleções?

12 respostas



Fonte: elaborado pela autora

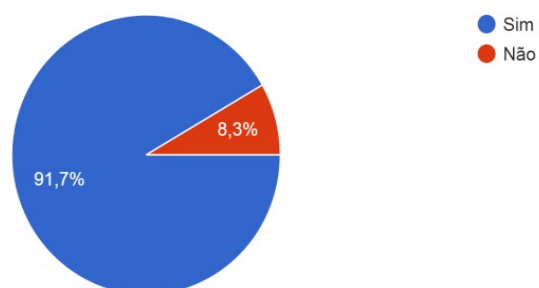
Na décima questão, assim elaborada “Você teve conhecimento de casos em que o/a estudante foi excluído de alguma seleção para auxílios estudantis por não entregar documento ou perder prazos exigidos no edital?”

Verificando o Gráfico 30, para 91,7% dos respondentes afirmaram conhecer algum estudante que passou por esta situação e 8,3% afirmaram não conhecer. Levando-se em consideração o percentual desta pergunta, pode significar que, mesmo diante da ampla divulgação através das mídias oficiais dos *campi*, alguns estudantes podem não ler as informações disponibilizadas nestas mídias e nem buscam ir ou entrar em contato com o setor responsável pela AE nos *campi* que estudam.

Gráfico 30 – Conhecimento de casos de estudantes que perderam seleção devido perda de prazo

10. Você teve conhecimento de casos em que o/a estudante foi excluído de alguma seleção para auxílios estudantis por não entregar documento ou perder prazos exigidos no edital?

12 respostas



Fonte: elaborado pela autora

A décima primeira questão, contendo o seguinte enunciado: “Como você enxerga a percepção do público estudantil, do campus que atua, quando se trata de auxílios estudantis?”

Verificando o Gráfico 31, para 75% dos respondentes a percepção dos discentes acerca dos auxílios estudantis é relativamente satisfatória, para 16,7% é insatisfatória e para 8,3% é satisfatória.

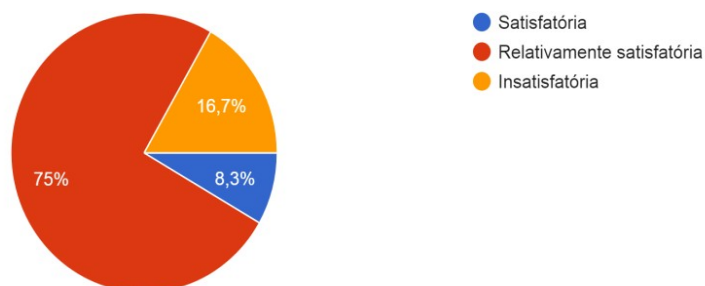
Levando-se em consideração os percentuais obtidos nesta pergunta pode-se depreender que os servidores respondentes percebem por parte do público estudantil que os auxílios estudantis têm proporcionado/possibilitado alguma forma de benefício(s) no auxílio dos estudos e também como maneira de mantê-los na instituição.

Fazendo uma rápida comparação à questão 3 do questionário respondido pelos estudantes do IFCE, cujos dados estão contidos no gráfico 3, para 91% dos discentes respondentes afirmaram que recebimento de auxílios estudantis contribui sim para a permanência e bom desempenho deles no IFCE.

Observando os comentários “Eles reclamam da burocracia. Muitas vezes não sabem utilizar o sistema nem tem familiaridade no uso do computador. Não entendem a linguagem formal do edital” (SERVIDOR 2); “Ouço muitas coisas, desde queixas sobre a burocracia do processo quanto aos valores das bolsas” (SERVIDOR 4). Os servidores 2 e 4 afirmam que alguns estudantes consideram a burocracia um empecilho e que a linguagem dos editais pode ser um entrave na participação do processo de seleção (SERVIDOR 2). Contudo, uma opção seria apresentar um resumo dos principais informes nas páginas e mídias oficiais.

Gráfico 31: Opinião dos servidores quanto à percepção dos estudantes acerca dos auxílios estudantis

11. Como você enxerga a percepção do público estudantil, do Campus que atua, quando se trata de auxílios estudantis?
12 respostas



Fonte: elaborado pela autora

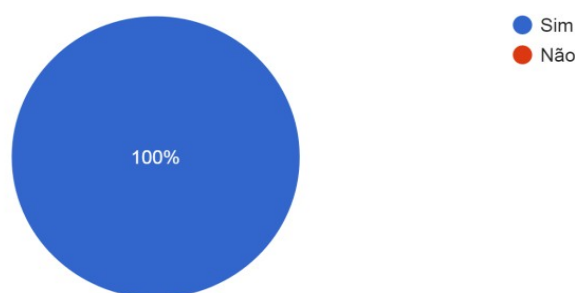
A décima segunda questão, assim disponibilizada: “Existe um momento em que é feita a apresentação de informações necessárias aos estudantes recém-ingressos, por parte do setor responsável pela assistência estudantil, no campus em que é lotado/a?”

100% dos respondentes afirmaram existir este momento. Os dados obtidos nesta questão, apresentados no Gráfico 32, mostram o comprometimento da instituição e do setor responsável pela AE em disponibilizar informações necessárias aos ingressantes sobre seus direitos, o que possibilita um número maior de beneficiados.

Gráfico 32 – Momento de apresentação de informações aos alunos recém-ingressos

12. Existe um momento em que é feita a apresentação de informações necessárias aos estudantes recém-ingressos, por parte do setor responsável p...stência estudantil, no campus em que é lotado/a?

12 respostas



Fonte: elaborado pela autora

O Quadro 6, abaixo, correspondente às respostas à décima terceira questão, na qual indagamos “Por qual/quais canais/s ocorre/m a divulgação das informações relacionadas aos auxílios estudantis no campus que está lotado/a? (É possível marcar mais de uma opção)”.

Observa-se que de acordo com percentual de resposta dos participantes da pesquisa, a maior parte das informações relacionadas aos auxílios estudantis é disponibilizada pelo site do IFCE (91,7%), redes sociais do IFCE (91,7%) e SISAE (83,3%), depreendendo-se que a internet tem sido o meio mais utilizado para transmitir as informações relacionadas aos auxílios estudantis, considerando que pode alcançar mais amplamente o público de interesse. Porém, pode existir parte deste público que não possua acesso à internet. Portanto, observa-se que existe outra preferência apresentada nas respostas do quadro abaixo (QUADRO 6), que é do estudante ou responsável falar diretamente com um servidor no setor (83,3%).

Quadro 6 – Dados da questão 13

CANAL	QUANTIDADE DE RESPOSTAS	PERCENTUAL DOS RESPONDENTES
Pelo site do IFCE	11	91,7%
Pelas redes sociais do IFCE (Instagram, Facebook)	11	91,7%
Por meio de ligações para o setor responsável	03	25%
O estudante / responsável falando diretamente com um servidor no setor	10	83,3%
Por e-mail	05	41,7%
Por material impresso e afixado no Campus	09	75%
Pelo Sistema Informatizado de Assistência Estudantil (SISAE)	10	83,3%
Pelo Sistema Acadêmico (Q-acadêmico)	06	50%
Por outro canal	04	33,3%

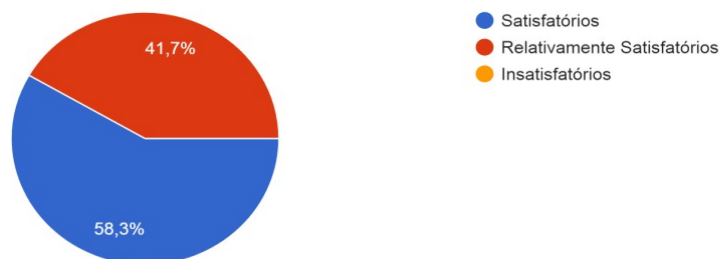
Fonte: elaboração própria.

Na décima quarta questão, contendo a seguinte indagação “Como você considera os canais existentes no seu *campus*, destinados à divulgação e comunicação das informações relacionadas aos auxílios estudantis no *campus* que atua?”.

Conforme mostra o Gráfico 33 obtivemos 58,3% de respostas satisfatórias e 41,7% de relativamente satisfatórias. Neste item, considera-se a possibilidade de ampliação dos canais de comunicações existentes como forma de aumentar a divulgação das ações de assistência estudantil.

Gráfico 33 – Opinião dos servidores acerca dos canais de comunicação destinados à informação dos auxílios estudantis

14. Como você considera os canais existentes no seu Campus, destinados à divulgação e comunicação das informações relacionadas aos auxílios estudantis no campus que atua?
12 respostas

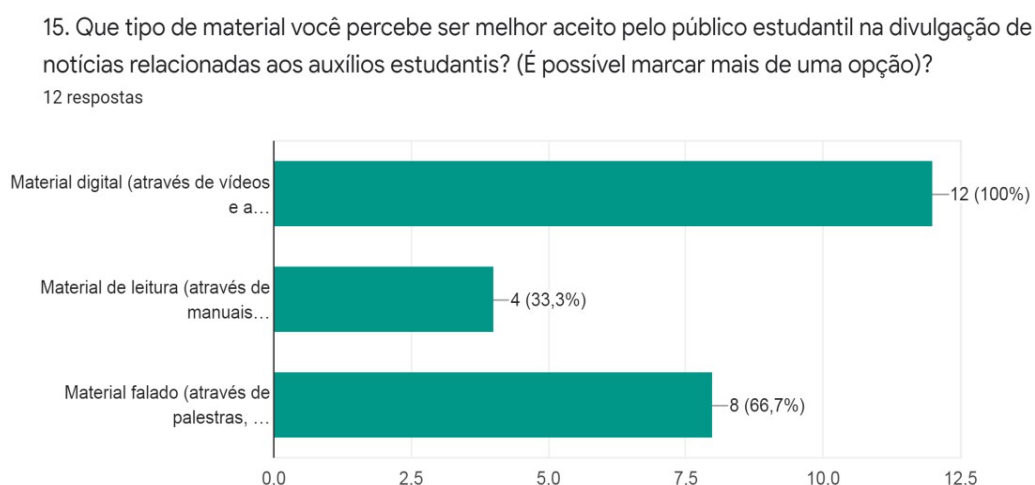


Fonte: elaborado pela autora

Na décima quinta questão, assim elaborada: “Que tipo de material você percebe ser melhor aceito pelo público estudantil na divulgação de notícias relacionadas aos auxílios estudantis? (É possível marcar mais de uma opção)?”.

Neste item, conforme observado no Gráfico 34, o maior percentual de respostas foi para aos materiais digitais como: vídeos, internet, entre outros meios digitais. Considerou-se, como segunda melhor opção de divulgação material falado, dentre eles palestras, reuniões e rodas de conversas. E, como terceira opção para divulgação das informações e notícias, porém não menos importante, os respondentes consideraram material de leitura como: manuais, cartilhas e panfletos, dentre outros.

Gráfico 34 – Material melhor aceito pelo público estudantil na percepção dos servidores



Fonte: elaborado pela autora

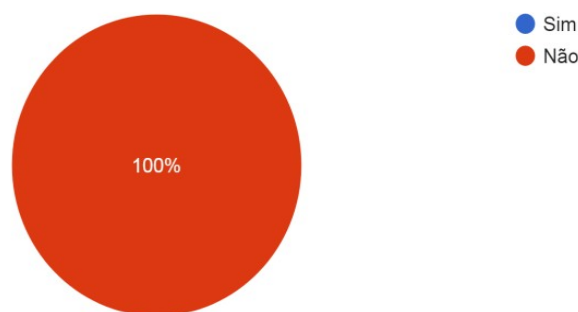
A décima sexta questão, contendo o seguinte enunciado: “Os estudantes costumam sugerir outras formas de divulgação e/ou comunicação das informações sobre os auxílios estudantis, além das existentes?”.

Conforme o Gráfico 35 o total de 100% dos respondentes não deram sugestões sobre outras formas possíveis de divulgação dos auxílios estudantis, o que sugere um maior engajamento por parte dos profissionais, no intuito de facilitar a comunicação entre a instituição e os destinatários das ações de assistência estudantil, possibilitando dessa maneira uma maior compreensão de suas necessidades.

Gráfico 35 – Existência da prática estudantil em sugerir outras formas de divulgação de informações, na percepção dos servidores

16. Os estudantes costumam sugerir outras formas de divulgação e/ou comunicação das informações sobre os auxílios estudantis, além das existentes?

12 respostas



Fonte: elaborado pela autora

A décima sétima questão, assim disponibilizada “Se a resposta à pergunta acima foi sim. Responda quais formas de divulgação e/ou comunicação os estudantes costumam sugerir?” Para esta questão não houve respostas, já que na questão anterior todos responderam não.

O resultado desta questão é controverso ao ser comparado ao resultado e comentários da questão 8 do questionário aplicado aos estudantes, em que parte dos discentes sugerem alguns canais, dentre eles uma rádio interna ou sistema interno de áudio para informações, cartazes e flanelógrafos. Inferimos assim, que os estudantes não têm o costume de procurar os profissionais da assistência estudantil para expor suas sugestões, evidenciando que disponibilizar canais de sugestão pode vir a estimular a participação estudantil.

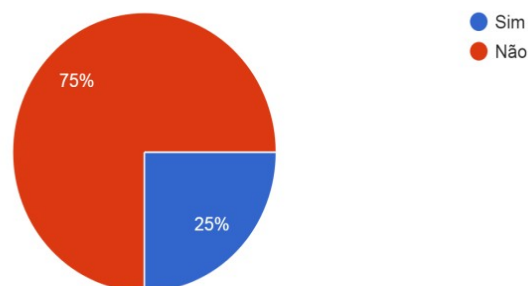
Na décima oitava questão, contendo o seguinte questionamento: “Você sente falta de algum tipo de material ou canal de comunicação e divulgação no campus que você atua?”

Conforme o Gráfico 36, nesta inquirição houve 75% de repostas negativas a tal pergunta, o que denota, que por parte dos servidores, existe satisfação em relação aos canais disponibilizados pela instituição para a difusão das ações de AE.

Gráfico 36 – Percepção dos servidores sobre a ausência de material ou canal de comunicação e divulgação.

18. Você sente falta de algum tipo de material ou canal de comunicação e divulgação no campus que você atua?

12 respostas



Fonte: elaborado pela autora

Na décima nona questão, assim elaborada: “Se sua resposta à questão anterior foi sim, informe aqui qual(is) tipo(s) de material(is) você sente falta”.

Observamos que os 75% dos servidores respondentes afirmaram não sentir falta de outros tipos de material ou canal de comunicação e divulgação no campus de atuação e, 25% deles afirmaram sentir a falta. As sugestões apontadas: “Vídeos” (SERVIDOR 2) e “Um painel eletrônico com divulgações diárias das informações do dia. No campus já foi instalado uma TV na recepção, passando informações dos setores, acredito que será ampliado, no momento não há atividades presenciais e sim remotas, então as redes sociais estão sendo o meio de divulgações” (SERVIDOR 4) se complementam, uma vez que o painel eletrônico pode ser utilizado para divulgação das informações que, geralmente serão repassadas por meio de vídeos.

O servidor 1 alerta para o envolvimento e contribuição de outros setores nos variados temas de interesse dos estudantes “Na verdade eu sinto falta de um melhor e maior envolvimento de outros setores na contribuição da divulgação dos processos e do interesse do estudante em buscar essas informações” (SERVIDOR 1). Importante dar atenção ainda, que uma das respostas dos servidores nesta questão coincide com as respostas da questão 8 do questionário aplicado aos discentes, como a existência de uma rádio no campus “Uma rádio no campus” (SERVIDOR 3).

6 DELINEAMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

6.1 Produto Educacional

Os mestrados profissionais em Ensino surgiram como um modo de relacionar a prática (contexto profissional) e a teoria (pesquisa), desempenhando um papel de instrumento pedagógico capaz de atender as demandas profissionais (CAPES, 2019). Portanto, a feitura de um produto educacional nos oferece uma colaboração valiosa para relação teoria e prática, acarretando novos conhecimentos.

Para o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), a elaboração de um produto educacional é condição básica para que se consiga o título de mestre(a). A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 16 de dezembro de 1998, criou os mestrados profissionais, normatizado pela Portaria nº 080, dispondo de variados modelos de produtos educacionais, como procedimentos de ensino que podem auxiliar, mais ou menos, na formação de práticas integradoras.

Como exemplos de estratégias didáticas na perspectiva integradora temos: aulas expositivas, estudos do meio, jogos, vídeos, oficinas e várias outras estratégias de ensino e aprendizado.

A produção de novas tecnologias e o formato de vídeo que permite a divulgação democraticamente, do assunto em pauta, é o que torna essencial para o nosso estudo que se pretende inclusivo, distributivo, democrático e transformador de sujeitos capazes de transformar a sociedade em que estão inseridos.

Dentro de uma sociedade tecnológica, trazer um modelo de produto educacional nessa perspectiva é muito importante para o fortalecimento das políticas educacionais, possibilitando um alcance maior aos assistidos, surgindo assim a necessidade de produção de materiais educativos que facilitem o alcance desses benefícios. Para sua elaboração é necessário uma pesquisa sobre o tema em pauta, descobrir o seu referencial teórico e estimular discussões e mudanças no contexto pedagógico, para que os estudantes compreendam determinadas situações (LEITE, 2018).

No entanto, antes de iniciar o planejamento e elaboração do conteúdo para a feitura do produto educacional (vídeo), foi necessário um estudo prévio sobre assistência estudantil no IFCE, olhando a documentação pertinente. Esse

aprofundamento no assunto que se pretende trabalhar confere uma segurança maior para o desenvolvimento e compreensão do tema colocado.

A escolha pelo formato de vídeo corresponde ao poder inovador e interativo que essa modalidade proporciona. Principalmente ao público que se destinará, ou seja, os discentes. Desse modo, foi possível pensar na criação de um vídeo educacional, que estaria disponível a toda comunidade acadêmica, bem como ao público em geral, interessado no assunto assistência estudantil.

Apostar na inovação permite a materialização da pesquisa aplicada, resultando em um produto educacional que possibilite ao usuário soluções para suas demandas reais e atuais. Desenvolver esse tipo de produto possibilita sua apreensão enquanto princípio educativo, uma vez que influi para a formação do sujeito participativo e no seu desenvolvimento enquanto sujeito do processo.

Nesse estudo será apresentado um vídeo no modelo *storytelling*, que foi planejado, elaborado e executado preliminarmente no decorrer do segundo ano do mestrado, sendo discorrido sobre sua apresentação, planejamento e roteiro de execução para elaboração de um material concreto e disponível a contribuir na divulgação das ações de assistência estudantil, no IFCE.

Seguindo o percurso de elaboração desse material, a primeira providência tomada foram os diálogos entre pesquisadora e orientador para discutir o que seria feito no intento de concretizar o estudo e sua contribuição tanto para Instituição, quanto para os beneficiários da assistência estudantil no IFCE.

Nessa demanda, foram visualizados os tipos de produtos educacionais colocados pela CAPES, sendo pensada a possibilidade de fazer um vídeo, pois entendemos que esta ferramenta seria de mais fácil apreensão por parte do público-alvo, nesse caso, jovens que estão acostumados com as tecnologias, visando assim, que o produto educacional tenha uma maior aceitação.

Com esse entendimento da importância da tecnologia para a sociedade e de acordo com as considerações do orientador da pesquisa, Prof. Dr. Jefferson Queiroz Lima, tendo o suporte técnico das alunas do curso de licenciatura em Artes Visuais do IFCE, Wendy e Paula Tais, além de outros profissionais que contribuíram com a narração e a tradução para linguagem de libras, foi então, organizado o planejamento e a elaboração do que seria o vídeo. Os objetivos do vídeo produzido foram traçados e, de acordo com o conversado, a equipe sugeriu o formato de

storytelling. Essa modalidade de vídeo é um formato onde os assuntos são apresentados de forma criativa, possibilitando uma melhor apreensão do conteúdo.

No que condiz com o produto educacional, fruto desta pesquisa, no formato de material tecnológico, mídia, foi elaborado um vídeo no modelo de *storytelling* intitulado: “Assistência Estudantil em movimento: apresentando os auxílios estudantis”, com duração de 3 minutos e 40 segundos, tendo como objetivo apresentar e divulgar, através de um *Storytelling* (vídeo narrativo), as ações de assistência estudantil, com foco nos auxílios estudantis em forma de pecúnia, dispondo de informações necessárias ao público estudantil do IFCE, buscando assim: 1) colaborar na divulgação dessas ações, considerando sua importância e, 2) estimular o fortalecimento e o zelo pelas ações de assistência estudantil no IFCE.

A escolha por acrescentar o estilo de xilogravura ao vídeo foi como forma de oferecer ao produto um formato característico da nossa região (Nordeste brasileiro) e, ainda, visando apresentar/mostrar para o público-alvo um *layout* diferente do que é geralmente transmitido.

6.2 Fases do Produto Educacional

A fase de elaboração do Produto educacional está composta das seguintes etapas: pré-produção, produção e pós-produção, validação do produto educacional pelos avaliadores (servidores que trabalham com a assistência estudantil) e análise de validação.

6.3 Técnicas utilizadas para elaboração do Produto Educacional

Para a produção do *storytelling* foi utilizada a técnica chamada *Stop Motion*, com o uso de animação, dispondo de uma sequência de fotografias diferentes de um mesmo objeto inanimado para simular o seu movimento. Estas fotografias são chamadas de *quadros* ou *frames* e normalmente são tiradas de um mesmo ponto, com o objeto sofrendo uma leve mudança de lugar, para dar a ideia de movimento. Para produzir um vídeo de animação em *Stop Motion* é necessário seguir algumas etapas específicas de produção, são elas a “Pré-produção”, a “Produção” em si e a “Pós-produção”.

Na Pré-produção é definida os detalhes técnicos e gerais da animação, ou seja, todo o planejamento estratégico da produção, como por exemplo, o tempo de

duração total do vídeo bem como a duração de cada cena; a quantidade de *frames* por segundo; definição de *softwares* a serem utilizados (no caso dessa produção vai ser utilizado o “*Stop Motion Studio* para as fotografias, *Adobe AfterEffects* e *Premiere* para edição e finalização do vídeo e o *Audition* para edição de áudio e efeitos sonoros); definição da quantidade de cenas que serão produzidas em uma diária de gravação; o conceito visual (aparência, estilo visual do projeto e dos personagens, entre outros), sendo escolhido para este material o estilo visual ligado a linguagem da xilogravura; produção dos materiais (listar, orçar e comprar/produzir os materiais necessários para os personagens/cenário). É nesta etapa também que é feito o *Storyboard*, que nada mais é do que um esboço desenhado da sequência de como ficará o resultado final que serve como guia essencial para a construção da animação.

Para a etapa de “Produção” é colocado em prática todo o planejamento da animação, que são: “gravação das cenas” obtendo-se as fotografias de cada movimento dos personagens, para posteriormente ser feito um *backup* de tudo que foi produzido e na terceira e última etapa, chamada de “Pós-produção”, foi realizada toda a decupagem do material produzido a fim de escolher as cenas que ficarão e as que serão descartadas. Posteriormente começa a edição, onde acontece a junção de todas as fotografias feitas para que possa se tornar um vídeo com movimento. Na edição também são feitas as correções de animação para acelerar ou desacelerar as cenas, correção nas imagens, inclusão da narração, os efeitos sonoros, além de ser adicionado também os créditos finais do vídeo. Nesta etapa também é criada uma *thumbnail* (uma capa que fica no vídeo quando é postado em alguma plataforma *online*). Por fim, após todos os ajustes necessários, o vídeo é exportado, salvo e feito *backup*.

Depois de decididas as etapas a serem realizadas para produção do vídeo, partiu-se para a análise de conteúdo a ser disponibilizado na mídia, dando sequência à elaboração do roteiro, separando e organizando o conteúdo a ser utilizado no vídeo. Depois de alguns ajustes seguiram-se as demais etapas.

6.4 Validação do Produto Educacional

Após a elaboração do produto educativo, como requisito para a utilização do produto educacional em espaços educativos formais e não formais, foi necessária a

sua validação. Para isso foi utilizado um formulário de validação e enviado a um comitê de especialistas no tema (avaliadores). Trata-se de uma validação de conteúdo, uma avaliação das qualidades dos instrumentos de coleta de dados.

Os (As) avaliadores (as) são servidores (as) atuantes nas ações de assistência estudantil do IFCE, sendo dois com cargo de assistente social e dois psicólogos, lotados (as) nos *campi* de Fortaleza, Reitoria, Caucaia e Boa viagem.

Seguindo o documento da CAPES, atrelado à Área de Ensino, o ProfEPT recomenda que se utilize a metodologia de avaliação do produto educacional vinculado ao programa.

- 1) Validação obrigatória do produto por comitê *ad hoc*, órgão de fomento ou banca de dissertação;
- 2) Registro do Produto, que expressa sua vinculação a um sistema de informações em âmbito nacional ou internacional, como por exemplo, ISBN, ISSN, ANCINE, Registro de Domínio, Certificado de Registro Autoral, Registro ou Averbação na Biblioteca Nacional, além de registros de patente e marcas submetidos ao INPI;
- 3) Utilização nos sistemas de educação, saúde, cultura ou CT&I, que expressa o demandante ou o público-alvo dos produtos, e
- 4) Acesso livre (on-line) em redes fechadas ou abertas, nacionais ou internacionais, especialmente em repositórios vinculados a instituições Nacionais, Internacionais, Universidades, ou domínios do governo na esfera local, regional ou federal. (BRASIL, 2019, p.13).

Leite (2018) recomenda que a avaliação dos produtos educacionais seja realizada de modo coletivo, considerando o público-alvo. Assim, o vídeo produzido nesta pesquisa contou com uma estrutura metodológica de modo a englobar aspectos comunicacionais, de modo a atender o público a qual se destina.

Nesta fase da pesquisa, para a escolha dos profissionais que participaram do processo de validação, por meio de questionário de avaliação e validação, foi levada em consideração a experiência dos servidores na atuação com a assistência estudantil no IFCE, reforçando assim, uma reflexão mais ampliada sobre o tema. Considerando-se ainda a recomendação da CAPES de participação direta de pessoal que poderá fazer uso do material em suas atividades.

Para a realização da validação do produto educacional observou-se o proposto por Leite (2018) em relação ao conteúdo apresentado, a linguagem do material educativo, a criticidade e a motivação que os expectadores possam apresentar quando assistirem ao material. Utilizou-se assim, o Índice de Validade de Conteúdo (IVC) como forma de medir a proporção ou porcentagem das respostas dos validadores considerando os aspectos apresentados no instrumento e os itens

disponibilizados (ALEXANDRE & COLUCI, 2009), optando-se por tomar como base a escala tipo Likert, dispondo da seguinte pontuação: 0 para “inadequado”, 1 para “parcialmente adequado”, 2 para adequado e 3 para “totalmente adequado”.

Após a organização do questionário eletrônico no *Google forms*, tomando por base o que fora acima descrito e, distribuindo as perguntas em eixos, foi enviado aos avaliadores e, após seguiu-se a análise das respostas como forma de ratificar a validação do produto educacional – Vídeo em modelo *storytelling*.

Observando-se os eixos do formulário de validação, que abrangem aspectos de conteúdo, linguagem, apresentação, motivação/estimulação, adaptados de Doak, Doak e Root (1996) e Galdino (2014), disponibilizamos as perguntas (QUADRO 7):

Quadro 7 – Formulário para avaliação e validação do vídeo

FORMULÁRIO	
1. Conteúdo	1.1. O conteúdo do vídeo é apresentado em uma sequência adequada 1.2. O conteúdo das informações é relatado de forma clara 1.3. Aborda com clareza as questões relacionadas à assistência estudantil e auxílios estudantis no IFCE
2. Linguagem:	2.1. A linguagem utilizada no vídeo é adequada para a compreensão do público-alvo (estudantes) acerca do tema (assistência estudantil) 2.2. A narração utilizada no vídeo facilita a compreensão da temática 2.3. A linguagem audiovisual composta de elementos visuais animados ou animações permitem ao telespectador melhor compreensão do assunto principal 2.4. O vocabulário utilizado no vídeo é adequado ao público-alvo
3. Apresentação	3.1. O formato do vídeo é adequado ao assunto apresentado 3.2. O ritmo da narrativa é adequado e acompanha a sequência de elementos visuais animados 3.3. O formato do material apresentado é adequado para a compreensão do tema pelo público-alvo
4. Estimulação / Motivação:	4.1. O vídeo estimula o telespectador a aprender mais sobre o tema e acreditar que ele é relevante 4.2. O modelo de vídeo é agradável e motiva a assistir até fim 4.3. O tempo do vídeo é adequado para compreensão do assunto abordado

Fonte: elaborado pela autora

6.5 Análise da validação do Produto Educacional

Após o retorno dos avaliadores ao formulário de validação, deu-se início a etapa de análise do produto educacional. Para ser adequado, o material e o resultado do cálculo de percentagem de escores deve ser igual ou superior a 60% (DOAK, DOAK e ROOT, 1996). Assim, o cálculo foi realizado considerando-se o somatório total dos escores dos avaliadores e dividindo pelo total de avaliadores.

Participaram da avaliação do vídeo (Produto Educacional) 4 avaliadores, sendo eles servidores ligados a assistência estudantil do IFCE. O formulário para participação voluntária da avaliação e validação do material didático no formato de vídeo foi enviado a eles por meio do e-mail dos participantes. Além disso, foi enviado um questionário com 13 (treze) itens relativos aos seguintes eixos: conteúdo, linguagem, apresentação e estimulação/motivação

Calculou-se assim, o escore de referência multiplicando-se o quantitativo de questões (13) pelo maior escore (3), totalizando 39 escores de referência, equivalente a 100%. Para adequação do material, é preciso obter do cálculo a percentagem igual ou superior a 60% dos escores.

Conforme o quantitativo de escore por item do formulário, obteve-se 4 como “adequado” e 49 como “totalmente adequado”. Convertendo-se os votos em escores foram obtidos: 4×2 escores (adequado) = 8 escores e 49×3 escores (totalmente adequado) = 147 escores. Como forma de finalizar o cálculo, somou-se o total de escores e dividiu-se o resultado pelo número de avaliadores: $(8+147/4) = 38,75$ (99,35%).

Desse modo, o produto educacional atingiu 99,35% e foi aprovado com média superior a 60%, atendendo ao que discorreram Doak, Doak e Root (1996), tendo os dados organizados no Quadro 8 que se segue.

Quadro 8 – Resultado da avaliação e validação do vídeo por item avaliado pelos participantes

(continua)

TÓPICO	INADEQUADO (0)	PARCIALMENTE ADEQUADO (1)	ADEQUADO (2)	TOTALMENTE ADEQUADO (3)
1. Conteúdo				
1.1. O conteúdo do vídeo é apresentado em uma sequência	0	0	1	3

adequada				
1.2. O conteúdo das informações é relatado de forma clara	0	0	1	3
1.3. Aborda com clareza, questões relacionadas a assistência estudantil e auxílios estudantis no IFCE	0	0	0	4
2. Linguagem:				
2.1. A linguagem utilizada no vídeo apresentado é adequada para a compreensão do público-alvo (estudantes) acerca do tema (assistência estudantil)	0	0	0	4
2.2. A narração utilizada no vídeo facilita a compreensão da temática	0	0	0	4
2.3. A linguagem audiovisual composta de elementos visuais animados ou animações permitem ao telespectador melhor compreensão do assunto principal	0	0	0	4
2.4. O vocabulário utilizado no vídeo é adequado ao público-alvo	0	0	0	4

3. Apresentação				
3.1. O formato do vídeo é adequado ao assunto apresentado	0	0	0	4
3.2. O ritmo da narrativa é adequado e acompanha a sequência de elementos visuais animados	0	0	0	4
3.3 O formato do material apresentado é adequado para a compreensão do tema pelo público-alvo	0	0	0	4
4. Estimulação / Motivação:				
4.1 O vídeo estimula o telespectador a aprender mais sobre o tema e acreditar que ele é relevante	0	0	0	4
4.2.O modelo de vídeo é agradável e motiva a assistir até fim	0	0	1	4
4.3O tempo do vídeo é adequado para compreensão do assunto abordado	0	0	1	3
Total	0	0	4x2=8	49x3=147
Escore de referência = nº de itens x valor máximo=13x3= 39 (100%)	Escore Total do produto = (8+147)/4= 38,75 (99,35%) O produto educacional atingiu aprovação de 99,35% . Média superior à 60%.			

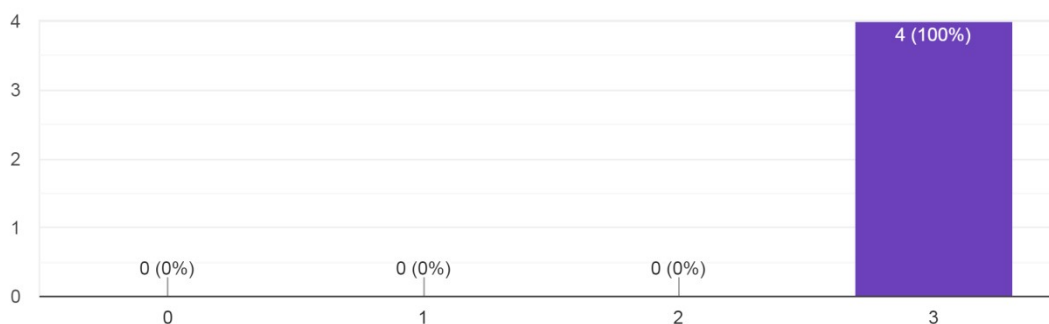
Fonte: elaborado pela autora

A partir do quadro acima, os Gráficos 37, 38, 39 e 40, abaixo apresentados, são um recorte de algumas das respostas dos validadores às questões 3, 4, 10 e 13 do formulário de validação do produto educacional, permitindo ter a percepção que os avaliadores tiveram diante dos 4 (quatro) eixos avaliados, identificando assim, que o vídeo educativo é uma ferramenta de uso adequada ou totalmente adequada.

Segue Gráfico 37, logo abaixo:

Gráfico 37 – Conteúdo – Clareza das questões

3) Aborda com clareza questões relacionadas a assistência estudantil e auxílios estudantis do IFCE
4 respostas

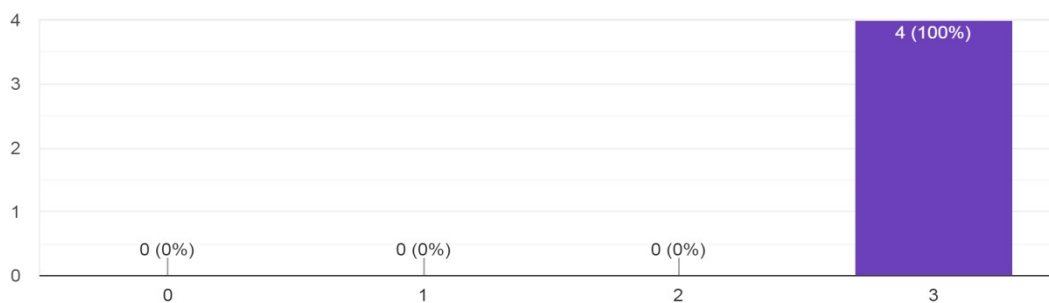


Fonte: elaborado pela autora

Ademais, temos o Gráfico 38:

Gráfico 38 – Linguagem – compreensão do tema

4) A linguagem utilizada no vídeo apresentado é adequada para a compreensão do público-alvo (estudantes) acerca do tema (assistência estudantil)
4 respostas



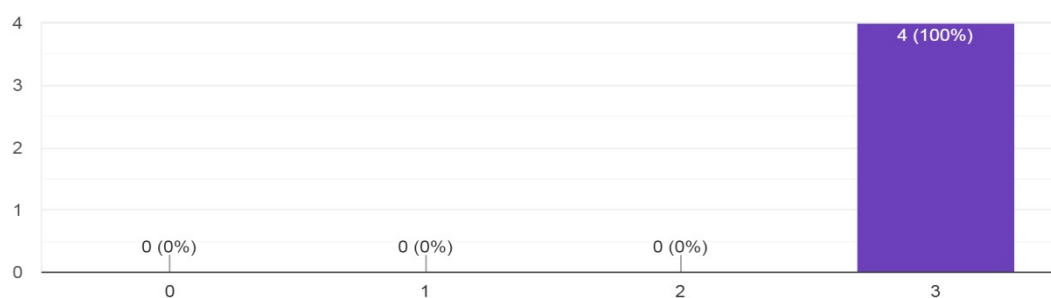
Fonte: elaborado pela autora

Na continuidade, observamos o Gráfico 39:

Gráfico 39 – Apresentação – formato do vídeo

10) O formato do material apresentado é adequado para a compreensão do tema pelo público-alvo

4 respostas



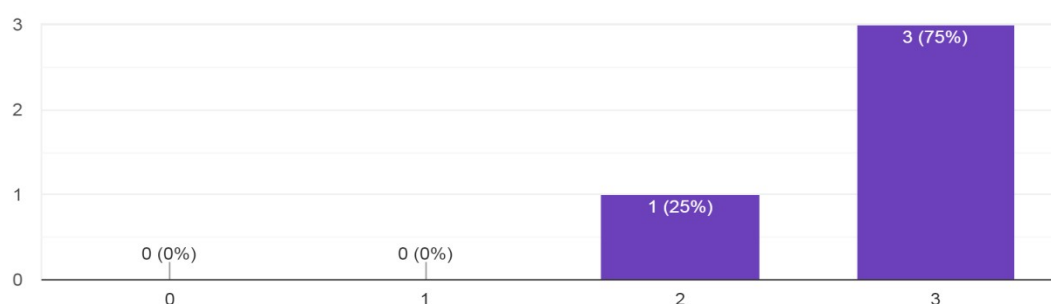
Fonte: elaborado pela autora

Por último, na sequência de gráficos indicado no parágrafo retrocitado, temos o Gráfico 40:

Gráfico 40 – Motivação – estímulo

13) O tempo do vídeo é adequado para compreensão do assunto abordado

4 respostas



Fonte: elaborado pela autora

Alguns comentários foram tecidos pelos participantes acerca do conteúdo, da linguagem, da apresentação e da motivação, que estão dispostos no Quadro 9 a seguir.

Quadro 9 – Comentários dos avaliadores ao Produto Educacional (Vídeo)

“Extremamente didático é importante para a consolidação do diálogo das equipes de AE junto à comunidade acadêmica. Sugiro a produção de mais materiais objetivos e de fácil compreensão como este.” (AVALIADOR 1)

“O vídeo excelente. Traz um formato de fácil compreensão e muito educativo.” (AVALIADOR 2)

Fonte: elaborado pela autora

De modo geral, os comentários apresentam a importância dos eixos contidos no vídeo, no que se refere ao tema assistência estudantil. Diante do exposto, foi efetivada a validação do vídeo intitulado “Assistência Estudantil em movimento: apresentando os auxílios estudantis”, após a média geral de escores na avaliação ter sido atingida.

O produto está disponibilizado no YouTube, com acesso público por meio do link: https://www.youtube.com/watch?v=2_uKdq-Is8Y (FIGURA 3); disponibilizado no repositório nacional do eduCAPES e no repositório do IFCE (Sophia).

Figura 3 – Imagem da disposição do vídeo no YouTube



Fonte: elaborado pela autora

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de assistência estudantil foram fortalecidas após a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo reputado Decreto 7.234/2010 que é o responsável por apresentar medidas e estratégias que visam proporcionar melhores condições à rede pública federal de ensino, no que concerne à aplicação de oportunidades para disponibilizar ações com vistas à permanência do público estudantil. Fruto do protelado processo de democratização iniciado com a CF/1988, o PNAES, era, finalmente, o documento que organizava e norteava as ações de assistência estudantil, produto de longas décadas marcadas por reivindicações dos setores que compõem a história dos movimentos sociais do país ligados à educação.

Definido o objeto da pesquisa, a Assistência Estudantil (AE), prosseguimos por uma investigação baseada nas contribuições extraídas dos diversos escritos pesquisados, dentre eles, as legislações e os estudos realizados no âmbito do escopo desta pesquisa. Tal análise foi de extrema valia para a delimitação da nossa abordagem. Optamos então por uma pesquisa bibliográfica documental que nos serviu de guia nas reflexões acerca da temática que abrange a assistência estudantil. Todavia, alertamos que, apesar da relevância do tema, são poucos os autores que se debruçam acerca deste conteúdo e dos desdobramentos das ações referentes à assistência estudantil no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o que nos instigou a trilhar as veredas desta pesquisa.

Tendo como principal objetivo avaliar como as ações de assistência estudantil, vinculadas ao PNAES têm sido difundidas no âmbito dos *campi* do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) aos estudantes a quem são destinados os auxílios estudantis, os meios de coleta de dados utilizados neste estudo foram materializados por meio de dois instrumentais, cautelosamente elaborados por nós e validados por juízes especialistas. Tais instrumentais conduziram a sistemática dos encaminhamentos da investigação e foram bem-aceitos pelo público de destino (90 discentes do IFCE e 12 servidores que atuam na assistência estudantil de diversos *campi* do IFCE), mesmo considerando o cenário de distanciamento social ao qual a sociedade está mundialmente submetida, em razão da pandemia causada pelo novo vírus SARS-COV-2, COVID-19, que nos impossibilitou de conversar presencialmente com o público-alvo, conforme o plano inicial desta pesquisa.

Ademais, os objetivos específicos foram traçados e tiveram como cerne: apresentar um breve panorama sobre a educação no Brasil, dando foco ao processo de expansão e desafios da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; contextualizar a assistência estudantil dentro da evolução histórica das lutas populares e de trabalhadores, em especial os da educação no Brasil chegando até a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); apresentar as percepções de estudantes e de servidores que atuam na assistência estudantil sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (IFCE) e, elaborar um vídeo educacional, em formato de *Storytelling*, abordando a assistência estudantil, com foco nos auxílios estudantis, contendo uma linguagem acessível ao público ao qual se destina e cujo excesso de formalismo linguístico não represente um empecilho para a assimilação da mensagem.

Diante das circunstâncias e, cientes da relevância de ensejar maior visibilidade às ações de assistência estudantil para seu público-alvo, refletimos a respeito de proporcionar outra forma de difusão das informações essenciais referentes à assistência e auxílios estudantis a ser apresentada para a comunidade interna e externa do IFCE, principalmente, priorizando o público estudantil. Assim sendo, esta investigação buscou perscrutar trajetos para responder o seguinte questionamento: como a criação de um vídeo em formato *Storytelling*, a partir de uma linguagem mais acessível ao público ao qual se destina e cujo excesso de formalismo linguístico não represente um empecilho para a assimilação da mensagem, pode colaborar para uma melhor divulgação e compreensão acerca das ações de assistência estudantil oferecidas no IFCE?

Partindo desta indagação, investigamos estudantes e servidores que atuam na AE de diferentes *campi* do IFCE, como forma de desvelar e compreender como são observadas e percebidas as ações de assistência estudantil na instituição, com destaque para os auxílios estudantis e os mecanismos de divulgação dessas atividades. Visando assim, entender por quais meios têm sido realizada a difusão das informações, de forma a oferecer um apoio cooperativo por meio da produção educacional que se configura enquanto vídeo educativo no modelo *Storytelling*, contendo um significativo resumo da importância das ações de assistência estudantil no IFCE.

Como forma de contextualizar a temática investigada na história do Brasil e ainda, atendendo a um dos objetivos específicos desta pesquisa, as seções 2 e 3

deste intento apresentaram uma síntese de importantes eventos que alicerçam a base de orientação das ações de assistência estudantil, dos quais podemos citar, a promulgação da CF/1988 e a institucionalização do PNAES. Apresentamos os sujeitos e organizações diretamente envolvidas no processo de luta até a criação do PNAES, com destaque para parte da comunidade universitária, o Fonaprace e a UNE, grupos estes empenhados e cientes da importância de apoiar e defender as reivindicações pelos direitos estudantis, cuja luta permitiu/permite ampliar discussões acerca da permanência e garantia de direitos nas instituições de ensino públicas no país.

Os procedimentos metodológicos utilizados, baseados na pesquisa bibliográfica documental, foram apresentados na seção 4. Utilizamos ainda a pesquisa de cunho exploratória e abordagem mista, permitindo-nos, assim, ampliar a articulação entre o objeto e suas singularidades.

A partir dos dados analisados nesta investigação elaboramos a seção 5, corroborando assim, para confirmar que os percalços pelos quais os trabalhadores que atuam nas ações de assistência estudantil vivenciam são motivados, principalmente, pela falta de recursos financeiros e humanos para atender à crescente demanda de discentes que de fato necessitam do apoio proporcionado pelas ações de assistência estudantil, dentre eles os auxílios estudantis, tanto para subsidiar as despesas estudantis e, a depender da situação familiar, quanto para auxiliar nas despesas da casa.

Essa análise foi observada na questão de número 1 do questionário aplicado aos servidores, na qual perguntamos acerca do alcance das ações de assistência estudantil quando se trata de disponibilidade de recursos, orçamento, profissionais e comunicação no *campus* de atuação desses servidores. Para 75% dos servidores esse alcance tem sido relativamente satisfatório, para 16,7% ele tem sido insatisfatório e 8,3% deles afirmaram ser satisfatório. Denotando assim, ao considerar os critérios incluídos na questão, que para a maioria dos servidores respondentes, tais pontos precisam ser aprimorados como forma de ampliação do alcance das ações de assistência estudantil na maior parte dos *campi* investigados do IFCE. Na questão de número 2, também do instrumental aplicado aos servidores, indagamos acerca da percepção deles em relação à importância dos resultados alcançados na vida acadêmica dos estudantes beneficiários dos auxílios estudantis e 83,3% consideraram que os resultados são relativamente satisfatórios, citando a limitação orçamentária como

sendo um entrave para uma maior efetivação da assistência estudantil nos *campi*, causando, dentre outros, problemas na infraestrutura.

No questionário aplicado aos estudantes, perguntamos, na questão 3 acerca da percepção deles em relação ao recebimento dos auxílios estudantis contribuir para a permanência e bom desempenho estudantil no IFCE, e 91,1% deles afirmaram que o recebimento dos auxílios tem sido relevante, o que demonstra a importância dos auxílios estudantis como um apoio aos beneficiários dessas ações.

No quesito analisado nas questões citadas acima, o olhar dos servidores respondentes da pesquisa tende a considerar que a assistência estudantil do IFCE é composta por um conjunto de ações (não somente pelos auxílios estudantis em pecúnia) de igual modo importante para a formação ampliada do público estudantil, integrando assim as atividades previstas no PNAES. Porém, tal englobamento dessas atividades nem sempre é passível de aplicabilidade em todos os *campi* devido à limitação do orçamento. No entanto, para o mesmo quesito, na percepção dos estudantes pesquisados, o recebimento de um ou de mais auxílios estudantis resulta em um aporte que permite mantê-los estudando, apesar das circunstâncias socioeconomicamente vulneráveis.

Tais análises realizadas demonstram a importância das ações de assistência estudantil como um todo, porém, dos resultados alcançados podemos ainda perceber a importância da disponibilidade específica dos auxílios estudantis em pecúnia, mesmo diante da limitação orçamentária, uma vez que eles possibilitam condições de permanência e bom desempenho para parte do público estudantil comprovadamente vulnerável socioeconomicamente, contribuindo assim na diminuição dos índices de evasão e retenção estudantil. Diante desta análise, em consequência do seu caráter de incompletude, é necessário recobrar novos estudos com base nesses índices, a fim de investigar, de forma detalhada, como eles são/estão sendo observados nos *campi* do IFCE. Podendo ser avaliada a evolução desses índices após a implantação da Política de Assistência Estudantil do IFCE.

Na questão 15, deixamos um espaço para considerações e sugestões do público estudantil pesquisado. Ao analisar os comentários dos discentes, podemos perceber que o processo realizado para seleção dos estudantes que serão beneficiários dos auxílios estudantis não é “totalmente compreendido” por parte do público discente. O processo de análise engloba entrevistas, análise documental e, quando possível, visitas domiciliares. Concluído o processo, acontece de estudantes, mesmo sen-

do socioeconomicamente vulneráveis não serem selecionados devido à limitação orçamentária. Uma situação muito difícil para os servidores e para a instituição, uma vez que, precisam selecionar dentre os estudantes socioeconomicamente vulneráveis os que estão em mais delicada situação.

Ainda nos comentários respondidos à questão 15, um dos discentes chama a atenção para um fator já citado anteriormente como preocupante, que é a questão de recursos financeiros suficientes para beneficiar os discentes. Esta, realmente seria uma forma de não excluir nenhum dos estudantes em situação socioeconomicamente vulnerável. E essa é uma das lutas travadas pelos fóruns que tratam de assuntos estudantis, conforme o inciso III, do art. 5º do Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE, ao citar “disponibilizando recurso específico para a Assistência Estudantil no orçamento institucional, buscando ampliá-lo para que o número de beneficiados seja crescente” (IFCE, 2015).

Ademais, destacamos que, apesar dos meios de divulgação e difusão utilizados no IFCE estarem de acordo com as regras comunicacionais previstas na Política de Comunicação do IFCE, aprovada pela Resolução nº 042, de 22 de agosto de 2016, que busca transmitir com transparência e clareza os serviços disponibilizados pela instituição de ensino, todavia, salientamos que parte dos estudantes (32%) participantes desta investigação afirmou serem relativamente satisfatórias ou insatisfatórias as atividades responsáveis pela publicização das informações inerentes aos auxílios estudantis e das práticas da assistência estudantil como um todo e, ainda sinalizaram para a necessidade de ampliação da divulgação de tais conhecimentos através de sistema de áudio, via caixa de som, rádio e outros mecanismos semelhantes. As opções apresentadas por parte desses estudantes participantes sugerem uma ampliação e otimização das ações engendradas na comunicação, abrangendo discentes que não possuam acesso facilitado à internet.

Já na opinião dos servidores, 41,7% responderam que os canais de divulgação e comunicação relacionados às informações sobre as ações de assistência estudantil nos *campi* que atuam são relativamente satisfatórios, o que sugere também a possibilidade de ampliação dos canais de comunicações existentes como forma de aumentar a divulgação dessas atividades. Tivemos ainda 25% dos servidores afirmando sentir a falta de algum tipo de canal ou material de divulgação no *campus* que atuam, e deram como exemplos: painel eletrônico, vídeos e rádio. Materiais que

coincidem, em parte, com as sugestões presentes no instrumental respondido pelos estudantes.

Ressaltamos que um importante resultado obtido nesta pesquisa, não desconsiderando os demais, tem relação com o tipo de material de preferência utilizado para visualizar as notícias relacionadas aos auxílios estudantis pela maior parte dos estudantes investigados. Obtivemos 86,7% de estudantes e 100% de servidores afirmando que materiais digitais (mídias e aplicativos) são os mais escolhidos, assegurando, portanto, a nossa escolha por um vídeo como formato para a elaboração do Produto Educacional. Podemos inferir, que a maior parte do público estudantil pesquisada sente-se pouco atraída por materiais de leitura, de modo a observar que as orientações inseridas em editais, resoluções e portarias podem ocasionar, por vezes, no *deficit* de informações que os subsidiem no acompanhamento das ações vinculadas à assistência estudantil.

Desse modo, com base nessa análise, o material proposto como produto educacional, fruto desta pesquisa, é uma mídia educativa (vídeo no modelo *Storytelling*), contendo uma linguagem acessível ao público-alvo (estudantes do IFCE), objetivando ampliar e estimular o fortalecimento e o zelo pelas atividades de assistência estudantil e ainda cooperar na divulgação do PNAES e suas ações no IFCE.

O processo de planejamento para elaboração do produto educacional (*Storytelling*) foi iniciado com a elaboração de um roteiro, contendo as orientações com os principais pontos a constarem no vídeo. Seguindo as demais etapas para elaboração dessa ferramenta, a equipe de produção, composta por estudantes do curso de Licenciatura em Artes Visuais do IFCE, utilizou-se das diversas técnicas necessárias na construção da mídia até chegarem a finalização do vídeo. O produto educativo foi devidamente avaliado e validado por um grupo de especialistas no tema desta pesquisa (04 servidores lotados e que atuam nas ações de assistência estudantil do IFCE) tendo sido considerado pelos avaliadores como satisfatório, obtendo 99,35% de aprovação, acima do percentual exigido pela escala de Likert, que é de 60%. Além de aprovação pela banca examinadora no ato da defesa de dissertação em nível estreito.

Sem a pretensão de esgotar aqui as discussões que emergiram nas repercussões desta investigação, depreendemos das análises realizadas, que o desafio maior enfrentado pelo IFCE na aplicabilidade das ações do PNAES, tem sido a limitação de recursos financeiros destinados ao programa, uma vez que a demanda de estu-

dantes, que de fato, precisam de aporte/apoio é crescente, sendo, portanto, de extrema importância comunicar/transmitir, de modo claro, a relevância do PNAES para a instituição, desafiando o público interno a refletir e contribuir para o crescimento de discussões produtivas no âmbito do IFCE, como forma de gerar conscientização de direitos e impulsionar a manutenção e a ampliação deles.

Inferimos ainda que diante dos desafios observados quando se trata do tema assistência estudantil e seus desdobramentos, principalmente, considerando o atraso histórico na institucionalização de uma política orientadora e também pela instabilidade econômica e social vivenciados por grupos que se encontram à margem da sociedade e são mais vulneráveis às consequências das frágeis políticas públicas existentes no Brasil, enfatizamos a urgência de dar ciência e comunicar com clareza a importância deste tema e de outros vinculados à educação pública, visando desafiar a sociedade brasileira a refletir sobre as políticas públicas existentes como sendo frutos da luta daqueles que acreditaram/acreditam em mudanças sociais, de modo a ressignificarem a forma de ver e reagir às situações que são cotidianamente postas e impostas à realidade.

A partir da pesquisa realizada, oferecemos à sociedade um trabalho que apresenta o diálogo entre a política que orienta a assistência estudantil do IFCE, as ações realizadas a partir de tais diretrizes, e um produto educacional que coopere com o Instituto. E almejamos que mais pesquisas relacionadas ao tema sejam desenvolvidas no âmbito do IFCE e das demais instituições federais de ensino, permitindo um avanço nas discussões, manutenção e ampliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Ex expositis, reafirmamos que de modo algum, os resultados apresentados nesta pesquisa exaurem a temática, demonstrando que outras pesquisas podem ser desenvolvidas. Um bom tema para aprofundar seria uma análise traçada a partir dos números de evasão e retenção observados após a implantação da Política de Assistência Estudantil do IFCE, como forma de verificar quais os efeitos desses números para a instituição e para o público estudantil e ainda, avaliar se os resultados levantados serviram de aporte na melhoria e/ou a ampliação das ações de assistência estudantil aplicadas no âmbito do IFCE.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Neusa Maria Costa; COLUCI, Marina Zambon Orpinelli. **Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. Ciênc. saúde. coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p. 3061-3068, July 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232011000800006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 jul. 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural, Feminismo Plurais**. Coordenação Djamilia Ribeiro. Pólen, São Paulo, 2019.

ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. 2007/2008. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf. Acesso em: 03 jan. 2021.

ANDRADE, Francisca Regiane Bezerra; CAVAINAC, Mônica Duarte; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães. Livro Educação em debate: Reflexões sobre o Ensino Superior, Educação Profissional e Assistência Estudantil. Artigo: **Ingresso e Permanência no Ensino Superior: A Assistência estudantil em Debate**. Fortaleza, 2016.

ANTUNES, Evelise Dias. **A assistência estudantil nos Institutos Federais**. Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Elisa Spaoloni Queiroz Assis. 272 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação) - UNICAMP - Campinas, 2018.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier – 7ª reimpressão. 2004.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federal do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Constituição de 1934. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Lei 9.334, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 03 jan. 2021.

BRASIL. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 03 jan. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni.** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 de abr. 2007b.

BRASIL. Portaria Normativa Nº 39 de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Assistência Estudantil.** S/D. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes#:~:text=O%20objetivo%20%C3%A9%20viabilizar%20a,situa%C3%A7%C3%B5es%20de%20repet%C3%Aancia%20e%20evas%C3%A3o>. Acesso em: 02 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal.** S/D. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 02 jan. 021.

BRASIL. Ministério da Educação. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Expansão da Rede Federal.** S/D. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Histórico da EPT.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/historico-da-ept>. Acesso em: 07 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Instituições da Rede Federal.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 05 abr. 2020.

BRASIL. Lei 10.172/2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 08 jun. 2020

BRASIL. Lei 13.005/2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.** Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais->

de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014. Acesso em: 08 jun. 2020.

BRASIL. MEC. Ministério da Educação. CAPES. Portal eduCAPES. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/39821-educapes>. Acesso em: 20 out. 2020.

BUSSO, Gustavo. El enfoque de la vulnerabilidade social em el contexto latinoamericano: situación actual, opciones y desafios para las políticas sociales a inicios del siglo XXI. **Santiago, Chile: CEPAL**, 2001.

CAVALHEIRO, Josiela S. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e desafios**. 2013. 257fls. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Política Social). Pelotas-RS: UCPel.

CAVALIERE, Ana Maria. **Anísio Teixeira e a educação integral**. Artigo. Versão modificada do texto apresentado na VI Jornada de Pesquisadores do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizado em 2004. Maio-ago. 2010. Vol. 20, No. 46, 249-259.

CIAVATTA, Maria; RAMOS Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan/jun. 2011.

DIAS SOBRINHO, José. **Democratização, Qualidade e Crise da Educação Superior: faces da exclusão e limites da inclusão**. Educação Social, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 03 jan. 2021.

DOAK, Cecilia Conrath; DOAK, Leonard G.; ROOT, Jane H. Teaching patients with low literacy skills. **AJN The American Journal of Nursing**, v. 96, n. 12, p. 16M, 1996.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017.

FDE/CONIF e IFCE. Fórum de Dirigentes de Ensino/Conselho *Nacional* das Instituições da Rede Federal de *Educação* Profissional, Científica e

Tecnológica/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Relatório Nacional do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Ensino**. 2010.

FONAPRACE. Revista Comemorativa 25 anos: história, memórias e múltiplos olhares. **O Fonaprace e a política de assistência estudantil em 2012**: quem somos, onde chegamos e o que queremos. Outubro, 2012. Disponível em: file:///F:/PC/Mestrado%20ProfEPT/Assist%C3%Aancia_Pol%C3%ADtica%20Estudantil/FONAPRACE/Revista_Fonaprace_25_Anos.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1129-1152, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A., 2002.

GODINHO, Isabel Cavalcante. **Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais**. Code 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo31.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2021.

GUERRA, Agercicleiton Coelho. **A implementação do Reuni na Universidade Federal do Ceará no contexto da contrarreforma da educação superior**. Orientadora: Antônia Rozimar Machado e Rocha. 2017. 136 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.

IFCE. **Auxílio aos alunos do IFCE - Guia Prático** - Volume I, 2014. GUIA PRÁTICO: Disponível em: https://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia-estudantil/arquivos/guia_auxilio_aos_alunos.pdf. Acesso em: 09 jan. 2019.

IFCE. **Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE (PPE)**. 2017. Disponível em: <https://gestaoproen.ifce.edu.br/attachments/download/3052/2017-09-19%20%20PPE%20v3.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

IFCE. Resolução nº 024, de 22 de junho de 2015. **Aprova a Política de Assistência Estudantil do IFCE**. Disponível em: <file:///C:/Users/Keila/Downloads/024%20-%202015%20-%20aprova%20a%20politica%20de%20assistencia%20estudantil%20do%20IFCE.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

IFCE. **Projeto Político-pedagógico Institucional (PPI)**. 2018. Disponível em: <https://ifce.edu.br/PPI.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

IFCE. Diretoria de Assuntos Estudantis. Disponível em: <https://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia-estudantil/assistencia-estudantil>. Acesso em: 10 jun. 2019.

IFCE. **Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE** - 2015. Disponível em: <https://ifce.edu.br/crateus/menu/assistencia-estudantil/pdf/regulamentoda-politica-de-assistencia-estudantil-do-ifce-anexo5.pdf/view>. Acesso em: 12 nov. 2019.

IFCE. **Histórico**. Disponível em: <https://ifce.edu.br/acesso-a-informacao/Institucional/historico>. Acesso em: 13 nov. 2019.

IFCE. Resolução nº 14, de 18 de fevereiro de 2019. **Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará**. Disponível em: <https://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia-estudantil/regulamento-de-auxilios-estudantis-do-ifce/resolucao-ndeg-14-aprova-o-regulamento-de-auxilios-estudantis-no-ambito-do-ifce.pdf/view>. Acesso em: 19 nov. 2019.

IFCE. **O Campus**. Disponível em: <https://ifce.edu.br/caucaia/menu/o-campus>. Acesso em: 30 mar. 2020.

IFCE. **Resolução nº 42, de 22 de agosto de 2016. Política de Comunicação do IFCE**. Disponível em: <https://ifce.edu.br/comunicacao-social/manuais/politica-de-comunicacao-do-ifce.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Priscila Souza Chisté. **Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos**. In: 7º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa v. 1. 2018. Artigos. Atas – Investigação Qualitativa em Educação. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>. Acesso em: 20 jun. 2020.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século**. Ensaio. R. Katál. Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan/jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a10.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MARÇAL RIBEIRO, Paulo Rennes. **História da Educação Escolar no Brasil: Notas para uma reflexão**. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/n4/03.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora). DESLANDES, Suely Ferreira. CRUZ NETO, Otávio. GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21ª Edição. Editora Vozes. Petrópolis. 2002.

NASCIMENTO, Clara Martins do. **Assistência Estudantil e Contrarreforma Universitária nos anos 2000**. Dissertação apresentada à banca examinadora para a obtenção de Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Orientadora: Prof. Drª Ana Cristina Brito Arcoverde. Recife-PE, 2013.

OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. SILVA, Elaine Vieira. **Convergências e Dissonâncias dos Programas PNAES e Bolsa Permanência e a Lei de Cotas**. V. 01, nº 19, p. 05-14. ISSN1983-5000. Fortaleza/CE, julho de 2018.

OLIVEN, Arabela Campos. Ações Afirmativas nas universidades brasileiras: uma questão política, um desafio pedagógico. IN: FRANCO, M.E.D.P; Krahe E. D.(Org.) Pedagogia Universitária e Áreas de Conhecimento. **Porto Alegre: Série RIES/PRONEX, EdiPucrs**, vol.1, 2007.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010. 28 p. Editora IFRN.

PAULA, Maria de Fátima Costa de; SILVA, Maria das Graças Martins da (Orgs). **As políticas de democratização da educação superior nos estados do Rio de Janeiro e de Mato Grosso: produção de pesquisas e questões para o debate**. Cuiabá: EdUFMT, 2012. P 7-20.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. **Políticas de democratização da Educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 301-315, jul. 2017.

RÊGO, Ernny Coêlho. SILVA, José Ronaldo Ribeiro da. **Acesso e permanência na educação: os desafios da assistência estudantil**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA. Agosto. 2015.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. **As políticas de assistência social no Brasil**. Artigo (Pesquisa de Pós-Doutorado - Departamento de Terapia Ocupacional da UFSCar. mar/2012 a set/2013.

SANTOS, Renata Eusébio dos. **Política de Assistência Estudantil na Educação Profissional do IFCE: dilemas e desafios no contexto da crise estrutural do capital**. Dissertação (Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino – MAIE). Orientador: José Deribaldo Gomes dos Santos. Limoeiro no Norte- Ceará, 2017.

SAVIANI, Dermeval. Brasil: educação para a elite e exclusão para a maioria. Entrevista. **Comunicação & Educação**. São Paulo. 63 a 77. Jan. /abr. 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação**. Adaptado do Ciclo de debates: a articulação entre a educação básica e a educação profissional – contribuições para a I Conferência Nacional de Educação Básica. Fio Cruz, Rio de Janeiro. 2008.

SAVIANI, Dermeval. Política Educacional Brasileira: Limites e Perspectivas. **Revista de Educação PUC – Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008.

SILVA, Elaine Vieira da. **Acesso e Permanência no Ensino Superior**: enfoque de classe. Orientadora: Elenilce Gomes de Oliveira. 2019. 94 p. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFCE), 2019.

SILVEIRA, Mírian Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. Orientadora: Mara Rosange Medeiros. 2012. 137 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, Pelotas, 2012.

SOUZA, Jacqueline Domienne Almeida de. **Na travessia**: Assistência Estudantil na Educação Profissional. As interfaces das Políticas de Assistência Social e Educação. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social. UNB. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Potyara Amazoneida Pereira Pereira. Brasília, março/2017.

VIGNOLI, Jorge R.; CEPAL. Vulnerabilidade demográfica na América Latina: o que há de novo. **Seminário de Vulnerabilidade, CEPAL, Santiago do Chile**, 2001.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.

PARTE 3: SELEÇÃO PARA OS AUXÍLIOS ESTUDANTIS

1. As questões relacionadas ao eixo 3 são realmente relevantes?

() Concordo () Não concordo

Comentários: _____

2. Você acrescentaria mais alguma questão necessária ao eixo 3?

() Concordo () Não concordo

Comentários: _____

3. Todas as questões do eixo 3 devem permanecer no instrumental?

() Concordo () Não concordo

Comentários: _____

4. O título do eixo 3 (SELEÇÃO PARA OS AUXÍLIOS ESTUDANTIS) é claro e expressa o que se propõe? (Avalie o título do eixo quanto ao objetivo das questões contidas nele. Verificar se expressa adequadamente o que se espera com as questões do instrumental).

() Sim () Não

Comentários: _____

BLOCO III: 2º Passo a ser seguido para avaliação do instrumental: AVALIAÇÃO DO FORMATO DO INSTRUMENTAL / AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES

FORMATO DO INSTRUMENTAL: AVALIE SE O FORMATO DO INSTRUMENTAL É COMPREENSÍVEL

1. O formato do instrumental é compreensível?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

ESPECIFICAÇÃO DAS QUESTÕES: AVALIE SE CADA QUESTÃO (SEPARADAMENTE) DO INSTRUMENTAL ESTÁ ADEQUADA DE ACORDO COM AS PERGUNTAS A SEGUIR. AVALIE TAMBÉM SE O FORMATO DAS QUESTÕES ESTÁ ADEQUADO AO TÍTULO DO EIXO E DE ACORDO COM AS PERGUNTAS QUE SEGUEM.

EIXO: AUXÍLIOS ESTUDANTIS

Questão 1: Marque abaixo os auxílios que você recebe ou já recebeu (É possível marcar mais de uma opção):

() Auxílio alimentação	() Auxílio transporte
() Auxílio óculos	() Auxílio discentes mães/pais
() Auxílio moradia	() Auxílio formação
() Auxílio didático-pedagógico	() Auxílio emergencial
() Não recebo/Nunca recebi nenhum tipo de auxílio	

1. A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

2. A questão é relevante ao tema explorado?

() Extremamente relevante () Relevante () Necessita de revisão para ser relevante

() Irrelevante

Comentários: _____

3. O vocabulário da questão está empregado corretamente?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

4. O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

Há alguma questão que você queira acrescentar? Se sim, tecer sugestões:

EIXO AUXÍLIOS ESTUDANTIS

Questão 2: Você considera que os valores dos auxílios que você recebe/recebeu foram suficientes para atender à finalidade do auxílio proposto?

() SIM () NÃO

1. A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

2. A questão é relevante ao tema explorado?

() Extremamente relevante () Relevante () Necessita de revisão para ser relevante

() Irrelevante

Comentários: _____

3. O vocabulário da questão está empregado corretamente?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

4. O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

Há alguma questão que você queira acrescentar? Se sim, tecer sugestões:

EIXO AUXÍLIOS ESTUDANTIS

Questão 3: Você acha que o recebimento dos auxílios estudantis contribui com o seu período de estudos no IFCE?

() SIM () NÃO

1. A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

2. A questão é relevante ao tema explorado?

() Extremamente relevante () Relevante () Necessita de revisão para ser relevante

() Irrelevante

Comentários: _____

3. O vocabulário da questão está empregado corretamente?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

4. O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

Há alguma questão que você queira acrescentar? Se sim, tecer sugestões:

EIXO DIVULGAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Questão 4: A divulgação das informações relacionadas aos auxílios estudantis, no campus em que você estuda, tem sido:

() Satisfatória () Relativamente satisfatória () Insatisfatória

1. A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

2. A questão é relevante ao tema explorado?

() Extremamente relevante () Relevante () Necessita de revisão para ser relevante

() Irrelevante

Comentários: _____

3. O vocabulário da questão está empregado corretamente?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

4. O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

Há alguma questão que você queira acrescentar? Se sim, tecer sugestões:

EIXO DIVULGAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Questão 5: No seu entendimento, os critérios que são utilizados para a análise e seleção dos auxílios estudantis oferecidos no IFCE, ocorrem de forma:

() Satisfatória () Relativamente satisfatória () Insatisfatória

1. A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

2. A questão é relevante ao tema explorado?

() Extremamente relevante () Relevante () Necessita de revisão para ser relevante

() Irrelevante

Comentários: _____

3. O vocabulário da questão está empregado corretamente?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

4. O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

Há alguma questão que você queira acrescentar? Se sim, tecer sugestões:

EIXO DIVULGAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Questão 6: Você conhece os serviços relacionados à assistência estudantil oferecidos no Campus que estuda:

() Sim () Não

1. A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

2. A questão é relevante ao tema explorado?

() Extremamente relevante () Relevante () Necessita de revisão para ser relevante

() Irrelevante

Comentários: _____

3. O vocabulário da questão está empregado corretamente?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

4. O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

Há alguma questão que você queira acrescentar? Se sim, tecer sugestões:

EIXO DIVULGAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Questão 7: Como ficou sabendo dos auxílios estudantis no seu campus?

- () Site do IFCE
 () Com alguém da equipe que trabalha com a assistência estudantil
 () Informativo/Manual entregue no ato da matrícula
 () Sistema estudantil (Q-acadêmico)
 () Rede social do IFCE (Instagram, Facebook)
 () Outro meio

1. A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?

- () Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

2. A questão é relevante ao tema explorado?

- () Extremamente relevante () Relevante () Necessita de revisão para ser relevante

() Irrelevante

Comentários: _____

3. O vocabulário da questão está empregado corretamente?

- () Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

4. O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?

- () Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

Há alguma questão que você queira acrescentar? Se sim, tecer sugestões:

EIXO DIVULGAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Questão 8: Você sente falta de algum tipo de material ou canal de comunicação no campus que você estuda?

- () Sim () Não

1. A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?

- () Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

2. A questão é relevante ao tema explorado?

- () Extremamente relevante () Relevante () Necessita de revisão para ser relevante

() Irrelevante

Comentários: _____

3. O vocabulário da questão está empregado corretamente?

- () Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

4. O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?

- () Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

Há alguma questão que você queira acrescentar? Se sim, tecer sugestões:

EIXO DIVULGAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFCE

Questão 9: Que tipo de material você considera importante para a divulgação de notícias relacionadas à assistência estudantil?

- () material digital (vídeos, nos aplicativos)
 () matéria escrito (no site e nos aplicativos)
 () outros tipos de materiais

1.A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

2. A questão é relevante ao tema explorado?

() Extremamente relevante () Relevante () Necessita de revisão para ser relevante

() Irrelevante

Comentários: _____

3. O vocabulário da questão está empregado corretamente?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

4. O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

Há alguma questão que você queira acrescentar? Se sim, tecer sugestões:

EIXO DIVULGAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFCE

Questão 10: Quais tipos de materiais relacionados aos assuntos de assistência estudantil você costuma ter acesso?

- () site do IFCE
- () Redes sociais do IFCE (Instagram, Facebook)
- () Material impresso e afixado no campus
- () Outro (s)

1.A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

2. A questão é relevante ao tema explorado?

() Extremamente relevante () Relevante () Necessita de revisão para ser relevante

() Irrelevante

Comentários: _____

3. O vocabulário da questão está empregado corretamente?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

4. O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

Há alguma questão que você queira acrescentar? Se sim, tecer sugestões:

EIXO DIVULGAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFCE

Questão 11: Como você geralmente busca se atualizar sobre as notícias relacionadas aos auxílios estudantis?

- () pelo site do IFCE
- () pelas redes sociais do IFCE (Instagram, Facebook)
- () por material impresso e afixado no campus
- () ligando para o setor responsável no seu campus
- () indo até o setor responsável no seu campus e falando diretamente com um servidor
- () outro(s) meio(s)

1.A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

2. A questão é relevante ao tema explorado?

() Extremamente relevante () Relevante () Necessita de revisão para ser relevante

() Irrelevante

Comentários: _____

3. O vocabulário da questão está empregado corretamente?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

4. O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

Há alguma questão que você queira acrescentar? Se sim, tecer sugestões:

EIXO DIVULGAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFCE

Questão 12: Por quais canais você costuma tirar dúvidas relacionadas aos auxílios estudantis?

() site do IFCE

() redes sociais do IFCE (Instagram, Facebook)

() material impresso e afixado no campus

() ligando para o setor responsável no seu campus

() outro (s)

1. A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

2. A questão é relevante ao tema explorado?

() Extremamente relevante () Relevante () Necessita de revisão para ser relevante

() Irrelevante

Comentários: _____

3. O vocabulário da questão está empregado corretamente?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

4. O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

Há alguma questão que você queira acrescentar? Se sim, tecer sugestões:

EIXO SELEÇÃO PARA AUXÍLIOS ESTUDANTIL NO IFCE

Questão 13: Como você considera o atendimento dos auxílios para cada necessidade que passam os estudantes?

() Satisfatória () Relativamente satisfatória () Insatisfatória

1. A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

2. A questão é relevante ao tema explorado?

() Extremamente relevante () Relevante () Necessita de revisão para ser relevante

() Irrelevante

Comentários: _____

3. O vocabulário da questão está empregado corretamente?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

4. O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

Há alguma questão que você queira acrescentar? Se sim, tecer sugestões:

EIXO SELEÇÃO PARA AUXÍLIOS ESTUDANTIL NO IFCE

Questão 14: Como você classifica o seu entendimento sobre os critérios exigidos para permanecer recebendo o/os auxílio/os estudantis?

() Satisfatório () Relativamente satisfatório () Insatisfatório

1. A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

2. A questão é relevante ao tema explorado?

() Extremamente relevante () Relevante () Necessita de revisão para ser relevante

() Irrelevante

Comentários: _____

3. O vocabulário da questão está empregado corretamente?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

4. O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?

() Sim () Não () Parcialmente

Comentários: _____

Há alguma questão que você queira acrescentar? Se sim, tecer sugestões:

APÊNDICE B

Questionário dos estudantes

IDENTIFICAÇÃO

1. E-mail: _____

2.Faixa etária:

() 13 a 17 () 18 a 21 () 22 a 25 () 26 a 30 () 31 a 40 () Acima de 40

3. Campus que estuda: _____

4.Tipo de Curso:

☐ Técnico ☐ Graduação

5.Modalidade:

() Concomitante () Subsequente () Integrado () Licenciatura

() Bacharelado () Tecnologia

6.Semestre: _____

7. Ano de ingresso no IFCE: _____

EIXO 1: AUXÍLIOS ESTUDANTIS NO IFCE

1. Marque abaixo os auxílios que você recebe ou já recebeu (É possível marcar mais de uma opção):

() Auxílio alimentação () Auxílio transporte () Auxílio óculos
() Auxílio discentes mães e pais () Auxílio moradia () Auxílio formação
() Auxílio didático-pedagógico () Auxílio emergencial
() Não recebo/Nunca recebi
nenhum tipo de auxílio

2. Você considera que os valores dos auxílios estudantis que recebe/recebeu são ou foram suficiente(s) para atender as suas necessidades, considerando o(s) tipo(s) de auxílio(os) recebido(s)?

() Sim () Parcialmente () Não () Não se aplica

3. Você acha que o recebimento de auxílios estudantis contribui para a permanência e bom desempenho do estudante no IFCE?

() Sim () Não

4. Os auxílios que você recebe/recebeu ajuda ou ajudaram na complementação da renda familiar?

() Sim () Não () Não se aplica

5. Você conhece os tipos de auxílios estudantis oferecidos no campus em que estuda?

☐ Sim☐ Parcialmente☐ Não**EIXO 2: COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS AUXÍLIOS ESTUDANTIS NO IFCE**

6. A divulgação das notícias relacionadas aos auxílios estudantis, no campus em que você estuda, tem sido:

☐ Satisfatória☐ Relativamente satisfatória☐ Insatisfatória

7. Como ficou conhecendo os auxílios estudantis no seu campus? (É possível marcar mais de uma opção)

☐ Site do IFCE☐ Sistema Informatizado de Assistência Estudantil (SISAE)☐ Sistema Acadêmico (Q-acadêmico)☐ Redes sociais do IFCE (Instragram, Facebook)☐ Informativo/Manual entregue no ato da matrícula☐ Com alguém da equipe que trabalha na assistência estudantil☐ De outra forma

8. Você sente falta de algum tipo de material ou canal de comunicação e divulgação no campus que você estuda?

☐ Sim☐ Não

Se sua resposta à questão anterior foi sim, informe aqui qual tipo de material você sente falta. (Sinta-se à vontade para sugerir ou não. A questão não é obrigatória, mas se você entende que deva existir outro ou outros materiais seria importante informar)

9. Que tipo de material você considera importante para a divulgação de notícias relacionadas aos auxílios estudantis? (É possível marcar mais de uma opção)

☐ Material digital (através de vídeos e aplicativos)☐ Material de leitura (através de manuais, cartilhas, panfletos)☐ Material falado (através de palestras, reuniões, rodas de conversa, etc.)

10. Por quais canais você geralmente tira dúvidas ou busca se atualizar sobre as notícias (editais, Resoluções, etc.) e materiais relacionados aos auxílios estudantis? (É possível marcar mais de uma opção)

☐ Pelo site do IFCE☐ Pelo Sistema Informatizado de Assistência Estudantil (SISAE)☐ Pelo Sistema Acadêmico (Q-acadêmico)☐ Pelas redes sociais do IFCE (Instragram, Facebook)

- ☐ Por material impresso e afixado no Campus
- ☐ Ligando para o setor responsável do seu campus
- ☐ Indo até o setor responsável no seu Campus e falando diretamente com um servidor
- ☐ Por e-mail
- ☐ Por outro canal

11. Com qual frequência, você estudante, acompanha o site e as redes sociais do IFCE ?

- ☐ Diariamente ☐ 2 a 3 vezes na semana ☐ Quinzenalmente
- ☐ Mensalmente ☐ Somente quando há publicação de edital de auxílios estudantis
- ☐ Nunca

EIXO 3: SELEÇÃO PARA AUXÍLIOS ESTUDANTIS NO IFCE

12. Você conhece os critérios utilizados na análise e seleção dos auxílios estudantis no IFCE?

- ☐ Conheço ☐ Parcialmente ☐ Não conheço

13. Como você considera o impacto que os auxílios estudantis têm no atendimento das necessidades estudantis?

- ☐ Satisfatório ☐ Relativamente satisfatório ☐ Insatisfatório

14. Você conhece os critérios exigidos para permanecer recebendo o/os auxílio/s estudantil/is nas seleções realizadas no seu campus?

- ☐ Conheço ☐ Parcialmente ☐ Não conheço

15. Em caso de perda do auxílio, como você acha que poderia ser feita a avaliação para que os auxílios estudantis fossem mantidos? (Sinta-se a vontade para sugerir ou não. A questão não é obrigatória, mas se você tem alguma sugestão, seria muito importante termos conhecimento).

APÊNDICE C

Análise da validação do instrumental para os estudantes

(continua)

QUESTÃO 1	Sim	Não	Parcial	Extremamente relevante	Relevante	Necessita de revisão para ser relevante	Irrelevante
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?	100 %						
A questão é relevante ao tema explorado?				90,9%		9,1%	
O vocabulário da questão está empregado corretamente?	90,9 %		9,1%				
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?	90,9 %	9,1 %					
QUESTÃO 2	Sim	Não	Parcial mente	Extremamente relevante	Relevante	Necessita de revisão para ser relevante	Irrelevante
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?	81,8 %		18,2%				
A questão é relevante ao tema explorado?				81,8%	18,2%		
O vocabulário da questão está empregado corretamente?	90,9 %		9,1%				
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?	90,9 %		9,1%				
QUESTÃO 3	Sim	Não	Parcial mente	Extremamente relevante	Relevante	Necessita de revisão para ser relevante	Irrelevante
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?	72,7 %	9,1 %	18,2%				
A questão é relevante ao tema explorado?				81,8%	18,2%		
O vocabulário da questão	72,7 %		27,3%				

está empregado corretamente?							
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?	90,9 %		9,1				
QUESTÃO 4	Sim	Não	Parcial mente	Extremamente relevante	Relevante	Necessita de revisão para ser relevante	Irrelevante
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?	90,9 %		9,1				
A questão é relevante ao tema explorado?				63,3%	36,4%		
O vocabulário da questão está empregado corretamente?	100 %						
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?	100 %						
QUESTÃO 5	Sim	Não	Parcial mente	Extremamente relevante	Relevante	Necessita de revisão para ser relevante	Irrelevante
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?	63,3 %	18,2 %	18,2%				
A questão é relevante ao tema explorado?				54,5%	27,3%	18,2%	
O vocabulário da questão está empregado corretamente?	81,8 %	9,1 %	9,1%				
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?	72,7 %	9,1 %	18,2%				
QUESTÃO 6	Sim	Não	Parcial mente	Extremamente relevante	Relevante	Necessita de revisão para ser relevante	Irrelevante
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?	100 %						
A questão é relevante ao				81,8%	9,1%	9,1%	

tema explorado?							
O vocabulário da questão está empregado corretamente?	90,9 %		9,1%				
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?	90,9 %		9,1%				
QUESTÃO 7	Sim	Não	Parcial mente	Extremamente relevante	Relevante	Necessita de revisão para ser relevante	Irrelevante
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?	81,8 %		18,2%				
A questão é relevante ao tema explorado?				72,7%	18,2%	9,1%	
O vocabulário da questão está empregado corretamente?	90,9 %		9,1%				
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?	90%		10%				
QUESTÃO 8	Sim	Não	Parcial mente	Extremamente relevante	Relevante	Necessita de revisão para ser relevante	Irrelevante
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?	81,8 %	9,1 %	9,1%				
A questão é relevante ao tema explorado?				54,5%	36,4%	9,1%	
O vocabulário da questão está empregado corretamente?	90,9 %		9,1%				
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?	90,9 %		9,1%				
QUESTÃO 9	Sim	Não	Parcial mente	Extremamente relevante	Relevante	Necessita de revisão	Irrelevante
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?	90,9 %	9,1 %					

A questão é relevante ao tema explorado?				54,5%	36,4%	9,1%	
O vocabulário da questão está empregado corretamente?	90,9 %	9,1 %					
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?	90,9 %	9,1 %					
QUESTÃO 10	Sim	Não	Parcial mente	Extremamente relevante	Relevante	Necessita de revisão para ser relevante	Irrelevante
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?	90,9 %		9,1 %				
A questão é relevante ao tema explorado?				72,7%	18,2%	9,1%	
O vocabulário da questão está empregado corretamente?	90,9 %	9,1 %					
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?	90,9 %	9,1 %					
QUESTÃO 11	Sim	Não	Parcial mente	Extremamente relevante	Relevante	Necessita de revisão para ser relevante	Irrelevante
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?	100 %						
A questão é relevante ao tema explorado?				72,7%	27,3%		
O vocabulário da questão está empregado corretamente?	90,9 %		9,1 %				
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?	100 %						
QUESTÃO 12	Sim	Não	Parcial mente	Extremamente relevante	Relevante	Necessita de revisão para ser relevante	Irrelevante

A questão é clara, de fácil leitura e compreensão?	90,9 %		9,1%				
A questão é relevante ao tema explorado?				72,7%	18,2%	9,1%	
O vocabulário da questão está empregado corretamente?	90,9 %		9,1%				
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?	81,8 %		18,2%				
QUESTÃO 13	Sim	Não	Parcial mente	Extremamente relevante	Relevante	Necessita de revisão...	Irrelevante
A questão é clara, de fácil leitura/ compreensão?	54,5 %	9,1 %	36,4%				
A questão é relevante ao tema explorado?				81,8%	9,1%	9,1%	
O vocabulário da questão está empregado corretamente?	81,8 %		18,2%				
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?	81,8 %		18,2%				
QUESTÃO 14	Sim	Não	Parcial mente	Extremamente relevante	Relevante	Necessita de revisão para ser relevante	
A questão é clara, de fácil leitura/ compreensão?	90,9 %		9,1%				
A questão é relevante ao tema explorado?				81,8%	18,2%		
O vocabulário da questão está empregado corretamente?	90,9 %		9,1%				
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?	90,9 %		9,1%				

Fonte: elaborado pela autora

- I. Na parte de Identificação acrescentamos a parte que solicita informação quanto à modalidade, se o estudante cursa o concomitante, subsequente, integrado, Licenciatura, Bacharelado ou Tecnologia;
- II. O título do Eixo 1 foi alterado para Auxílios Estudantis no IFCE;
- III. O enunciado da questão 2 foi alterado para ser melhor compreendida;
- IV. Foi adicionada uma questão ao Eixo 1, com o objetivo de proporcionar uma visão mais completa das informações deste eixo;
- V. O enunciado da questão 3 foi alterado considerando melhor contribuir com o eixo e a pesquisa em si;
- VI. O título do Eixo 2 foi alterado para Comunicação e Divulgação do AE no IFCE;
- VII. O enunciado da questão 5 foi alterado para poder ser melhor compreendida pelo público-alvo, favorecendo a pesquisa e foi descolado para o Eixo Seleção para Auxílios Estudantis no IFCE;
- VIII. O enunciado da questão 6 foi alterado, dando melhor sentido ao eixo alocada;
- IX. O enunciado da questão 7 foi corrigida para ser melhor entendida e foram acrescentadas algumas opções na resposta que é de múltipla escolha;
- X. O enunciado da questão 8 teve uma pequena alteração para melhor ser compreendida e acrescentado um espaço à questão para o estudante que sentisse a vontade deixasse informações relacionadas ao questionamento feito. Este espaço não foi marcado como sendo obrigatório e informado na questão a não obrigatoriedade;
- XI. Na questão 9 acrescentamos uma opção nas respostas que é no formato de múltipla escolha, tornando a questão mais completa;
- XII. Unimos as questões 10, 11 e 12 em uma questão só, porque se percebeu que elas se complementavam e também foram acrescentadas novas opções de respostas ao formato de múltipla escolha;
- XIII. Foi acrescentada uma nova questão referente ao eixo de Comunicação e Divulgação dos Auxílios Estudantis no IFCE;
- XIV. A questão 13 foi reformulada como forma mais compreensiva ao público-alvo;
- XV. A questão 14 também foi reformulada, de modo a estar mais clara e
- XVI. Foi acrescentada uma pergunta, não obrigatória, ao Eixo Seleção para Auxílios Estudantis no IFCE, como forma de dar outra possibilidade de expressão do estudante. A questão deixa claro que o estudante pode se sentir a vontade para responder ou não.

APÊNDICE D

Análise do instrumental dos estudantes: cálculo geral

PERGUNTAS EIXO 1	CONCORDO	NÃO CONCORDO	SIM	NÃO	
As questões relacionadas ao eixo 1 são realmente relevantes? 100%	11	0			
Você acrescentaria alguma questão necessária ao eixo 1? 54%	6	5			
Todas as questões do eixo 1 devem permanecer no instrumental? 100%	11	0			
O título do eixo 1 (AUXÍLIOS ESTUDANTIS) é claro e expressa o que se propõe? (Avalie o título do eixo quanto ao objetivo das questões contidas nele. Verificar se expressa adequadamente o que se espera com as questões do instrumental). 90%			10	1	
PERGUNTAS EIXO 2	CONCORDO	NÃO CONCORDO	SIM	NÃO	
As questões relacionadas ao eixo 2 são realmente relevantes? 100%	11				
**Você acrescentaria alguma questão necessária ao eixo 2? OBS.: Foram acrescentadas as questões sugeridas 45%	5	6			

Todas as questões do eixo 2 devem permanecer no instrumental? 90%	10	1			
O título do eixo 2 (COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFCE) é claro e expressa o que se propõe? (Avalie o título quanto ao objetivo das questões contidas nele. Verificar se expressa adequadamente o que se espera com as questões do instrumental). 90%			10	1	
PERGUNTAS EIXO 3	CONCORDO	NÃO CONCORDO	SIM	NÃO	
As questões relacionadas ao eixo 3 são realmente relevantes? 81%	09	2			
Você acrescentaria alguma questão necessária ao eixo 3? 72%	8	3			
Todas as questões do eixo 3 devem permanecer no instrumental? 90%	10	1			
O título do eixo 3 (SELEÇÃO PARA OS AUXÍLIOS ESTUDANTIS) é claro e expressa o que se propõe? (Avalie o título			10	1	

quanto ao objetivo das questões contidas nele. Verificar se expressa adequadamente o que se espera com as questões do instrumental). 90%					
EIXO 2					
PERGUNTAS	CONCORDO	NÃO CONCORDO	SIM	NÃO	PARCIALMENTE
O formato do instrumental é compreensível? 81%			9	0	2
PERGUNTAS EIXO 1 QUESTÃO 1	CONCORDO	NÃO CONCORDO	SIM	NÃO	PARCIALMENTE
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão? 100%			11		
A questão é relevante ao tema explorado? 90%					
O vocabulário da questão está empregado corretamente? 90%			10	0	1
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir? 90%			10	1	
PERGUNTAS EIXO 1 QUESTÃO 2	CONCORDO	NÃO CONCORDO	SIM	NÃO	PARCIALMENTE
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão? 81%			9		2
A questão é relevante ao tema explorado? 100%					
O vocabulário da questão está empregado corretamente? 90%			10		1
O formato da			10		1

questão está adequado ao que se pretende aferir? 90%					
PERGUNTAS EIXO 1 QUESTÃO 3	CONCORDO	NÃO CONCORDO	SIM	NÃO	PARCIALMENTE
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão? 72%			8	1	2
A questão é relevante ao tema explorado? 100%					
O vocabulário da questão está empregado corretamente? 72%			8		3
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir? 90%	-	-	10	-	1
PERGUNTAS EIXO 1 QUESTÃO 4	CONCORDO	NÃO CONCORDO	SIM	NÃO	PARCIALMENTE
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão? 90%			10	-	1
A questão é relevante ao tema explorado 100%					
O vocabulário da questão está empregado corretamente? 100%			11		
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir? 100%			11		
PERGUNTAS EIXO 1 QUESTÃO 5	CONCORDO	NÃO CONCORDO	SIM	NÃO	PARCIALMENTE
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão? 63%			7	2	2
A questão é relevante ao tema					

explorado? 81%					
O vocabulário da questão está empregado corretamente? 81%			9	1	1
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir? 72%			8	1	2
PERGUNTAS EIXO 1 QUESTÃO 6	CONCORDO	NÃO CONCORDO	SIM	NÃO	PARCIALMENTE
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão? 100%			11		
A questão é relevante ao tema explorado? 90%					
O vocabulário da questão está empregado corretamente? 90%			10		1
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir? 90%			10		1
PERGUNTAS EIXO 1 QUESTÃO 7	CONCORDO	NÃO CONCORDO	SIM	NÃO	PARCIALMENTE
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão? 81%			9		2
A questão é relevante ao tema explorado? 90%					
O vocabulário da questão está empregado corretamente? 90%			10		1
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir?			9		1

81%					
PERGUNTAS EIXO 1 QUESTÃO 8	CONCORDO	NÃO CONCORDO	SIM	NÃO	PARCIALMENTE
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão? 81%			9	1	1
A questão é relevante ao tema explorado? 90%					
O vocabulário da questão está empregado corretamente? 90%			10		1
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir? 90%			10		1
PERGUNTAS EIXO 1 QUESTÃO 9	CONCORDO	NÃO CONCORDO	SIM	NÃO	PARCIALMENTE
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão? 90%			10	1	
A questão é relevante ao tema explorado? 90%					
O vocabulário da questão está empregado corretamente? 90%			10	1	
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir? 90%			10	1	
PERGUNTAS EIXO 1 QUESTÃO 10	CONCORDO	NÃO CONCORDO	SIM	NÃO	PARCIALMENTE
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão? 90%			10		1
A questão é relevante ao tema					

explorado? 90%					
O vocabulário da questão está empregado corretamente? 90%			10	1	
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir? 90%			10	1	
PERGUNTAS EIXO 1 QUESTÃO 11	CONCORDO	NÃO CONCORDO	SIM	NÃO	PARCIALMENTE
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão? 100%			11		
A questão é relevante ao tema explorado? 100%					
O vocabulário da questão está empregado corretamente? 90%			10		1
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir? 100%			11		
PERGUNTAS EIXO 1 QUESTÃO 12	CONCORDO	NÃO CONCORDO	SIM	NÃO	PARCIALMENTE
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão? 90%			10		1
A questão é relevante ao tema explorado? 90%					
O vocabulário da questão está empregado corretamente? 90%			10		1
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir? 81%			9		2

PERGUNTAS EIXO 1 QUESTÃO 13	CONCORDO	NÃO CONCORDO	SIM	NÃO	PARCIALMENTE
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão? 54,4%			6	1	4
A questão é relevante ao tema explorado? 90%					
O vocabulário da questão está empregado corretamente? 81%			9		2
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir? 81%			9		2
PERGUNTAS EIXO 1 QUESTÃO 14	CONCORDO	NÃO CONCORDO	SIM	NÃO	PARCIALMENTE
A questão é clara, de fácil leitura e compreensão? 90%			10		1
A questão é relevante ao tema explorado? 100%					
O vocabulário da questão está empregado corretamente? 90%			10		1
O formato da questão está adequado ao que se pretende aferir? 90%			10		1

CÁLCULO: (%) Concordância = $\frac{\text{Número de participantes que concordaram}}{\text{Número total de participantes}} \times 100$

RESULTADO:

100% - 14 RESULTADOS
 90% - 36 RESULTADOS
 81% - 11 RESULTADOS
 72% - 04 RESULTADOS
 63% - 01 RESULTADO
 54% - 02 RESULTADOS
 45% - 01 RESULTADO

APÊNDICE E

Formulário de validação do conteúdo do questionário dos servidores

IDENTIFICAÇÃO DOS JUÍZES

ENDEREÇO DE E-MAIL:

NOME:

INSTITUIÇÃO/CAMPUS:

CARGO:

TEMPO DE ATUAÇÃO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:

1º Passo – Especificação dos eixos: avalie se cada eixo do instrumental foi adequadamente coberto pelo conjunto de questões. Verifique se as questões estão adequadamente organizadas.

EIXO 1: ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E AUXÍLIOS ESTUDANTIS NO IFCE

1) As questões relacionadas ao eixo 1 são realmente relevantes?

CONCORDO	NÃO CONCORDO

Há alguma observação que você queira acrescentar?

2) Todas as questões do Eixo 1 são claras e de fácil leitura e compreensão?

CONCORDO	NÃO CONCORDO

Há alguma observação que você queira acrescentar?

3. Você acrescentaria alguma questão necessária ao eixo 1

CONCORDO	NÃO CONCORDO

Se sim, faça a sugestão abaixo:

4. Todas as questões do eixo 1 devem permanecer no instrumental?

CONCORDO	NÃO CONCORDO

Há alguma observação que você queira acrescentar?

5. O título do eixo 1 (ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E AUXÍLIOS ESTUDANTIS NO IFCE) é claro e expressa o que se propõe? (Avalie o título do eixo quanto ao objetivo das questões contidas nele.

CONCORDO	NÃO CONCORDO

Há alguma observação que você queira acrescentar relacionadas às questões do Eixo 1?

EIXO 2: COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS AUXÍLIOS ESTUDANTIS NO IFCE

1)As questões relacionadas ao eixo 2 são realmente relevante?

CONCORDO	NÃO CONCORDO

Há alguma observação que você queira acrescentar?

2. As questões do Eixo 2 são claras e de fácil leitura e compreensão?

CONCORDO	NÃO CONCORDO

Há alguma observação que você queira acrescentar?

3. Você acrescentaria alguma questão necessária ao eixo 2?

CONCORDO	NÃO CONCORDO

Se sim, faça a sugestão abaixo:

4. Todas as questões do eixo 2 devem permanecer no instrumental?

CONCORDO	NÃO CONCORDO

Há alguma observação que você queira acrescentar?

5. O título do eixo 2 (COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS AUXÍLIOS ESTUDANTIS NO IFCE) é claro e expressa o que se propõe? (Avalie o título do eixo quanto ao objetivo das questões contidas nele.

CONCORDO	NÃO CONCORDO

Há alguma observação que você queira acrescentar relacionada às questões do Eixo 2?

APÊNDICE F

Questionário para servidores que atuam na assistência estudantil

EIXO 1: IDENTIFICAÇÃO

1. E-mail: _____

2. Nome: _____

3. Cargo:

() Assistente Social () Psicólogo () Nutricionista () Médico

() Enfermeiro/Técnico de Enfermagem () Odontólogo () Odontólogo

4. Tempo de atuação na assistência estudantil:

() Até 5 anos () 6 a 10 anos () Mais de 10 anos

5. Campus: _____

EIXO 2: ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E AUXÍLIOS ESTUDANTIS NO IFCE

1. Como você avalia o alcance das ações de assistência estudantil no campus que atua, quando se trata de disponibilidade de recursos, orçamento, profissionais e comunicação?

() Satisfatória () Relativamente Satisfatória () Insatisfatória

Sinta-se à vontade para justificar abaixo a pergunta feita acima.

2. Como você considera os resultados alcançados na vida acadêmica dos estudantes beneficiários dos auxílios estudantis no Campus que atua?

() Satisfatório () Relativamente Satisfatório () Insatisfatório

Sinta-se à vontade para justificar abaixo a pergunta feita acima.

3. Quantos profissionais atuam na assistência estudantil no Campus em que é lotado/a?

() 1 () 2 () 3 () 4

() 5 () 6 () 7 ou mais

4. Quais profissionais fazem parte da equipe de assistência estudantil no campus que atua?

() Assistente Social () Médico(a) () Psicólogo(a)

() Nutricionista () Enfermeiro(a) / Técnico de Enfermagem

() Odontólogo () Outro

5. Em sua opinião, os valores destinados aos auxílios estudantis, no Campus que atua, contribui para a permanência e bom desempenho do estudante no IFCE, de forma:

() Satisfatória () Relativamente Satisfatória () Insatisfatória

Sinta-se à vontade para justificar abaixo a pergunta feita acima.

6. No campus que é lotado (a) existe diálogo entre gestores mediato e imediato com os profissionais que atuam na assistência estudantil, afim de proporcionar alinhamento das necessidades relacionadas à demanda estudantil?

() Sim () Não

Sinta-se à vontade para justificar abaixo a pergunta feita acima.

7. Se a resposta anterior foi sim, o diálogo ocorrido tem surtido o efeito esperado, possibilitando melhoria nas ações que necessitam ser implementadas ou melhoradas?

() Sim () Não

8. Em sua opinião, os editais de seleção para auxílios estudantis contemplam as necessidades de renda dos estudantes, de forma:

() Satisfatória () Relativamente Satisfatória () Insatisfatória

Sinta-se à vontade para justificar abaixo a pergunta feita acima.

9. Na sua opinião, você considera importante a continuidade da concessão de auxílio(s) estudantil(s) ao estudante durante toda a atividade acadêmica no IFCE, mesmo considerando que ele passe por novas seleções?

() Sim () Não

Sinta-se à vontade para justificar abaixo a pergunta feita acima.

10. Você teve conhecimento de casos em que o/a estudante foi excluído de alguma seleção para auxílios estudantis por não entregar documento ou perder prazos exigidos no edital?

() Sim () Não

11. Como você enxerga a percepção do público estudantil, do Campus que atua, quando se trata de auxílios estudantis?

☐ Satisfatória ☐ Relativamente Satisfatória ☐ Insatisfatória

Sinta-se à vontade para justificar abaixo a pergunta feita acima.

EIXO 3: COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS AUXÍLIOS ESTUDANTIS NO IFCE

12. Existe um momento em que é feita a apresentação de informações necessárias aos estudantes recém-ingressos, por parte do setor responsável pela assistência estudantil, no campus em que é lotado/a?

☐ Sim ☐ Não

13. Por qual/quais canais/s ocorre/m a divulgação das informações relacionadas aos auxílios estudantis no campus que está lotado/a? (É possível marcar mais de uma opção)

- ☐ Pelo site do IFCE
- ☐ Pelas redes sociais do IFCE (*Instagram, Facebook*)
- ☐ Por meio de ligações para o setor responsável
- ☐ O estudante ou responsável falando diretamente com um servidor no setor
- ☐ Por e-mail
- ☐ Por material impresso e afixado no Campus
- ☐ Pelo Sistema Informatizado de Assistência Estudantil (SISAE)
- ☐ Pelo Sistema Acadêmico (Q-acadêmico)
- ☐ Por outro canal

14. Como você considera os canais existentes no seu Campus, destinados à divulgação e comunicação das informações relacionadas aos auxílios estudantis no campus que atua?

☐ Satisfatórios ☐ Relativamente Satisfatórios ☐ Insatisfatórios

Sinta-se à vontade para justificar abaixo a pergunta feita acima.

15. Que tipo de material você percebe ser melhor aceito pelo público estudantil na divulgação de notícias relacionadas aos auxílios estudantis? (É possível marcar mais de uma opção)?

- ☐ Material digital (através de vídeos e aplicativos)
- ☐ Material de leitura (através de manuais, cartilhas, panfletos)
- ☐ Material falado (através de palestras, reuniões, rodas de conversa, etc.)

16. Os estudantes costumam sugerir outras formas de divulgação e/ou comunicação das informações sobre os auxílios estudantis, além das existentes?

() Sim

() Não

17. Se a resposta a pergunta acima foi sim. Responda quais formas de divulgação e/ou comunicação os estudantes costumam sugerir?

18. Você sente falta de algum tipo de material ou canal de comunicação e divulgação no campus que você atua?

() Sim

() Não

19. Se sua resposta à questão anterior foi sim, informe aqui qual(is) tipo(s) de material(is) você sente falta.

APÊNDICE G

Análise do instrumental aplicado aos servidores: cálculo geral

EIXO 1 – IDENTIFICAÇÃO				
CARGO				
Assistente social	6			
Psicólogo	4			
Nutricionista	1			
Enfermeiro/ Técnico de Enfermagem	1			
TEMPO DE ATUAÇÃO NA AE				
De 6 a 10 anos	5			
Até 5 anos	5			
Mais de 10 anos	2			
CAMPUS DE LOTAÇÃO				
Boa viagem	4			
Acaraú	1			
Reitoria	1			
Maranguape	1			
Juazeiro do Norte	1			
Fortaleza	2			
Cedro	1			
Tauá	1			

PERGUNTAS - EIXO 2						
Q. 1	SATISFATÓRIA	RELATIVO SATISFATÓRIA	INSATISFATÓRIA	Observação 2	Observação 3	Obs. 1
1. Como você avalia o alcance das ações de assistên- cia estudan- til no Campus que atua, quando se trata de disponibi- lidade de recurso s, orçame- nto, profissio- nais e comunic- ação?	1	9	2	Considerando que os processos de trabalho, constrói-se cotidianamente enquanto trabalho multiprofissiona- l, lidamos com esse desafio também, buscando ampliar o alcance maior dos serviços, quanto aos recursos, considerando o tempo histórico do campus, de 4 anos e o aumento gradativo de discentes, durante esses anos consequimos atender a maior parte das	Cheguei ao campus em abril/20, ou seja no contexto do trabalho remoto, portanto não consegui ainda perceber dificuldades relevantes nem completa satisfação.	Acho que não consequimos chegar na maior parte daqueles alunos que mais precisam de apoio quanto às condições socioeconôm- icas em que vivem.

				demandas no que se refere a auxílios em pecúnia, das demandas que se apresentaram e considerando que não são universais, exceto, auxílios visita/viagem técnica e acadêmico.		
Q. 2	SATISFATÓRIA	RELATIVO SATISFATÓRIA	INSATISFATÓRIA	Observação 2	Observação 3	Obs. 5
2. Como você considera os resultados alcançados na vida acadêmica dos estudantes beneficiários dos auxílios estudantis no Campus que atua	2	10		Do acompanhamento que tem sido possível realizar, uma parte consegue está mais motivado(a), contudo, precisa de uma investigação e análise mais profunda, pois na vida desses(as) discentes há um histórico de processo formativo educacional com muitas fragilidades, que requisita trabalho conjunto, e auxílio estudantil pecuniário é parte do processo e não o todo, então é preciso algumas frentes de trabalho articulado para a permanência e êxito que dê conta de processos históricos internalizados e vivenciados concretamente.	Ainda dificuldades não podem ser suprimidas apenas com a concessão de auxílios em forma de pecúnia, como as dificuldades de aprendizagem, interpessoais e até mesmo estruturais como desigualdades de gênero e sexualidade.	4. 90% dos formandos são beneficiários de auxílios 5. A maioria dos estudantes não possuem reprovações que ia tenham no semestre
Q. 3	1 profissional	2 profissionais	3 profissionais	5 profissionais	6 profissionais	7 ou mais profissionais
3. Quantos profissionais	0	1	0	3	0	5

nais atuam na assistência estudantil no Campus em que é lotado/a ?						
Q. 4	Assistente social	Médico (a)	Psicólogo (a)	Enfermeiro/ Técnico de Enfermagem	Odontólogo (a)	Outro
4. Quais profissionais fazem parte da equipe de assistência estudantil no campus que atua	12 respostas	3 respostas	11 respostas	10 respostas	4 respostas	8 respostas
Q. 5	SATISFATÓRIA	RELATIVAMENTE SATISFATÓRIA	INSATISFATÓRIA	Observação 2	Observação 3	Obs. 4
	1	7	4	Como relatado anteriormente, considera-se sim que contribui em parte, mas junto com auxílio em forma de pecúnia, exigem-se outras frentes de trabalho que componham-se a construção desse percurso formativo, porque os auxílios estudantis precisam fazer sentido na perspectiva do reconhecimento da existência daquelas vulnerabilidades que requisitam serem atendidas ainda que em parte, mas junto a isso há um trabalho, um	Apesar do pouco tempo já percebo que há um importante elemento, elevado custo do transporte da região metropolitana para Maranguape, o que acarreta em importante fator de evasão e abandono e, o orçamento da assistência estudantil do campus não suprirá essa demanda	Algumas despesas são bem superiores aos valores repassados.

				diálogo necessário de construção coletiva de estratégias no ensino, na pesquisa, na extensão, na inserção em espaços dentro do próprio campus, nos serviços Assistência Estudantil e apoio pedagógico, é um tecer necessário para se avançar na permanência e êxito, inclusive de entender, que êxito é esse.		
Q. 6	SIM	NÃO	Observação 1	Observação 3		
6. No campus que é lotado (a) existe diálogo entre gestores mediato e imediato com os profissionais que atuam na assistência estudantil, afim de proporcionar alinhamento das necessidades relacionadas à demanda estudantil?	10	2	E como todo processo de trabalho, nos desafia cotidianamente e porque há demandas institucionais, demandas discentes, dos(as) próprios(as) servidores(as), da própria comunidade externa, todos(as) com vivências e construções econômicas, políticas e culturais diferentes, que exigem um esforço se a finalidade maior é uma educação comprometida com a formação regular, potencializando os saberes, mas também de uma formação de saber e ter consciência de	Temos a sorte de possuir um excelente diretor aberto ao diálogo.		

			maneira instrumentalizada de como estar no mundo.			
Q. 7	SIM	NÃO				
7. Se a resposta anterior foi sim, o diálogo ocorrido tem surtido o efeito esperado, possibilitando melhorias nas ações que necessitam ser implementadas ou melhoradas?	10	0				
Q. 8	SATISFATÓRIA	RELATIVAMENTE SATISFATÓRIA	INSATISFATÓRIA	Obs. 2	Obs. 3	Obs. 4
8. Em sua opinião, os editais de seleção para auxílios estudantis contemplam as necessidades de renda dos estudantes, de forma:	1	7	4	Até o presente momento, os editais e os valores possibilitaram contribuir a partir das realidades que foram identificadas nos processos seletivos já realizados, considerando que "as necessidades de rendas dos estudantes", é uma problemática estrutural, sobretudo na sociedade brasileira, então de forma concreta, contribuem, e contemplam em parte as necessidades	Os editais são muito burocráticos, o que dificulta a inscrição dos alunos. As necessidades dos alunos nem sempre se enquadram nos critérios.	Muitos estudantes estão em situação de extrema vulnerabilidade e os auxílios ramificados não impactam de forma significativa na melhoria dessa situação

				financeiras dos(as) estudantes.		
Q. 9	SIM	NÃO	Observação 1	Observação 3		
9. Na sua opinião, você considera importante a continuidade da concessão de auxílio(s) estudantil(s) durante toda a atividade acadêmica do (da) estudante no IFCE, mesmo considerando que ele(a) passe por novas seleções?	12	0	Fundamental à permanência e êxito do aluno, do contrário alguns não teriam condições nem para se deslocar até o campus.	Justamente por conta da extrema vulnerabilidade da maioria		
Q. 10	SIM	NÃO				
10. Você teve conhecimento de casos em que o/a estudante foi excluído de alguma seleção para auxílios estudantis por não entregar documento ou	11	1				

perder prazos exigidos no edital?						
Q. 11	SATISFATÓRIA	RELATIVAMENTE SATISFATÓRIA	INSATISFATÓRIA	Observação 2	Observação 3	Obs. 4
11. Como você enxerga a percepção do público estudantil, do Campus que atua, quando se trata de auxílios estudantis?	1	9	2	Eles reclamam da burocracia. Muitas vezes não sabem utilizar o sistema nem tem familiaridade no uso do computador. Não entendem a linguagem formal do edital.	Auxílios são insuficientes para atender às demandas do campus	Ouço muitas coisas, desde queixas sobre a burocracia do processo quanto aos valores das bolsas.

PERGUNTAS - EIXO 3

Q. 12	SIM	NÃO		
12. Existe um momento em que é feita a apresentação de informações necessárias aos estudantes recém-ingressos, por parte do setor responsável pela assistência estudantil, no campus em que é lotado/a?	12	0		
Q. 13	Site	Redes	Ligações para	E- Material Sistema Q- Por

	do IFCE	sociais do IFCE - Facebook	o setor responsável O estudante ou responsável falando diretamente com um servidor no setor	ma il	impresso e afixado no Campus	Informatizado de Assistência Estudantil (SISAE)	Acadêmico	outro canal
13. Por qual/quais canais/socorre/m a divulgação das informações relacionadas aos auxílios estudantis no campus que está lotado/a? (É possível marcar mais de uma opção)	11	11	3 10	5	9	10	6	4
Q. 14	SATISFATÓRIA		RELATIVO/SATISFATÓRIA	INSATISFATÓRIA				
14. Como você considera os canais existentes no seu Campus, destinados à divulgação e comunicação das informações relacionadas aos	7		5					

auxílios estudant is no campus que atua?			
Q. 15	Material digital (através de vídeos e aplicativos)	Material de leitura (através de manuais, cartilhas, panfletos)	Material falado (através de palestras, reuniões, rodas de conversa, etc.)
15. Que tipo de material você percebe ser melhor aceito pelo público estudent il na divulgaç ão de notícias relacion adas aos auxílios estudent is? (É possível marcar mais de uma opção)?	12	4	8
Q. 16	SIM	NÃO	
16. Os estudent es costuma m sugerir outras formas de divulgaç ão ou comunic ação das informaç ões sobre os auxílios e, além das existent es?	0	12	

Q. 17	OBSERVAÇÃO		
17. Se a resposta a pergunta acima foi sim. Responda quais formas de divulgação e/ou comunicação os estudantes costumam sugerir?	Não houve respostas		
Q. 18	SIM	NÃO	
18. Você sente falta de algum tipo de material ou canal de comunicação e divulgação no campus que você atua?	3	9	
Q. 19	Resposta 1	Resposta 2	Resposta 3 Resposta 4
19. Se sua resposta à questão anterior foi sim, informe aqui qual(is) tipo(s) de material(is) você sente falta	Um painel eletrônico com divulgações diárias das informações. No campus já foi instalado uma TV na recepção, passando informações dos setores, acredito que será ampliado, no momento não há atividades presenciais e sim remotas, então as redes sociais estão sendo o meio de divulgações.	Uma rádio no campus	Na verdade eu sinto falta de um melhor e maior envolvimento de outros setores na contribuição da divulgação dos processos e do interesse do estudante em buscar essas informações Vídeos

Fonte: elaborado pela autora

APÊNDICE H

Formulário de validação do Produto Educacional

TEMA DA PESQUISA: Criação de *Storytelling* como estratégia de difusão da assistência estudantil do IFCE

PRODUTO EDUCACIONAL: Assistência Estudantil em movimento: apresentando os auxílios estudantis

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Olá, servidor(a)! Esse questionário é parte de um projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do IFCE.

Gostaríamos de convidá-lo(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa: "Criação de Storytelling como estratégia de difusão da assistência estudantil no IFCE".

O público-alvo deste questionário são servidores do IFCE que atuam na assistência estudantil. Neste sentido, a sua contribuição é fundamental para avaliarmos o Produto Educacional, um dos frutos deste trabalho.

Todo o processo de preenchimento ocorre de forma online, ou seja, você irá apenas preencher o questionário disponibilizado no Google Formulário.

Por fim, se houver alguma dúvida, você poderá esclarecê-las por meio do e-mail <gesy.jc@gmail.com> <gesyannekeila@unilab.edu.br> ou do telefone (85) 987692693.

Agradecemos pela atenção e pela disponibilidade.

Com os melhores cumprimentos,

Gesyanne Keila Teixeira dos Santos

Discente do ProfEPT/IFCE e servidora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Queiroz Lima

Docente do ProfEPT/IFCE.

Abaixo estarão disponíveis:

- 1) Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)
- 2) Identificação
- 3) Apresentação do Produto Educacional (Storytelling)
- 4) Instruções de preenchimento e questionário de validação do Produto Educacional

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada (o) a conhecer o Produto Educacional em formato de vídeo, intitulado, "Assistência Estudantil em movimento: apresentando os auxílios estudantis" e também para participar como voluntário preenchendo um questionário de validação do material didático. O Produto Educacional consiste em um material didático associado à pesquisa "Criação de Storytelling como estratégia de difusão da assistência estudantil do IFCE", desenvolvida no Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

O Vídeo objetiva colaborar na divulgação da importância da assistência estudantil, com foco nos auxílios estudantis em forma de pecúnia, disponibilizados pelo IFCE, enquanto política local e programa público que tem como finalidade apresentar medidas e estratégias que visam proporcionar melhores condições à rede pública federal de ensino no que concerne à aplicação de oportunidades para disponibilizar ações com vistas à permanência do público estudantil. O público-alvo deste vídeo educacional são/serão os discentes do IFCE.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de respondê-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador por meio do e-mail <gesy.jc@gmail.com ou do telefone (85) 987692693. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

PROCEDIMENTOS:

- A resolução das questões sobre o produto educacional leva aproximadamente 3 minutos.
- o formulário está elaborado em duas vias, uma é encaminhada para o seu e-mail após respondê-lo e a outra fica com o pesquisador.
- O questionário está dividido em três partes: a primeira com perguntas sobre a identificação dos participantes, bem como formação acadêmica e atuação profissional; a segunda parte contém o produto educacional em formato de vídeo e a terceira parte as orientações e o questionário com perguntas relacionadas ao conteúdo, à linguagem, à aparência, à motivação e adequação. Existe ainda um espaço para inserir possíveis opiniões, sugestões ou correções.

O questionário será encaminhado via *Google forms* e será disponibilizado pelo período de cinco dias.

DESCONFORTOS E RISCOS:

Não há riscos para a participação deste estudo. É garantido o sigilo da identidade e dos dados fornecidos. O nome dos participantes não será citado na divulgação dos resultados. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo no caso da não aceitação para participar da pesquisa.

BENEFÍCIOS:

O produto Educacional contém informações básicas relacionadas à assistência estudantil, com foco nos auxílios estudantis em pecúnia, visando oferecer outra forma de divulgação do tema, considerando a relevância dele para os estudantes.

SIGILO E PRIVACIDADE:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Agradecemos sua participação!

CONTATO:

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com os pesquisadores

Gesyanne Keila Teixeira dos Santos, Rodovia CE 060 – KM 51 – Unidade Acadêmica dos Palmares – Acarape/CE, telefone: (85) 987692693, e-mail: gesy.jc@gmail.com, ou

Jefferson Queiroz Lima, Rua Francisco da Rocha Martins, no bairro Pabussu – Caucaia/CE, e-mail: jeffersonlima@ifce.edu.br.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFCE das 08:00hs às 12:00hs e das 13:00hs às 17:00hs no IFCE Reitoria - R. Jorge Dumar, 1703 - Jardim América, Fortaleza - CE, 60410-426; fone (85) 34012332 e-mail: cep@ifce.edu.br

Questionário de Avaliação (Juízes Especialistas)

Instrumento adaptado de Doak; Doak; Root (1996): Suitability Assesment of Materials (SAM).

PARTE 1 - Identificação

1. Idade: _____
2. Cargo _____
3. Tempo de atuação na assistência estudantil
☐ Até 5 anos ☐ 6 a 10 anos ☐ Mais de 10 anos
4. Campus de lotação _____

PARTE 2 – Produto Educaicional (vídeo educativo em modelo *Storytelling*)

PARTE 3: Instruções e validação do Produto Educacional

As respostas aos itens de validação do vídeo/colagem foram configuradas de acordo com o padrão da escala de Likert, isto é, 0 = inadequado, 1 = parcialmente adequado, 2 = adequado e 3 = totalmente adequado.

As possíveis sugestões podem ser inseridas no espaço dedicado às observações ao final do questionário.

TÓPICO	INADEQUADO (0)	PARCIALMENTE ADEQUADO (1)	ADEQUADO (2)	TOTALMENTE ADEQUADO (3)
1.Conteúdo				
1.1. O conteúdo do vídeo é apresentado em uma sequência adequada				
1.2. O conteúdo das informações é relatado de forma clara				
1.3. Aborda com clareza questões relacionadas a assistência estudantil e auxílios estudantis do IFCE				
2. Linguagem:				
2.1. A linguagem utilizada no vídeo apresentado é adequada para a compreensão do público-alvo (estudantes) acerca do tema (assistência estudantil)				

2.2. A narração utilizada no vídeo facilita a compreensão da temática.				
2.3. A linguagem audiovisual composta de elementos visuais animados ou animações permitem ao telespectador melhor compreensão do assunto principal				
2.4. O vocabulário utilizado no vídeo é adequado ao público-alvo				
3. Ilustrações gráficas				
3.1. As imagens apresentadas no vídeo atraem a atenção do telespectador e dialoga com o objetivo do material				
3.2. As ilustrações proporcionam uma melhor compreensão do tema				
3.3. As ilustrações são relevantes e dialogam com as informações apresentadas na narrativa				
4. Apresentação				
4.1. O formato do vídeo é adequado ao assunto apresentado				
4.2. O ritmo da narrativa é adequado e acompanha a sequência de elementos visuais animados				
4.3. O formato do material apresentado é adequado para a compreensão do tema pelo público-alvo				
5. Estimulação / Motivação:				
5.1 O vídeo estimula o telespectador a aprender mais sobre o tema e acreditar que ele				

é relevante				
5.2. O modelo de vídeo é agradável e motiva a assistir até o fim				
6. Adequação sociocultural				
6.1. O material é adequado à linguagem, ao contexto sociocultural e estudantil do público-alvo				
6.2. O vídeo apresenta imagens e conteúdo adequados ao contexto sociocultural do público-alvo				
Observações relativas ao vídeo:				

Fonte: elaborado pela autora

ANEXO A

Percurso histórico da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil

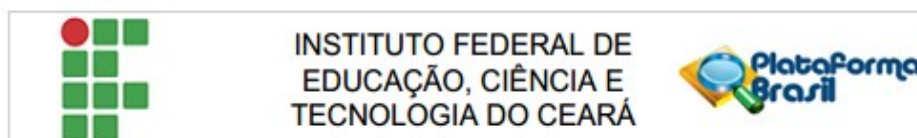
1909	1927	1937	1942	1946
O presidente Nilo Peçanha assina o Decreto nº 7.566 em 23 de setembro, criando as já mencionadas 19 “Escolas de Aprendizizes e Artífices”. 7	O Decreto nº 5.241, de 27 de agosto de 1927, definiu que “o ensino profissional é obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União”.	A Constituição Federal promulgada pelo Governo Getúlio Vargas tratou da educação profissional e industrial em seu Art. 129. Enfatizou o dever de Estado e definiu que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizizes na esfera da sua especialidade. A Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 transformou as escolas de aprendizizes e artífices mantidas pela União em liceus industriais e instituiu novos liceus, para propagação nacional “do ensino profissional, de todos os ramos e graus” (Art. 37).	- O Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, definiu que o ensino industrial será ministrado em dois ciclos: o primeiro ciclo abrange o ensino industrial básico, o ensino de mestria, o ensino artesanal e a aprendizagem; o segundo ciclo compreende o ensino técnico e o ensino pedagógico. - O Decreto-Lei nº 4.127/42, que estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, constituída de escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem, extinguiu os liceus industriais, transformou em escolas industriais e técnicas, as quais passaram a oferecer formação profissional nos dois ciclos do ensino industrial. Foi criado o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942.	O Decreto-Lei nº 9.613/46, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Agrícola, tratou dos estabelecimentos de ensino agrícola federais. Foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, pelo Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, bem como a aprendizagem dos comerciários foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 8.621, do mesmo dia 10 de janeiro de 1946. A Constituição de 1946 definiu que “as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores”.
1968	1971	1975	1978	1982
A Lei Federal nº 5.540, de 28 de	A Lei nº 5.692/71 definiu que todo o ensino de segundo	A Lei Federal nº 6.297, de 11 de dezembro de 1975,	As Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio	A Lei nº 7.044/82 reformulou a Lei nº 5.692/71 e retirou a

novembro de 1968 permite oferta de cursos superiores destinados à formação de Tecnólogos	grau, hoje denominado ensino médio, deveria conduzir o educando à conclusão de uma habilitação profissional técnica ou, ao menos, de auxiliar técnico (habilitação parcial).	definiu incentivos fiscais no imposto de renda de pessoas jurídicas (IRPJ) para treinamento profissional pelas empresas.	de Janeiro e de Minas Gerais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), pela Lei nº 6.545, de 30 de junho.	obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino de segundo grau.
1998-2002	2004-2008	2008	2012	2014
Foram definidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, pela Resolução CNE/CEB nº 04/99, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 16/99; em 2002, foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico pela Resolução CNE/CP nº 03/2002, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 29/2002.	A Resolução CNE/CEB nº 1/2004, de 21 de janeiro de 2004, definiu diretrizes nacionais para estágios supervisionados de estudantes de educação profissional e de ensino médio. A Resolução CNE/CEB nº 1/2005, de 3 de fevereiro de 2005, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 39/2004, de 8 de dezembro de 2004, atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio. A Resolução CNE/CEB nº 3/2008, de 9 de julho de 2008, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2008, de 16 de junho de 2008, disciplinou a instituição e a implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio – CNCT nas redes públicas e privadas de Educação Profissional.	Lei 11.741 introduziu importantes alterações no Capítulo III do Título V da LDB, o qual passou a tratar "da Educação Profissional e Tecnológica", além de introduzir uma nova Seção no Capítulo II do mesmo título, a seção IV-A, quarta "da Educação Profissional Técnica de Nível Médio".	Foram definidas as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, pela Resolução CNE/CEB nº 6/2012 com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2012.	Em 25 de junho de 2014 foi sancionada a Lei nº 13.005/2014, que aprovou o novo Plano Nacional de Educação prevê "oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional". E, prevê "triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público".

Fonte: elaborado pela autora

ANEXO B

Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CRIAÇÃO DE STORYTELLING COMO ESTRATÉGIA DE DIFUSÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFCE

Pesquisador: GESYANNE KEILA TEIXEIRA DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 31713920.5.0000.5589

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.210.820

Apresentação do Projeto:

O projeto tem como objeto de estudo a Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, a partir da análise do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, com ênfase nos auxílios estudantis e no acesso e permanência estudantil no ensino técnico e superior. Utilizamos autores que tratam sobre a assistência estudantil nas IFES. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se um questionário de 21 questões para servidores que atuam com o Assistência Estudantil. Outro questionário contendo 16 questões será aplicado para 50 estudantes beneficiários de auxílios estudantis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, Campus Caucaia.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo deste trabalho é elaborar um Storytelling, de modo a facilitar a compreensão dos discentes do IFCE, Campus Caucaia, acerca da Assistência Estudantil, com foco nos auxílios estudantis.

Objetivos específicos:

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703

Bairro: Jardim América

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3401-2332

CEP: 60.410-426

E-mail: cep@ifce.edu.br